



PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

ILDA APARECIDA DE SOUZA

**ANTIRRACISMO NA ESCOLA:
UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA
MULTIDISCIPLINAR
DECOLONIAL**

Universidade Estadual do Paraná – Unespar
Abril / 2024



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA
NÍVEL DE MESTRADO PROFISSIONAL – PROFHISTÓRIA**

ILDA APARECIDA DE SOUZA

**ANTIRRACISMO NA ESCOLA: UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA
MULTIDISCIPLINAR DECOLONIAL**

CAMPO MOURÃO

2024

ILDA APARECIDA DE SOUZA

**ANTIRRACISMO NA ESCOLA: UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA
MULTIDISCIPLINAR DECOLONIAL**

Dissertação apresentada como requisito parcial de avaliação no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, nível de Mestrado Profissional, da Universidade Estadual do Paraná – Unespar, Campus de Campo Mourão.

Área de Concentração: Ensino de História

Linha de Pesquisa: Saberes históricos nos espaços escolares.

Orientador: Dr. Frank Antonio Mezzomo.

CAMPO MOURÃO – PR

2024

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Souza, Ilda Aparecida de
Antirracismo na Escola: uma prática
Multidisciplinar decolonial / Ilda Aparecida de
Souza. -- Campo Mourão-PR, 2024.
164 f.: il.

Orientador: Frank Antonio Mezzomo.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação
Mestrado Profissional em Ensino de História) --
Universidade Estadual do Paraná, 2024.

1. Ensino de História. 2. Educação Étnico-racial.
3. Racismo Estrutural. 4. Sequência Didática. 5.
Equipe Multidisciplinar. I - Mezzomo, Frank Antonio
(orient). II - Título.

ILDA APARECIDA DE SOUZA

**ANTIRRACISMO NA ESCOLA: UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA
MULTIDISCIPLINAR DECOLONIAL**

BANCA EXAMINADORA

Frank A. Mezzomo

Dr. Frank Antonio Mezzomo (orientador) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – ProfHistória/Universidade Estadual do Paraná – Unespar



Dr. Ricardo Tadeu Caires Silva – Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – ProfHistória/Universidade Estadual do Paraná – Unespar

Angela M. de Souza

Dra. Angela Maria de Souza – Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA

Data de Aprovação

05/03/2024

Campo Mourão – PR

DEDICATÓRIA

Dedico este estudo
aos meus filhos e alunos com carinho,
gratidão e muita esperança!

EPÍGRAFE

...a gente não pode estar distanciado desse povo que está aí, senão a gente cai numa espécie de abstracionismo muito grande, ficamos fazendo altas teorias, ficamos falando de abstrações... Enquanto o povo está numa outra, está vendo a realidade de uma outra forma. Inclusive os próprios discursos progressistas que nós vemos por aí têm esse tipo de deformação caracterizada pela imposição ideológica que assumem. A meu ver, o discurso ideológico deforma a realidade, quer dizer, é um discurso de desconhecimento/ reconhecimento, na medida em que ele reproduz os interesses de determinados grupos (GONZALEZ, 2020, p. 288).

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a Deus, que me guarda e protege em todos os momentos, à minha ancestralidade que me amparou nesta jornada, aos Exús, Orixás e Santos que abriram os meus caminhos.

Sou grata aos meus filhos que compreenderam a minha ausência em busca de realizar um sonho, e a minha querida irmã Nerilda da Silva Souza que me visitou e apoiou nesses dois anos dedicados ao mestrado. Ao meu amigo e companheiro Otávio Renato Severo Costa, que acreditou no processo e me apoiou.

Agradeço também à amiga e diretora Rosemere Schefer que não mediu esforços para organizar horários que me permitissem estudar, trazendo palavras de apoio nos momentos difíceis, que não foram poucos. Estendo a minha gratidão aos colegas de trabalho que participaram da pesquisa e do trabalho desenvolvido.

Enfim, meus agradecimentos aos professores, mestres e doutores que com sabedoria conduziram o mestrado, e em especial, ao orientador Professor Dr. Frank Antonio Mezzomo, que fez o seu trabalho da melhor forma que pôde com conhecimento e humanidade.

RESUMO

SOUZA, Ilda Aparecida de. **Antirracismo na escola: uma prática pedagógica multidisciplinar decolonial**. 164 fl. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em ensino de História Nível de Mestrado Profissional-ProfHistória. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2024.

Este estudo parte da problemática de se desenvolver uma educação crítica, especialmente em relação ao racismo, que traz tantos efeitos para indivíduos no ambiente escolar e na sociedade. O estudo compartilha da concepção de que o ser humano não pode ser classificado por raça, cor ou ascendência, entendendo que o ambiente escolar convive com o racismo epistêmico, reconhecendo predominantemente os conhecimentos ocidentais como únicos válidos e legítimos. Isto indica que a educação precisa propor uma reflexão sobre o ensino da história e analisar seus registros de conhecimentos como base para a interpretação da história do Brasil. Partindo dessas compreensões e motivações, investigamos de que forma a equipe multidisciplinar pode contribuir para uma educação decolonial antirracista. Para tanto, foi proposto desenvolver uma Sequência Didática (SD), promovendo os direitos humanos no âmbito escolar, com foco nos mecanismos apontados na Lei n. 10.639/03. A Sequência Didática serviu para organizar rodas de conversas envolvendo os professores da equipe multidisciplinar do Colégio Cívico-Militar Dr. Osvaldo Cruz, em Campo Mourão, Paraná, assim como os resultados da pesquisa apontados na avaliação realizada com os professores. A pesquisa contribui para o desenvolvimento de proposta antirracista na escola, procurando construir uma educação democrática.

Palavras-chave: Ensino de História; Educação étnico-racial; Racismo Estrutural; Sequência Didática; Equipe multidisciplinar.

ABSTRACT

SOUZA, Ilda Aparecida de. **Antirracismo na escola: uma prática pedagógica multidisciplinar decolonial**. 164 fl. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em ensino de História Nível de Mestrado Profissional-ProfHistória. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2024.

This study comes from the issues surrounding the development of a critical education, especially relating to racism, which affects many individuals in the school environment and in society as a whole. The study shares the conception that human beings cannot be classified by race, skin color or ancestry, through the understanding that the school environment coexists with epistemic racism, recognizing predominantly western knowledges as the only form of knowledge that's valid and legitimate. This indicates that the field of Education must propose a reflection on History Teaching and analyze its sources of knowledge as a base to the interpretation of Brazilian history. Based on such comprehension and motivations, we investigated how the multidisciplinary team can contribute to an anti-racist decolonial education. Therefore, we proposed the development of a Didactic Sequence (SD), promoting human rights in the school environment, while focusing in the legal mechanisms behind the Law n. 10.639/03. The Didactic Sequence served as a means by which to organize conversation circles with teachers in the Colégio Cívico-Militar Dr. Osvaldo Cruz's multidisciplinary team, in Campo Mourão, Paraná, as well as the research's results regarding the teachers' evaluation of the Didactic Sequence. This research contributes to the development of an anti-racist proposition in schools, seeking to build a democratic form of education.

Keywords: History Teaching; Ethnic-racial education; Structural Racism; Didactic Sequence; Multidisciplinary team.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Apresentação da Sequência Didática para os professores.....	57
Figura 2 - Participação dos professores na 2ª oficina	59
Figura 3 - Criança Yanomami saudável.....	61
Figura 4 - Criança Yanomami desnutrida	61
Figura 5 - Mulher indígena com flor no cabelo.....	63
Figura 6 - Preparação da pupunha	63
Figura 7 - Tribo Yanomami.....	63
Figura 8 - Manifesto Yanomami.....	64
Figura 9 - Crianças indígenas desnutridas.....	65
Figura 10 - Tribo desnutrida.....	65
Figura 11 - Família indígena	65
Figura 12 - Holocausto x Yanomami desnutrido.....	66
Figura 13 - Crianças indígenas desnutridas.....	66
Figura 14 - Indígenas em estágio de desnutrição.....	66
Figura 15 - Combate ao racismo no futebol.....	69
Figura 16 - Todos humanos.....	70
Figura 17 - Cacique indígena	70
Figura 18 - Guerreiros e crianças indígenas	70
Figura 19 - Muçulmanos em oração	71
Figura 20 - Comunidade bombardeada.....	71
Figura 21 - Retrato de Carolina	73
Figura 22 - Antes	124
Figura 23 - Depois	124
Figura 24 - Destruição do meio ambiente na reserva Yanomami.....	124
Figura 25 - Resultados da Colonização.....	125
Figura 26 - Resultados da Colonização (Periferia).....	125
Figura 27 - Vidas Importam!.....	131
Figura 28 - Material usado no 9º ano B	147
Figura 29 - Religiosidade africana.....	148
Figura 30 - Miscigenação.....	149
Figura 31 - Chefe Indígena.....	149
Figura 32 - Terra em Chamas.....	150
Figura 33 - Exposição de cartaz	152

Figura 34 - Apresentação de capoeira.....	152
Figura 35 - Religiosidade e cultura negra	153
Figura 36 - Apresentação de poesia em grupo	153
Figura 37 - Reflexão de Consciência Negra.....	153
Figura 38 - Dois irmãos negros e a capoeira	154
Figura 39 - Família colorida.....	156
Figura 40 - Cabelo afro	156
Figura 41 - Amizade sem cor	157
Figura 42 - Cabelos múltiplos	157
Figura 43 - Amor colorido	157
Figura 44 - Diversidade.....	158
Figura 45 - Sentimentos não tem cor	158
Figura 46 - Manifesto.....	160
Figura 47 - Racismo e sentimento	160
Figura 48 - Reação ao racismo	161
Figura 49 - Resignação	161
Figura 50 - Maquete do Quarto de despejo	162

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição da população residente (%) por cor ou raça, segundo as grandes regiões.	
18	
Gráfico 2 - Tempo de atuação dos professores na equipe multidisciplinar	76
Gráfico 3 - Segmento da Educação Básica que os professores atuam	77
Gráfico 4 - Avaliação da apresentação gráfica do material	81
Gráfico 5 - Análise dos textos, filmes e imagens em relação à clareza e objetivos	83
Gráfico 6 - Avaliação dos objetivos das rodas de conversa	85
Gráfico 7 - Adequação do título da sequência didática ao tema do antirracismo	87
Gráfico 8 - Opinião sobre a sequência das rodas de conversas	89
Gráfico 9 - Opinião sobre o tempo previsto para abordar o tema e os conteúdos	90
Gráfico 10 - Análise do embasamento teórico para trabalhar o tema do antirracismo	92
Gráfico 11 - Avaliação dos textos do material sobre o antirracismo	94
Gráfico 12 - Avaliação do acesso aos links e outros materiais digitais apresentados.....	95
Gráfico 13 - Análise da proposta metodológica de desenvolvimento da SD	97
Gráfico 14 - Avaliação da relevância do produto educacional	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Respostas dos professores sobre os desafios do combate ao racismo na escola	78
Tabela 2 - Parecer dos professores sobre a apresentação gráfica	81
Tabela 3 - Parecer sobre o material de apoio à Sequência Didática	84
Tabela 4 - Considerações sobre rodas de conversa a respeito do racismo	85
Tabela 5 - Declarações sobre o título da Sequência Didática.....	87
Tabela 6 - Parecer sobre rodas de conversa.....	89
Tabela 7 - Considerações dos professores sobre o tempo e conteúdos da Sequência Didática.....	91
Tabela 8 - Avaliação dos professores sobre o embasamento teórico da Sequência Didática.....	92
Tabela 9 - Percepção dos educadores sobre os textos do material apresentado	94
Tabela 10 - Avaliação sobre o acesso ao material base da Sequência Didática	95
Tabela 11 - Percepção da proposta metodológica da SD	97
Tabela 12 - Análise da relevância da Sequência Didática.....	99
Tabela 13 - Opinião sobre conteúdo a ser acrescentado nas rodas de conversas sobre a educação étnico-racial	99

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I - O ENSINO DE HISTÓRIA, A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A DECOLONIALIDADE.....	25
1.1 RACISMO.....	26
1.2 ANTIRRACISMO.....	27
1.3 DECOLONIALIDADE.....	36
1.4 O ENSINO DE HISTÓRIA E A RESISTÊNCIA NEGRA.....	38
1.5 ENSINO MULTIDISCIPLINAR.....	42
1.6 EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.....	46
CAPÍTULO II - O CONHECIMENTO COMO CONTRIBUIÇÃO PARA UMA EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL.....	51
2.1 AS RODAS DE CONVERSAS COM OS PROFESSORES.....	55
2.2 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS AVALIATIVOS DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA.....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS.....	105
APÊNDICE 1 - SEQUÊNCIA DIDÁTICA	
APÊNDICE 2 - FORMULÁRIO PARA ANÁLISE DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA PELOS PROFESSORES DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR	
APÊNDICE 3 - ANÁLISE DAS RODAS DE CONVERSAS COM ALUNOS DO 9º ANO B	

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira, devido ao seu histórico escravocrata, possui o racismo enraizado em sua estrutura, acarretando relutância a mudanças ideológicas relacionadas ao estabelecimento do racismo na convivência social. Entretanto, o racismo demonstra ser um sério problema a ser enfrentado no ambiente escolar, onde a proximidade de pessoas de diferentes segmentos da sociedade, de raças e poderes diversos, é estabelecida por conflitos.

O ambiente escolar vem ao longo dos anos vivenciando o racismo no ambiente estrutural, aplicando uma legislação que foi o resultado das lutas dos movimentos negros pela necessidade de superação do racismo. Não basta à sociedade saber que racismo é crime, e que ninguém pode ser tratado com desrespeito ou discriminação, mas é preciso saber por que o racismo existe e que é possível formar uma sociedade antirracista.

O racismo existe e se desenvolve na sociedade brasileira por denegação, ou seja, não existe uma segregação explícita, predominando a ideologia da mistura e da assimilação. Isto advém do mito da democracia racial, legitimado por um discurso que nega o reconhecimento da identidade de raça, particularmente de indivíduos racializados, e afirma uma identidade mestiça e agregadora de diferenças a fim de velar o preconceito, o que estimula a resistência ao reconhecimento das identidades étnico-raciais no Brasil. Sob esta estrutura, a branquitude é considerada a norma, e o apagamento de identidades racializadas contribui para o não-questionamento dos privilégios desta branquitude. Neste contexto, o ambiente educacional precisa ser antirracista, permeado pela presença de educadores que atuem contra a discriminação independente de seu pertencimento étnico-racial, a fim de desconstruir e resistir contra este processo racista de apagamento.

É importante reconhecer que o Brasil não possui uma sociedade estratificada, com hierarquia de raças que garanta a superioridade do branco como grupo dominante. Segundo González (2020), isto se deve ao fato de que, no Brasil, as elites decidiram promover o branqueamento da população pela miscigenação, não ocorrendo segregação e nem mesmo classificação nos moldes norte-americanose e de países nórdicos, por exemplo. Portanto, estudar o antirracismo no Brasil implica em reafirmar os valores culturais de todos os povos e não apenas dos brancos, reconstruindo coletivamente identidades apagadas, pois a decolonização caracteriza-se pela valorização dos saberes humanos sem hierarquia de uns sobre os outros. Para entender a questão relacionada à decolonização apresenta-se a afirmação de González (2020) citada por Portela Jr.; Andrade Lira (2022):

Eu gostaria de colocar uma coisa: minoria cultural a gente não é não, tá? A cultura brasileira é uma cultura negra por excelência, até o português que falamos aqui é diferente do português de Portugal. Nosso português não é português, é pretuguês. Se a gente levar em consideração, por exemplo, a atuação da mulher negra, a chamada “mãe preta” [...] tem um papel importantíssimo como sujeito, suposto saber nas bases mesmo da formação da cultura brasileira (GONZALEZ, 2020, *apud* PORTELA JR; ANDRADE LIRA, 2022, p. 127).

Sendo assim, há de se desenvolver nas escolas atividades que envolvam diferentes disciplinas, e que sejam capazes de estabelecer a valorização da diversidade cultural e dos saberes afroculturais herdados pela ancestralidade negra, mesmo entre aqueles que não se identificam como tal por desconhecerem as origens dos que os antecederam. Uma das medidas legais que buscam inserir estes saberes afroculturais no ambiente escolar são as Leis 10.639/03 e 11.645/08, que tratam da inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena no currículo escolar das escolas públicas do estado. Para auxiliar na implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, a SEED/PR criou as Equipes Multidisciplinares, compostas por profissionais de diferentes áreas, como pedagogos, historiadores, antropólogos e especialistas em educação étnico-racial. Essas equipes foram responsáveis por elaborar materiais pedagógicos, oferecer formação continuada aos professores e promover atividades educativas voltadas para a valorização da diversidade étnico-cultural nas escolas públicas paranaenses.

As Equipes Multidisciplinares da SEED/PR também foram responsáveis por oferecer capacitação e formação continuada aos professores, gestores escolares e demais profissionais da educação, com o objetivo de sensibilizá-los sobre a importância da inclusão étnico-cultural no ambiente escolar e capacitá-los para abordar essas temáticas de forma adequada e respeitosa em sala de aula. Estas equipes atuam diretamente nas escolas públicas do estado, oferecendo suporte técnico e pedagógico às equipes escolares, promovendo atividades educativas e culturais e acompanhando a implementação das políticas de educação étnico-racial no ambiente escolar. Portanto, estas equipes mostram-se férteis para estudos relacionados ao antirracismo nas escolas e, principalmente, no ensino de História.

A escola deve atuar para formar cidadãos, de maneira igualitária e com plenos direitos a serem respeitados por todos, independente da raça, gênero, ou qualquer outra espécie de discriminação. Por isso, cabe à escola executar políticas públicas de inclusão social para suplantiar a marginalização dos negros, indígenas e migrantes. Esse é um trabalho a ser desenvolvido com ações contínuas de antirracismo e de respeito mútuo entre as pessoas.

O Brasil apresenta desigualdades sociais profundas, resultado do processo colonial e

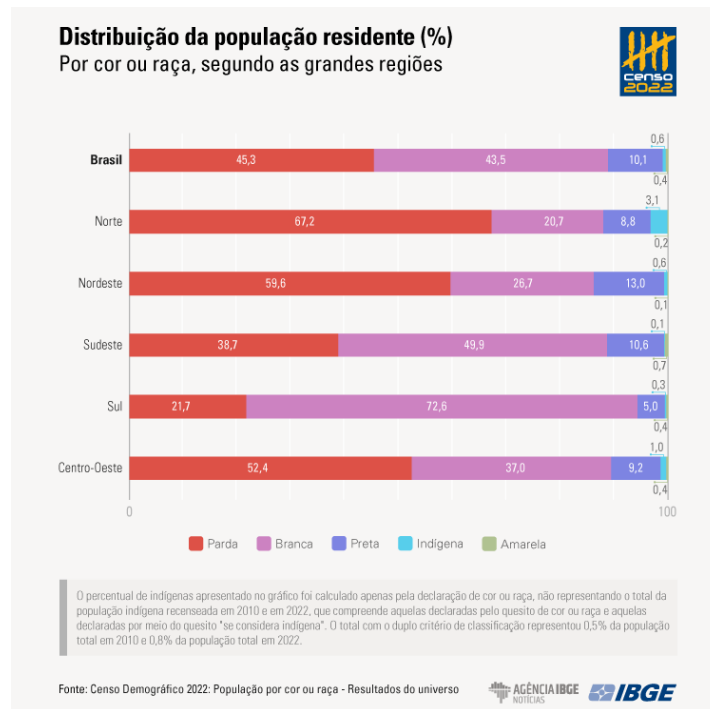
escravocrata. Durante todo esse processo houve a resistência dos escravizados. Na década de 1970, surge o movimento negro brasileiro contemporâneo. Em 1978 realizou-se uma concentração em São Paulo que se autodenominou “Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial”, cujos integrantes representavam diversos grupos que tinham como objetivo denunciar, permanentemente, todo tipo de racismo e organizar a comunidade negra.

Assim, a lei n. 10.639/2003 teve origem no movimento negro e instituiu a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileiras nas escolas (BRASIL, 2003). Este foi um passo importante para a organização de outras medidas antirracistas nos ambientes educacionais. Posteriormente, em 2008, foi instituída a lei n. 11.645, que torna obrigatório o ensino da história e da cultura indígena nas escolas brasileiras. Entretanto, essa obrigatoriedade legal não teve o efeito desejado, pois os educadores não foram preparados para realizar esta ação.

A cultura dos povos nativos foi suplantada pelos brancos pela força e pelo escravismo. Os indígenas sofrem usurpação de direitos ainda atualmente. Parte dos africanos escravizados dominavam a escrita, técnicas de mineração e de metalurgia, assim como a prática agrícola, e sua vinda para o Brasil contribuiu historicamente para a formação do país. A cultura africana foi suplantada pelo eurocentrismo, utilizando da escravização como estratégia de dominação e acesso a sua cultura e seus conhecimentos no domínio da extração mineral, fabricação, fundição e o tratamento dos metais e suas ligas. As armas usadas nestas conquistas foram a violência e a propagação de discursos de inferioridade contra nativos e africanos, sendo a prática do racismo uma manipulação que perpetua e busca internalizar este sentimento de inferioridade.

A Abolição da Escravatura e a Proclamação da República foram mudanças que não beneficiaram a maioria da população, pois a abertura dos portos para europeus reforçou estigmas em relação aos africanos que, mesmo libertos do regime de escravidão perante a lei, não foram reconhecidos socialmente como indivíduos importantes para o crescimento do país.

Tratar da educação das relações étnico-raciais é por si só desafiador e relevante, e em tempos de negacionismo isto se torna ainda mais necessário. É visível o retrocesso que tivemos nesse período de 2019 a 2022 (REIS; SENRA, 2021). Parcela significativa da sociedade tem se comportado de modo abertamente intolerante e agressivo contra as minorias, ainda que pardos, pretos e indígenas componham maioria da população brasileira (BELANDI; GOMES, 2023), conforme o gráfico 1 a seguir ilustra:

Gráfico 1 - Distribuição da população residente (%) por cor ou raça, segundo as grandes regiões

Fonte: BELANDI; GOMES, 2023¹.

A História, enquanto ciência e disciplina escolar, tem muito a contribuir para desnaturalizar estes comportamentos racistas incompatíveis com a dignidade humana. Essas são algumas das razões que me motivam a desenvolver esta pesquisa de cunho antirracista. Nasci em 1972, sou filha de um casal de pretos pobres como milhares neste país, com pouca possibilidade de escolarização, trabalhadores do campo em terras alheias e explorados. Em busca de melhores condições de vida, ainda na década de 1970, fomos morar no Paraguai, permanecendo até 1980, quando meu pai mudou-se para Foz do Iguaçu, onde passou a trabalhar na construção da usina de Itaipu. Finalmente tive a oportunidade de frequentar a escola, já com oito anos. As imensas dificuldades de adaptação ao Colégio Anglo Americano acompanharam a minha alfabetização. Eu era uma menina negra, fora da minha faixa etária numa escola muito exigente. Eu tinha dificuldade motora para escrita, o que rendeu beliscões da professora na 2ª série e exclusão que me limitava à fila da lateral no fundo da sala. Na terceira série a bondade da professora despertou em mim a vocação ao magistério, pois me sentia vista e valorizada sendo quem eu era, uma menina negra, pobre e que se encantava com a possibilidade de aprender.

As barreiras foram enfrentadas com muita garra e luta, e problemas familiares como a

¹ Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

separação dos meus pais não me impediram de buscar meu sonho. Trabalhei como babá, técnica de enfermagem e balconista em loja de confecção, elutas maiores viriam, quando engravidei no final do Ensino Médio e tive que parar de estudar por sete anos. Retornei em 2002 quando iniciei o curso de História na Faculdade União das Américas, onde novamente passei dificuldades, pois engravidei de gêmeos que nasceram prematuros e precisei de apoio para concluir a faculdade. Em 2006 comecei a atuar na rede estadual de ensino, participando das reuniões e formações da APP-Sindicato, e também de seu Coletivo de Educadores e Educadoras Negros e Negras. Realizei ainda as formações ofertadas pela SEED para educadores negros em Faxinal do Céu. Obtive especialização em Educação Especial, o que possibilitou realizar concurso em História e Educação Especial, sendo aprovada nas duas modalidades. Tornei-me professora do Quadro Próprio do Magistério do Paraná sendo empossada em fevereiro de 2009, e trabalhei no Núcleo Regional de Educação (NRE) de Foz do Iguaçu, de setembro de 2011 a dezembro de 2012. Por fim, iniciei o curso de Direito em 2013.

As minhas buscas não pararam. Cursei mais três especializações, fiz Pedagogia e Direito e passei no exame da OAB/PR, assinando meu termo de compromisso em maio de 2018, especializando-me na Escola da Magistratura do Paraná em Direito Aplicado em 2019. Meu ingresso no Mestrado Profissional em Ensino de História, em 2022, se mostrou importante como oportunidade de pesquisar sobre a educação das relações étnico-raciais, sendo também uma forma de reconhecimento da minha identidade cultural e racial, que tem trazido impactos no meu trabalho em sala de aula ao longo da minha trajetória de vida. Percebi que o racismo se fez e se faz presente em minha vida. Existem espaços em que o corpo de uma mulher negra por si só é afronta, é luta pelo direito de ser e de estar no mundo e de viver com dignidade. Assim, atuar na educação das relações étnico-raciais é o que me move para uma educação de combate ao preconceito, à discriminação e ao racismo, para que o artigo 5º da Constituição Federal não seja letra-morta e possa ser materializado na vida dos excluídos, e para que a educação antirracista promova a tão sonhada equidade racial, pois o maior temor de uma mãe negra é que o corpo negro dos seus filhos sejam alvo da violência presente em diferentes espaços sociais.

Tornar a escola um espaço de inclusão e valorização da diversidade é o desafio dos profissionais da educação que almejam uma sociedade equânime. Nessa perspectiva de uma escola plural, o trabalho precisa ocorrer durante todo o ano letivo e sempre que acontecerem situações de racismo no interior da escola. Racismo não pode ser confundido com *bullying*, e a equipe multidisciplinar também deve estar atenta a essas situações.

Neste contexto, surge a decolonialidade, cujo estudo contribui para fundamentar a valorização de diferentes culturas, não existindo uma melhor que a outra. A partir disso, as pessoas e a sociedade podem reconhecer aspectos positivos da sua cultura, sua ancestralidade. Este autoconhecimento e consciência étnica em suas práticas sociais, além de desenvolver conhecimento, fomenta políticas públicas que conduzam à igualdade de direitos e ao respeito pelas pessoas, independente de suas origens. Assim, a decolonialidade se apresenta como uma estratégia que transforma a liberdade política em construção e criação étnica e cultural, sendo uma forma de resistência política.

A produção de novos conhecimentos a respeito da educação étnico-racial se dá neste estudo através do método de pesquisa-ação com abordagem qualitativa realizada por meio de sequência didática. Estudada inicialmente pelos professores que formam a equipe multidisciplinar do Colégio Cívico-Militar Dr. Osvaldo Cruz, esse produto educacional foi desenvolvido, posteriormente, com alunos da Educação Básica da referida escola. Este tipo de ação procura promover a análise de valores, conceitos e preconceitos ligados à questão da educação antirracista no contexto escolar, sendo a construção de conhecimentos elaborada a partir de leituras e reflexões por meio de rodas de conversa, onde cada participante expõe as suas expectativas em relação ao tema de antirracismo.

Localizado em Campo Mourão – PR, o Colégio Cívico-Militar Dr. Osvaldo Cruz foi criado no dia 02 de abril de 1964, logo após o golpe militar, e tornou-se, sob direção da professora Rosemere Scheffer, um Colégio Cívico-Militar em 11 de novembro de 2020, conforme o avanço de políticas reacionárias e conservadoras no país, manifestas na educação. Inicialmente uma escola pequena com apenas duas salas de madeira, hoje conta com 504 alunos, dos quais 80% advém da zona urbana e 20% da zona rural, sendo estes alunos de maioria católica. Conforme o Projeto Político Pedagógico da escola, a maioria dos pais e responsáveis pelos alunos possuem estudo incompleto, e 30% possuem ensino superior. O rendimento mensal das famílias dos alunos é em torno de cinco salários mínimos, e 60% dos alunos não utilizam transporte público, enquanto 40% utilizam. Ainda que o PPP do Colégio Cívico-Militar Dr. Osvaldo Cruz faça menções à Lei 10639/03 e Lei 11645/08, referentes à obrigatoriedade da História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena no currículo, e o destaque destas na Equipe Multidisciplinar, o PPP não adota uma postura radical de ruptura sistêmica com a colonização dos saberes e da educação brasileira, não mencionando recortes como gênero, raça e classe como instrumentos para a compreensão do contexto histórico e social no qual a escola está inserida (PPP, 2023).

A implementação do meu trabalho antirracista na escola, apesar do amparo legal e da

necessidade urgente, enfrentou resistência por parte de professores conservadores que consideram a educação antirracista desnecessária ou até mesmo incômoda. Essa resistência reflete uma série de desafios e obstáculos que precisam ser superados para garantir uma educação mais inclusiva e equitativa, tal como previsto no modelo de Projeto Político Pedagógico adotado pela SEED/PR e que as escolas devem seguir formalmente para a inserção dos dados referentes a escola. Um dos principais desafios é a falta de conscientização sobre a persistência do racismo estrutural na sociedade brasileira. Em minha experiência no colégio, observei que estes professores conservadores não reconhecem a existência do racismo ou minimizam sua importância, o que dificulta a implementação de políticas e práticas educacionais que abordem essa questão de forma eficaz. Além disso, há uma resistência à reflexão sobre os privilégios da branquitude historicamente presentes na sociedade brasileira. Há a questão do desconforto ao confrontar seus próprios privilégios e assumir a responsabilidade de combater o racismo em suas práticas pedagógicas. Isso pode levar à defesa de uma visão neutra da educação, que ignora as desigualdades raciais e perpetua a invisibilidade das experiências e perspectivas das pessoas negras.

Este desafio também se dá na falta de formação e apoio institucional para os professores que desejam realizar um trabalho antirracista, notável na ausência de temáticas antirracistas no PPP do Colégio Cívico-Militar Dr. Osvaldo Cruz. Este problema se relaciona à ausência de políticas e recursos específicos para apoiar a implementação de práticas antirracistas, o que pode dificultar ainda mais o trabalho dos professores nesse sentido. Nota-se que, no PPP deste Colégio, a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena é brevemente mencionada, carecendo de contextualização histórica na teoria e de uma abordagem antirracista na prática (PPP, 2023).

Ao desenvolver estudos a respeito do antirracismo, da decolonialidade e das relações étnico-raciais no espaço educacional e na sociedade em geral, as pesquisas foram realizadas nas bases teóricas de estudos desenvolvidos por Almeida (2020), Ribeiro (2019), Chirinéia (2018), Costa et al. (2020), entre outros que estudam o antirracismo na educação. Busca-se uma formação capaz de interferir concretamente nas políticas públicas do governo, o que contribui para fomentar as lutas dos movimentos étnicos e, principalmente, a luta dos negros, expressa nas produções acadêmicas que abordam as diferenças étnicas, o multiculturalismo e a identidade cultural.

Nesta perspectiva, considera-se fundamental estabelecer os conceitos de igualdade e diferença e construir uma epistemologia pertinente às questões éticas e políticas de maneira crítica, para desenvolver conhecimentos históricos, sociológicos e filosóficos capazes de

estabelecer a originalidade e a essencialidade de se refletir a respeito da cultura, das características étnicas e da educação no contexto social e cultural da atualidade.

Assim, é importante considerar a Lei n. 10.639/03 como uma possibilidade de criar condições que envolvam os sujeitos a que se destinam os conceitos desenvolvidos no contexto educacional brasileiro, pois cabe formar a capacidade de mediar conflitos, confrontar e negociar novos conhecimentos que permitam tornar evidente a diferença e o pensamento crítico que permita analisar a visibilidade de outras histórias que não estejam centralizadas no eurocentrismo.

Desta forma, colocam-se algumas questões-problemas que perpassam o trabalho, tais como: De que forma a equipe multidisciplinar de fato contribui para uma educação decolonial antirracista? Desenvolver com a equipe multidisciplinar uma sequência didática decolonial antirracista contribui para a desnaturalização do racismo na Educação Básica? Que saberes são necessários aos professores da equipe multidisciplinar para realizar uma educação antirracista?

Há a hipótese de que, quando a consciência popular se impõe e se forma no meio social, surge também uma superação da cultura do silêncio que se encontra presente nas massas e neste processo histórico, e isto pressiona as elites que comandam o país. A emergência desta consciência popular constitui-se também com a imposição de uma consciência para as elites dominantes. Este poder representa uma estrutura de dominação que cala as classes populares para perpetuar o controle da mesma elite (FREIRE, 1980).

Diante disso, o trabalho como educador em escola pública, almeja a emancipação humana a partir de uma educação libertadora, em que haja a humanização do oprimido e superação dos seus condicionamentos históricos, muitas vezes pautados na naturalização do racismo. Logo, busca-se uma possibilidade de promover uma prática educativa humanizadora onde alunas e alunos se identifiquem como sujeitos históricos.

Em pesquisas realizadas por outros professores que utilizaram sequências didáticas para ensinar história, pesquisadores como Vieira (2016), De Jesus (2018), Faco (2018), Oliveira (2019) e Silveira Jr. (2021) empreenderam com êxito o ensino de História com o desenvolvimento de sequências didáticas. De acordo com Zabala (1998, p. 18), a sequência didática compreende um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para realizar objetivos educacionais, a fim de tornar um assunto conhecido tanto pelos alunos quanto pelos professores.

O objetivo geral deste estudo é desenvolver uma Sequência Didática para práticas pedagógicas educativas pautadas no decolonialismo e no antirracismo, promovendo os

direitos humanos no âmbito escolar, com foco nos mecanismos que levam em consideração o disposto na Lei n. 10.639/03. Para tanto, procura-se operacionalizar a pesquisa com a definição dos conceitos relacionados à educação das relações étnico-raciais na perspectiva decolonial antirracista, fundamentando o produto educacional de forma que esteja inserido no contexto da existência de uma juventude negra que necessita ter consciência de seu papel social, valendo-se da análise de informações do censo, dos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) e outros recursos.

Entende-se que é necessário reconhecer na educação histórica uma ferramenta de defesa da dignidade humana, da valorização de todos os povos, dos valores democráticos que permitam a formação de alunas/alunos conscientes por meio do desenvolvimento de um produto educacional de Sequência Didática a ser avaliado por professores da área de história.

Uma das técnicas que vêm sendo utilizadas na educação étnico-racial é a roda de conversa, funcionando como elemento desencadeador de uma reflexão consciente e coletiva, e é possível afirmar que se trata de uma possibilidade dada aos interlocutores de se colocarem na relação de fala e de escuta de seus pares dentro da sala de aula. Desta forma, a proposta da Sequência Didática, que compreende a organização de rodas de conversa envolvendo os professores da equipe multidisciplinar do Colégio Cívico-Militar Dr. Osvaldo Cruz, busca a promoção de uma reflexão entre o público da educação básica, visando perceber a importância de se discutir a decolonialidade antirracista. O movimento de percepção e reflexão a respeito de uma educação decolonial antirracista envolve os professores da equipe multidisciplinar, representado por professores de História, Cidadania e Civismo, Arte, Língua Portuguesa, Geografia, Matemática e alcança os alunos a partir da proposta de se pensar a maneira como as relações étnico-raciais se desenvolvem no ambiente escolar e na sociedade.

Em relação à estrutura do texto dissertativo, organizamos o material em dois capítulos e apêndices. No capítulo I são apresentados alguns fundamentos do ensino de História, caracterizando a educação pautada em relações étnico-raciais, bem como fundamentando os princípios do antirracismo decolonial.

O capítulo II trata do trabalho desenvolvido com participação da comunidade escolar, em um movimento de pesquisa-ação e articulação entre teoria e prática. Inicialmente, houve a apresentação do projeto aos professores e, durante os meses de agosto/setembro, foram desenvolvidas cinco rodas de conversas com os docentes, visando tornar conhecido o material e buscando compreender como os professores percebem a necessidade de estabelecer uma educação antirracista com os alunos. A segunda parte do capítulo discute os resultados da análise do material da Sequência Didática. Foi apresentado um questionário digital aos

professores, dos quais nove professores avaliaram o produto educacional, opinando a respeito da validade das ações ali dispostas. Assim, é possível utilizar da avaliação para compreender e elaborar coletivamente recursos didáticos e pedagógicos para a promoção de um sistema educacional antirracista decolonial.

Por fim, a Sequência Didática foi desenvolvida com alunos do 9º ano B. Em cada roda de conversas os alunos identificavam pontos que se relacionavam com suas próprias histórias. Este processo complementou o estudo e contribuiu para validar a possibilidade de se realizar uma educação antirracista decolonial na escola, que foi consolidada com a apresentação dos resultados no dia 20 de novembro, quando a escola comemorou o “Dia da Consciência Negra”. Esta experiência pode ser acompanhada no Apêndice 3.

CAPÍTULO I - O ENSINO DE HISTÓRIA, A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A DECOLONIALIDADE

Este capítulo apresenta os conceitos e bases teóricas que resultam de reflexões e estudos a respeito do racismo, do antirracismo, da decolonialidade, e dos fundamentos para o ensino de história enquanto elemento do conhecimento capaz de esclarecer sobre as características das relações étnico-raciais.

Ao discorrer sobre as implicações de se estabelecer um ensino de história como base para o desenvolvimento de uma educação antirracista, tornou-se fundamental reconhecer a importância do ensino multidisciplinar, pois este apresenta a participação dos educadores de diferentes disciplinas no trabalho de educar, estabelecendo ambientes plurais, criativos e plenos de respeito aos direitos de todos os cidadãos.

1.1 RACISMO

Para desenvolver o conhecimento sobre o antirracismo é necessário conhecer e conceituar este tipo de preconceito. Quando o sujeito discrimina alguém motivado pela origem da pessoa, é por acreditar na superioridade entre um e outro, ou seja, compreende a crença de que existem raças superiores e inferiores, pautando tal crença na aparência, na cor da pele, enfim, nas características físicas étnico-raciais.

Pinheiro (2023, p. 50) pontua que o “racismo é um constructo social dependente do conceito de raça que garantiu quase quatro séculos de escravidão”, indicando que este foi um processo estratégico, pensado para estabelecer o domínio de brancos sobre os negros e indígenas.

O surgimento do racismo possui motivação política e econômica, se manifestando de acordo com diferentes contextos históricos. Algumas ideologias pautam seu desenvolvimento, tais como: o fascismo, o nazismo, o escravismo, o eugenismo e outros princípios ideológicos que já conduziram a humanidade a trágicos acontecimentos, como o holocausto.

Entretanto, não existem raças superiores e inferiores, e não há características físicas que indiquem a superioridade de uma raça ou etnia sobre outra. No Brasil, este fato é previsto na Constituição Federal de 1988, que em seu Art. 5º estabelece que todos são iguais perante a lei, e não há distinção que garanta o direito de violar a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade, sendo este direito da pessoa humana, independente de raça ou nacionalidade.

Ao tratar dos efeitos do racismo sobre a vida dos descendentes de escravizados,

Djamila Ribeiro pontua:

Movimentos de pessoas negras há anos debatem o racismo como estrutura fundamental das relações sociais, criando desigualdades e abismos. O racismo é, portanto, um sistema de opressão que nega direitos, e não um simples ato de vontade de um indivíduo. Reconhecer o caráter estrutural do racismo pode ser paralisante, afinal como enfrentar um monstro tão grande? No entanto, não devemos nos intimidar. A prática antirracista é urgente e se dá nas atitudes mais cotidianas (RIBEIRO, 2019, p. 12).

O racismo possui diferentes aspectos a serem abordados, pois apresenta princípios, normas e diferenças que o caracteriza e o distingue, e por suas características prejudiciais, atenta contra a dignidade humana e os direitos da pessoa. Logo, o racismo deve ser eliminado do cotidiano social.

De acordo com Kilomba (2019), há uma recusa no racismo usada para legitimar a violência da exclusão racial. Essa negação do sujeito branco é obtida para validar a sua superioridade universal, o levando a apontar o sujeito negro como aquele que representa perigo, pois irá roubar o que o branco possui. Não raro, pessoas negras e indígenas sofrem boicotes daqueles que se intitulam como donos da estrutura institucional representada pelos brancos de qualquer classe social. O racismo enquanto discriminação social, baseada na superioridade de uma raça sobre a outra, é cruel e desumano.

O racismo pode ser incentivado por questões políticas. Um exemplo disto foi o extermínio de povos judeus durante o início do século XX em campos de concentração nazistas, com base no argumento da superioridade da raça ariana (FONSECA, 2009). Este não é um problema apenas de nações desenvolvidas, podendo ocorrer em qualquer parte do mundo, e encontrando terreno fértil nos muitos "ismos" que permeiam as ideologias de supremacia racial. O racismo não possui critérios científicos, segue apenas valores e ideologias conservadoras, ainda que tenha, historicamente, se legitimado via discursos pseudocientíficos, concebidos como ciência durante o período eugenista, por exemplo. No Brasil, a ideologia de superioridade racial é legalmente condenável, sendo considerada crime imprescritível e inafiançável desde 1989 (ALMEIDA, 2018).

A Constituição Federal de 1988 estabelece que o Brasil se constitui em Estado Democrático de Direito com fundamento na dignidade da pessoa humana. Portanto, este princípio legal ampara a dignidade do indivíduo negro, pois o ser humano não pode ser considerado objeto perante a lei, como era no tempo da escravidão. Todos devem ser tratados como iguais, sem discriminação independente da cor. Somente com toda a sociedade seguindo os princípios a igualdade é que o racismo pode ser eliminado (BRASIL, 1988).

O combate ao racismo não pode ser ignorado. É uma conquista histórica dos movimentos antirracistas, e seus direitos não devem ser revertidos ou reduzidos, devendo serem respeitadas as garantias individuais. Face os desafios do racismo no Brasil, foi promulgada a lei n. 12.288, de junho de 2010, denominada de “Estatuto da Igualdade Racial”, cujo objetivo é garantir à população negra a igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais e coletivos, combatendo a discriminação e outras formas de intolerância étnica (BRASIL, 2010).

Existem termos que caracterizam e diferenciam o racismo. Na escola, se uma criança for impedida de estudar por ser negra, por exemplo, caracteriza-se um caso de racismo. Porém, se qualquer pessoa for desdenhada, ou sofrer *bullying* por ser negra, isto caracteriza injúria racial, sendo tais práticas consideradas crime e, do ponto de vista moral, uma ação degradante. Assim, ao inserir a História e Cultura Afro-brasileira nos currículos escolares busca-se conscientizar sobre a influência cultural africana na população brasileira, sendo este um grande passo para combater o racismo (SANTOS, 2009).

Neste contexto, é importante que os educadores estejam preparados para promoverem ações e reflexões antirracistas, estudar e desenvolver práticas de ensino de maneira a fornecer meios para que os alunos aprendam a reagir e a não serem inferiorizados devido à cor da pele.

1.2 ANTIRRACISMO

A Lei n. 10.639/2003 determina a obrigatoriedade do reconhecimento étnico a partir do estudo da história e da cultura africana e afro-brasileira, a fim de corrigir o cenário de desigualdade e preconceito imposto pelo racismo à sociedade. Compreende-se que um ensino antirracista é um mecanismo importante para corrigir o preconceito racial e mudar a forma de educar.

Antes de defender o antirracismo, é necessário entender o conceito de raça, não apenas como os dicionários trazem, nos moldes brancos e ocidentais de conhecimento. Deve-se compreender o conceito vivenciado, pois há uma grande diferença entre teorizar e vivenciar. Almeida (2020) apresenta uma concepção vivenciada do racismo estrutural.

Sobre a etimologia do termo raça, o que se pode dizer com mais segurança é que seu significado sempre esteve de alguma forma ligado ao ato de estabelecer classificações, primeiro entre plantas e animais e, mais tarde, entre seres humanos. A noção de raça como referência a distintas categorias de seres humanos é um fenômeno da modernidade que remonta aos meados do século XVI. Raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está

inevitavelmente atrelado a circunstâncias históricas em que é utilizado. Atrás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas (ALMEIDA, 2020, p. 24).

Direcionando informações para a educação antirracista, pode-se perceber que há direcionamentos objetivos que podem contribuir para o entendimento das questões raciais. Inicialmente, é necessário captar informações sobre as maneiras como o racismo surge e incide sobre nossa sociedade. O Brasil possui uma configuração de racismo distinta, sendo a discriminação ligada às características fenotípicas, especialmente em relação às pessoas negras e alguns de seus traços marcantes (como nariz e boca mais largos e tons da pele). Almeida discorre também sobre raça:

Raça é um conceito cujo significado só pode ser recolhido em perspectiva relacional. Ou seja, a raça não é uma fantasmagoria, um delírio ou uma criação da cabeça de pessoas mal-intencionadas. É uma relação social, o que significa dizer que a raça se manifesta em atos concretos ocorridos no interior de uma estrutura social marcada por conflitos e antagonismos (ALMEIDA, 2020, p. 52).

De acordo com Djamila Ribeiro em seu “Pequeno Manual Antirracista”, é importante reconhecer que a população negra não era escrava, que havia uma vida social organizada em África, da qual estes indivíduos participavam antes de terem sido sequestrados e escravizados pelos brancos. Neste contexto brutal, os bandidos não eram os africanos. O processo de escravização não aconteceu pacificamente, havendo resistência que deu origem a formação de quilombos e demais revoltas. Para esta autora, é importante falar sobre racismo e apresentar a perspectiva histórica desta estrutura, pois a história das vidas dos negros no Brasil precisa ser contada na perspectiva da população negra e não mais na visão hegemônica do branco (RIBEIRO, 2019).

As opressões direcionadas aos negros variam desde as atitudes discriminatórias até atitudes declaradamente racistas. Ainda, é importante perceber que há uma relação entre o racismo e a falta de reconhecimento da representatividade das mulheres, impondo barreiras e ampliando a desigualdade em relação às mulheres negras.

Para Ribeiro (2021), há que se refletir sobre a percepção do colonialismo como elemento que reifica as identidades sociais. Entretanto, não há como realizar um debate amplo sobre um projeto de sociedade sem enfrentar o modo pelo qual as identidades se constroem dentro da lógica colonial.

A escola precisa desenvolver projetos de valorização das características afrodescendentes e combater a estereotipificação historicamente desenvolvida em relação ao povo negro. A valorização das características afro e indígenas devem ser desempenhadas e voltadas para todos, desde a questão de conhecimentos e intelectualidade até os aspectos estéticos.

A respeito do antirracismo, Diângelo (2018) pontua que o grande desafio é encarar a nossa própria definição de racista:

O status quo racial é de conforto para as pessoas brancas, e não avançaremos nas relações raciais enquanto permanecermos confortáveis. A chave para avançar é o que fazemos com nosso desconforto. Podemos usá-lo como um escape[...] ou, podemos usá-lo como uma porta de entrada perguntando: por que isso me perturba? O que isso significaria para mim se fosse verdade? (DIÂNGELO, 2018, p. 36).

Os projetos educacionais devem ser voltados para identificar e combater os privilégios destinados aos brancos, pois o reconhecimento dos privilégios da branquitude permite ouvir os gritos dos cidadãos negros, que vem há séculos reivindicando seus direitos. Para que isso ocorra, é necessário compreender a presença da maioria branca e seus espaços de poder, dado que este não é um espaço natural, mas sim construído a partir da escravização dos povos negros, e do abandono e marginalização das pessoas negras nas periferias das cidades.

É importante entender e reconhecer a nossa incapacidade de socialização racial, e ao reconhecer isto, nos tornamos mais resistentes e podemos reagir à fragilidade da branquitude. Tal reflexão nos conduz a reconhecer nossa própria identidade, e para os brancos isto representa o enfrentamento do que significa ser branco. Entretanto, é importante olhar para nós mesmos e perceber o racismo internalizado em cada um. Não basta admitir a existência de racismo no Brasil, sendo necessário entender o racismo que há em cada pessoa branca. A escola deve adotar o desenvolvimento de projetos que conduzam ao respeito e ao combate ao racismo no contexto escolar e nas redes sociais onde estudantes negros e pardos são alvos de ataques racistas.

De acordo com Moreira (2020), o racismo possui um caráter dinâmico evidenciado quando influencia características de mudanças culturais e políticas em suas diferentes manifestações. Ainda que popularmente o racismo seja associado a uma ação irracional, sua estrutura está enraizada na sociedade e presente nas mentes dos indivíduos, surgindo como elemento central na história social e psíquica das nações ocidentais.

Amparados na lei, cabe aos educadores combater o racismo enquanto uma estrutura social de dominação, sendo necessário apoiar políticas educacionais afirmativas. Da mesma forma, deve-se promover um debate que permita o entendimento sobre a capacidade e as oportunidades dispostas constitucionalmente como direito de todos. A escola é o espaço onde se deve promover a luta contra o racismo para garantir direitos fundamentais. Exercer o antirracismo é educar para garantir o direito de todas as pessoas.

Uma educação antirracista é direcionada aos racistas aversivos, ou seja, aqueles que tratam indivíduos de minorias raciais com cordialidade, mas não realizam uma interação espontânea, sendo meramente circunstancial. Além disso, esses sujeitos rejeitam a sugestão de que sejam racistas em função da sua crença em ideais igualitários e que correspondam às suas convicções. Para Moreira (2020) há um racismo simbólico percebido como produto de um processo psicológico e histórico na percepção do outro, construindo uma diferenciação de *status* cultural entre grupos raciais. Assim, o conceito de racismo institucional é explicado a partir das práticas institucionais que desconsideram determinada raça e que afetam grupos raciais de forma negativa.

Neste sentido, é preciso fomentar a noção de que existem outros modos de viver e ser, que são tão importantes quanto os que sempre se fizeram e ainda se fazem presentes no currículo eurocêntrico. Mas o currículo eurocêntrico subalterniza, inferioriza e torna invisíveis diversos grupos que, nesta perspectiva, são concebidos como de menor valor. Conforme o professor e pesquisador Alison Paim:

Como muitos outros povos da América, Ásia, África e Oceania, o Brasil foi colonizado por povos de origem europeia. Colonizadores que, além das ações de exploração econômica, exploraram e destruíram os saberes e fazeres de milhares de povos. Constituíram sistemas jurídicos, políticos, ideológicos, religiosos e culturais que justificaram todas as atrocidades cometidas e impregnaram de inúmeros desqualificativos o que era próprio dos povos originários – os então declarados bárbaros, incivilizados, pagãos, incultos (PAIM, 2019, p. 1).

Não obstante, a educação antirracista tem sido bandeira de luta, e mesmo que passadas duas décadas da promulgação da Lei n. 10.639/03, a efetivação e a difusão desta ainda é algo a ser alcançado. Há ausências e silêncios dentro do currículo e da escola que precisam ser problematizados. A reflexão sobre que educação se almeja para todos os brasileiros e brasileiras merece atenção, dado que:

Educação de qualidade tem sido bandeira de luta de movimentos sociais,

organizações da sociedade civil, gestores e diversos outros atores que lidam direta ou indiretamente com a questão educacional. No entanto, sabe-se que a qualidade educacional é um conceito polissêmico, em disputa, ainda que essa disputa seja timidamente explicitada. Ou seja, a excelência educacional é uma questão que não pode ser pensada e avaliada descolada da noção de equidade (SANTOS, PINTO, CHIRINÉA, 2018, p. 952).

Em um país marcado pela desigualdade social, com diversos problemas como desemprego, violência e encarceramento em massa da população negra, entre tantas outras mazelas, se faz urgente trazer à baila que a educação deve, entre outras coisas, contemplar todos os sujeitos que foram historicamente colocados na subalternidade, na coisificação. E a equipe multidisciplinar tem a possibilidade de auxiliar no processo de visibilização desses atores que, até então, tiveram suas histórias e trajetórias negadas, silenciadas e esquecidas.

Existe uma vulnerabilidade educacional brasileira no tocante a construção positiva de identidade, que faz com que os alunos e alunas negros/negras ainda se sintam pouco ou nada representados. Embora já haja legislação de políticas públicas de ação afirmativa educacional, que pode ter produzido os efeitos almejados em determinados locais e instituições, em demais contextos elas ainda são letras mortas. Deste modo, o trabalho docente pode contribuir para tornar o espaço escolar equânime e, por consequência, a sociedade também.

A participação de professores/professoras, alunos/alunas e a comunidade escolar em sua totalidade é importante para que as potencialidades da equipe multidisciplinar sejam acentuadas, e para que os alunos e alunas compreendam e valorizem o seu pertencimento étnico-racial, independente de qual seja.

Portanto, os desafios impostos à equipe multidisciplinar também precisam ser objeto de análise, já que a escola é um espaço de disputa de poder. A estrutura racista da sociedade brasileira contribui para a dessensibilização de profissionais do magistério, e é necessário não apenas trabalhar esta sensibilização através do ensino de História e da multidisciplinaridade, mas reforçar a obrigatoriedade legal e o compromisso ético do professor para com seus alunos, que possuem direito a outra história. Não apenas aquela história eurocentrada, que os aniquila, mas uma história de resistência. Os alunos e as alunas, enquanto sujeitos de direitos, com a sua dignidade humana garantida em amplo sentido, clamam por uma escola plural.

Nessa perspectiva de uma escola plural, não cabe a “folclorização” que ocorre dentro das escolas, que pontualmente realizam atividades para a semana do 20 de novembro, para fazerem os registros fotográficos e enviarem ao núcleo regional de educação, como se assim já tivesse cumprido o que estabelece a legislação. O trabalho precisa ocorrer durante todo o ano letivo e sempre que acontecerem situações de racismo no interior da escola. E racismo

não pode ser confundido com *bullying*. A equipe multidisciplinar também deve estar atenta a essas situações, rompendo com as desigualdades sociais no Brasil, pensando a escolarização, empregabilidade, violência, encarceramento, baixa renda, falta de moradia, entre tantas outras situações que estão estreitamente ligadas a nossa condição de país escravocrata.

Para tanto, é necessário decolonizar os saberes trabalhados na educação. Como forma de assegurar a dignidade humana de todos/todas os/as alunos e alunas, que na sua maioria estão na Educação Básica pública. Ou seja, essa diversidade de sujeitos da escola em questão deve ser reconhecida no currículo, de modo ativo, positivo, reconhecendo as resistências de suas ancestralidades e as lutas dos movimentos sociais visando a cidadania plena.

O pensamento decolonial objetiva problematizar a manutenção das condições colonizadas da epistemologia, buscando a emancipação de todos os tipos de opressão e dominação, ao articular interdisciplinarmente cultura, política e economia, de maneira a construir um campo de pensamento que privilegie os elementos epistêmicos locais, mesmo estando eles, de alguma maneira, impregnados dos legados impostos pela condição colonial. A colonização ainda não foi superada e os currículos escolares são impregnados desta dominação.

Faço um movimento de reflexão a partir de pensadores como: Catherine Walsh, Aníbal Quijano, Silvia Rivera Cusicanqui, Santiago Castro-Gomes, Franz Fanon, Grada Kilomba, Aimé Césaire, Bell Hooks, Chimamanda Ngozi Adiche, Paulo Freire, Orlando Fals Borda, entre outros autores que enaltecem a necessidade de se romper com as formas autoritárias de poder e controle aos quais estão sujeitos negros, afro-brasileiros e povos originários.

Extirpar a colonialidade, que tem tentáculos dentro de todos os espaços sociais, é tarefa em que a educação deve estar empenhada, em todos os níveis de ensino, da Educação Básica ao Ensino Superior. Visto que a dignidade humana é um direito inegável, é dever do Estado e da sociedade contribuir para ser assegurado o direito a uma educação que contemple todos os indivíduos como parte dessa dignidade. A respeito da educação antirracista, Alberti (2013) discorre:

A criança e o adolescente que se identificam e são identificados como brancos têm muito a ganhar com um ensino qualificado das histórias e culturas afro-brasileiras e indígenas. Se um menino que se identifica como branco se acha no direito de xingar um colega de classe identificado como negro por sua raça ou cor, esse menino necessita de tanta ajuda quanto o seu colega que sofre o preconceito. O racismo é um problema de todos e envolve toda a sociedade. Por isso mesmo deve preocupar imensamente os educadores (ALBERTI, 2013, p. 27).

O trabalho, que pode ser desenvolvido pela equipe multidisciplinar, numa perspectiva antirracista, irá beneficiar os estudantes na totalidade, já que alunos/alunas negros/negras e não negros/negras necessitam de uma educação que valorize a alteridade. Conforme aponta Candau: “Os veículos de discriminação vão desde o currículo formal, que exclui múltiplas e variadas maneiras de expressão cultural, passando pela linguagem não-verbal, até chegarem, frequentemente, ao nível dos comportamentos e das práticas explícitas” (CANDAU, 2003, p. 24).

Uma educação que se propõe a romper com os vícios maléficos da colonialidade, é aquela educação libertadora e emancipadora, em que a decolonialidade se coloca como o caminho a ser trilhado. Há um compromisso em valorizar os sujeitos até então subalternizados, com sensibilidade para reconhecer outros modos de ser e viver como legítimos e válidos.

Ao invocar o que aponta o educador e historiador Elison Antonio Paim (2005, p. 160) “o fazer-se professor é entendido como um processo ao longo de toda a vida, e não situado em um dado momento ou lugar – universidade. Possibilita-nos a incompletude do ser humano e no seu eterno fazer-se”.

Deste modo, podemos pensar com relação à educação das relações étnico raciais que o professor, mesmo originário de um contexto familiar em que o racismo era/é concebido como natural, ao ingressar no magistério precisa urgentemente se permitir ser sensível às outras humanidades que o circundam. É necessário reconhecer que a sociedade brasileira é composta de uma riquíssima diversidade étnico racial que tem direito a sua história.

O PCN, que contempla os temas transversais, inserindo como temática a diversidade étnico-racial, com o tema da Pluralidade Cultural, aponta que:

A pluralidade da temática étnico-cultural diz respeito ao conhecimento e à valorização de características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, (...) este tema propõe uma concepção que busca explicitar a diversidade étnica e cultural que compõe a sociedade brasileira, compreender suas relações marcadas por desigualdades socioeconômicas e apontar transformações necessárias, oferecendo elementos para a compreensão de que valorizar as diferenças étnicas e culturais não significa aderir aos valores do outro, mas respeitá-lo como expressão da diversidade (BRASIL, 1998, p. 121).

Esse documento foi duramente criticado, graças a pouca contribuição para a prática pedagógica dos professores e professoras. Ou seja, era uma falácia disfarçada de avanço

educacional.

Graças a luta dos movimentos negros, em 2003 houve a homologação da Lei n. 10.639/03 e com a publicação do Parecer do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno n. 03/2003, aprovado em 10 de março de 2004, que visava atender os dispositivos da Lei n. 10.639/03 bem como a Resolução 001/2003, de 17 de junho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Assim sendo, para atender as demandas dispostas pelas Diretrizes, vários Estados e instituições universitárias se propuseram a elaborar materiais de leitura e formação para subsidiar a prática pedagógica dos professores e professoras em sala de aula. Em todo o país houve um movimento de cursos, palestras, seminários, simpósios e eventos que visavam a formação para a implementação da Lei n. 10.639/03. Como explica Quijano:

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo. Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de meados do século XVII, ainda que algumas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica, percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América (QUIJANO, 2005, p. 9).

Aqui vale ressaltar o raciocínio de Mignolo ao diferenciar o pensamento decolonial:

Colonialidade e decolonialidade introduzem uma fratura entre a pós-modernidade e a pós-colonialidade como projetos no meio do caminho entre o pensamento pós-moderno francês de Michel Foucault, Jacques Lacan e Jacques Derrida, e quem é reconhecido como a base do cânone pós-colonial: Edward Said, Gayatri Spivak e Hommi Bhabba. A descolonialidade, em contrapartida, arranca de outras fontes. Desde a marca decolonial implícita na Nueva Crónica y Bue Gobierno de Guamán Poma de Ayala; no tratado político de Ottobah Cugoano; no ativismo e crítica decolonial de Mahatma Ghandi; na fratura do Marxismo em seu encontro com o legado colonial nos Andes, no trabalho de José Carlos Mariátegui; na política radical, o giro epistemológico de Amílcar Cabral, Aimé Césaire, Frantz Fanon, Rigoberta Menchú, Gloria Anzaldúa, entre outros (MIGNOLO, 2010, p. 14-15).

Há muitos pesquisadores comprometidos com a temática decolonial, que podem estar

presentes nos cursos de formação universitária e também na formação continuada de professores e professoras. As universidades, as secretarias de educação e as escolas, em especial as escolas públicas dos continentes colonizados, devem se pautar numa perspectiva plural de educação, que as permita decolonizar corpos e mentes, rumo a uma educação libertadora e emancipadora.

Percebe-se, portanto, a necessidade de se olhar para os fundamentos do ensino de história com um olhar crítico, para que se compreenda que a história deve ser questionada, para justificar os conhecimentos construídos a partir de sua interpretação. A educação deve ser construída numa perspectiva multidisciplinar, onde os saberes e os educadores em suas diferentes especialidades estejam preparados para atuar na formação integral dos sujeitos e com os sujeitos, construindo cidadania plena. Desta forma, ao propor uma sequência didática que permita a elaboração de uma educação voltada para o equilíbrio das relações étnico-raciais, há que se pensar essencialmente nos conhecimentos que a equipe multidisciplinar que vai desenvolver a sequência deve formar antes de desenvolver esta ação, pois não são todos os professores da equipe que se voltam para estas reflexões.

Para muitos professores ainda inseridos nos moldes eurocêntricos de educação, pensar a questão da decolonialidade e do racismo é adquirir uma nova forma de refletir sobre questões que não fazem parte de sua formação pedagógica. O estudo da Lei n. 10639/2003, o antirracismo e a necessidade de se formar uma cidadania responsável e voltada para o respeito aos direitos humanos, são atividades que não eram previstas na formação de educadores de outras áreas do conhecimento, que não envolvem as ciências humanas e sociais. Mas isto, por si só, não pode ser escusa para não se combater o racismo.

A educação desenvolvida por uma equipe multidisciplinar volta-se para a formação de conceitos que permitam refletir sobre a existência de racismo estrutural e as suas implicações no desenvolvimento da desigualdade social, além de conduzir a uma percepção de que estas decorrem de relações sociais que necessitam ser superadas pelo conhecimento.

É preciso estudar a colonialidade como elemento que fomenta as desigualdades e planejar uma educação decolonial, onde não haja supremacia de uma raça sobre a outra. As aplicações da lei n. 10.639/2003 estão há vinte anos aguardando para serem efetivadas na superação das diferenças raciais, mas sem conhecimento não há como aplicar a lei de modo a interferir na realidade.

A escola tem como missão a formação, não apenas do conhecimento científico, mas também da construção da identidade social, onde não pode caber preconceito, buscando desenvolver empatia e respeito pela história, arte e cultura de cada grupo étnico-racial,

conforme previsto no texto constitucional que compete à educação a formação de cidadania plena pautada no respeito à dignidade humana.

1.3 DECOLONIALIDADE

A colonialidade do poder é a representação da estrutura de dominação a que foram submetidas a América Latina, a Ásia e a África depois que foram conquistadas por expedições europeias. Esse processo se refere ao discurso usado no mundo colonizado para invadir o imaginário dos povos colonizados, invasão que destrói o imaginário de forma que os sujeitos se tornam invisíveis, subalternos, reprimidos (QUIJANO, 2005).

De acordo com Lemos (2019), o colonialismo surgiu como um movimento político cujo sistema foi decisivo na constituição da modernidade e na criação de um sistema de mundo com base na colonialidade, ou seja, no desenvolvimento do capitalismo como modo de produção de alcance mundial.

A colonialidade do poder executa uma repressão que incide sobre a produção de conhecimento e passa a impor novos conceitos de modo a naturalizar o imaginário do invasor europeu até promover o esquecimento e a negação dos processos históricos não europeus. A sedução produzida pela cultura colonialista, o fetichismo que o europeu cria em torno da sua própria cultura, contribui para que os povos colonizados reajam adotando valores que não condizem com sua condição, aceitando um padrão mundial do poder capitalista (QUIJANO, 2007).

Quijano (2009) pontua que é fundamental compreender a trajetória intelectual e acadêmica que conduza também ao entendimento da realidade sócio-histórica da América Latina. Para tanto, torna-se necessário conhecer a teoria da dependência, a identidade étnico-racial, os movimentos de indígenas enquanto povos originários, dominar conceitos de Estado, democracia e modernidade, globalização e neoliberalismo, de eurocentrismo e de colonialidade.

O eurocentrismo não se restringe apenas aos povos nascidos na Europa, se estendendo aos povos que foram colonizados sob a hegemonia europeia. Quijano (2007) pontua que as forças coloniais se utilizam da colonialidade como elemento constitutivo para estabelecer um padrão mundial capitalista. Para ele, o conceito de raça é uma abstração e nada tem de relação com processos biológicos, pois a hierarquização e classificação das raças possui um papel de valorização do capitalismo moderno desde o século XIX até nossos dias.

O fim da colonização, conforme Memmi (2007), deveria trazer liberdade e

prosperidade, e o nativo daria origem ao cidadão e seria senhor de seu destino político, econômico e cultural. Entretanto, nos novos tempos tão desejados reinam ainda a miséria, a violência, a corrupção e o caos.

A hegemonia dos brancos desenvolveu a colonialidade do saber, que reprimiu as formas de produção de conhecimentos, implementando a negação do legado cultural, histórico e intelectual dos indígenas e africanos, impondo a sua categorização de primitivos e irracionais, classificando-os como outras ‘raças’. Essa é a base do racismo sistêmico de dominância eurocêntrica que não admite outros conhecimentos e nem permite espaço para a promoção de pensamento crítico ou científico (GROSFUGUEL, 2007).

Até o século XX o Brasil não desenvolvia uma educação pública, sendo a educação uma prerrogativa de brancos de classes abastadas. Neste contexto, a educação dos últimos 100 anos vem aos poucos sendo desenvolvida e legalizada como direito de todos, independente de classe social, religião, etnia ou qualquer outra forma de distinção.

Costa, Torres e Grosfoguel (2020), pontuam que a busca do respeito aos direitos humanos, independente de raça, passa pelo processo de descolonização constituído a partir do conhecimento e do desenvolvimento da consciência identitária dos aprendizes. Logo, a decolonialidade pode ser entendida em seu sentido restrito, como foi elaborado pelo grupo de investigação da modernidade/colonialidade. A decolonialidade é um processo político que reside na capacidade de esclarecer e sistematizar o que está em jogo, a partir do esclarecimento histórico da colonialidade do poder, do ser e do saber, conduzindo a refletir sobre as melhores estratégias para mudar a realidade.

A implementação de uma educação decolonial é pensada na reflexão dada por Mota Neto (2016), numa perspectiva de construção decolonial que não se limita ao diálogo entre não ocidentais e não acadêmicas de conhecimento, pois trata-se de um programa de modernidade /colonialidade inspirado em fontes teóricas que se pautam na teologia e na filosofia da libertação, pensada à luz da teoria de dependência e das teorias críticas ocidentais da modernidade, mas também dos grupos asiáticos subalternos, da teoria feminista, da teoria pós-colonial e da filosofia africana.

Mignolo (2020) descreve as suas observações sobre histórias locais e projetos globais, dentro do contexto do reconhecimento histórico da colonialidade. Essas histórias são cruciais para a compreensão do pensamento liminar em seu ponto de intersecção. O autor defende a ideia de que a observação contribui na compreensão dos limites de análise dentro do sistema mundial, buscando em variadas perspectivas pós-modernas a desconstrução em confronto com a diferença colonial e o pensamento liminar emergente.

Sendo assim, para superar as limitações impostas pela educação posta pelo pensamento colonial, é fundamental o desenvolvimento de uma educação decolonial, de forma que combata a desinformação, o preconceito, o racismo e a desigualdade, especialmente em relação aos direitos de todos os cidadãos, independente de cor, raça, crença, gênero, e outros aspectos de superioridade utilizados pelos colonizadores para suplantar o desejo de igualdade pelas classes subalternizadas.

A educação decolonial tem como prerrogativa tornar esclarecidos dois tipos de pessoas: os famintos abandonados pela sorte, que em meio à pobreza buscam recursos como a migração para lugares onde passam a escravizar-se deliberadamente para sobreviver; e os vorazes, insaciáveis no seu desejo de riqueza, que não medem esforços em explorar a força e o direito do outro para enriquecer e dominar (MEMMI, 2007). Neste aspecto, Lemos (2019, p. 216) pontua que:

Há correntes teóricas majoritárias em que fatos históricos ocorridos nas metrópoles são importantes na demarcação da modernidade, e para o pensamento fronteiro e liminar as circunstâncias coloniais devem ser reinseridos a tal definição, essa obra considerou num exercício de cabotagem que a modernidade deve ser caracterizada em associação à colonialidade. Desse modo, os eventos coloniais e aqueles ocorridos na própria Europa revolucionária são igualmente importantes à caracterização de um sistema mundial decolonial/moderno.

Neste contexto, as teorias pós-coloniais correspondem a críticas subalternas e ao processo de pensamento que os que vivem sob a dominação colonial precisam empreender para negociar suas vidas e sua condição subalterna. A teorização pós-colonial, enquanto ação específica da razão subalterna, coexiste com o próprio colonialismo como uma caminhada e um esforço contínuo em direção à autonomia e à libertação de todas as esferas da vida, da economia, da religião, da língua à educação, das memórias à ordem espacial. Não se restringe à academia, e muito menos à academia norte-americana (MIGNOLO, 2020).

Depreende-se dos saberes relacionados ao estudo da decolonialidade que é importante formar sujeitos históricos desprovidos de preconceitos e capazes de combater o racismo e buscar a igualdade de direitos.

1.4 O ENSINO DE HISTÓRIA E A RESISTÊNCIA NEGRA

O ensino de história no Brasil demanda uma urgente reconfiguração, centrada na ressignificação da trajetória de africanos e afro-brasileiros. Este imperativo decorre da

necessidade de construir uma identidade positiva para negros e indígenas, considerando o processo histórico vivenciado e as múltiplas formas de resistência que lhes permitiram subsistir diante de tentativas persistentes de aniquilação.

Ao abordar o ensino de história, torna-se imperativo analisar a narrativa histórica que nos foi transmitida, questionando se ela nos conduz à transformação pessoal e social ou se perpetua a subalternidade, o silenciamento e a negação. Tanto na educação básica quanto no ensino superior, persiste a influência do colonialismo epistêmico, das normas e leis que desqualificam determinados grupos em detrimento de outros, especialmente daqueles que não reconhecem os privilégios diários conferidos pela cor de sua pele.

Segundo Karnal (2016), as tendências contemporâneas no ensino de História visam aprimorar a socialização dos aprendizes, demandando uma reflexão sobre as implicações filosóficas do senso comum. A história, portanto, deve ser apresentada como um modelo que contempla suas excepcionalidades, permitindo que os conhecimentos adquiridos contribuam para a compreensão da complexidade do mundo contemporâneo, envolvendo as relações entre o indivíduo e a sociedade.

A educação deve desnaturalizar a visão de que africanos eram simplesmente escravos, destacando que foram, na verdade, escravizados, e mesmo assim resistiram e deram novos significados às suas vidas em solo brasileiro. Desde o final do século XX, as mudanças curriculares introduzidas nacionalmente, conforme as leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008, indicam uma tentativa de superar o colonialismo presente no ensino de História.

Prado (2021), citado por Pinsky e Pinsky (2021), salienta que o ensino de história deve considerar a escrita sobre o passado como uma resposta aos problemas contemporâneos. A crítica pós-colonial propõe a investigação de como o discurso colonizador permeou as sociedades dominadas, influenciando posições intelectuais, políticas, econômicas e culturais.

Para Sacristán (2013), a sofisticação das tecnologias caracteriza-se como forma de controle de poder, abordando as implicações das teorias pós-modernas na educação. No entanto, a implementação de temas transversais encontra resistência, pois os currículos muitas vezes refletem práticas conservadoras que operam controle ideológico para manter privilégios dos grupos que estiveram e estão nos espaços de poder.

Nesse cenário, o ensino de história emerge como um instrumento para compreender os eventos passados, evidenciando que a cultura não tem uma única fonte, e que linguagem e costumes não se desenvolvem isoladamente, mas são influenciados por movimentos globais e locais, demandando uma adaptação social aos conceitos em constante evolução.

Ao discutir a representação de minorias, Jales (2021, *apud* Pinsky e Pinsky, 2021)

destaca a necessidade de definir o conceito de minorias nas escolas, especialmente quando se refere às mulheres e aos negros. O contexto de discriminação torna essencial que a escola elucide os conceitos de minorias sociais e minoria quantitativa.

Ensinar história não é apenas refletir sobre uma disciplina exata, mas sim uma construção coletiva na qual cada indivíduo explora as raízes da sociedade, apreciando suas crenças, culturas e usos sociais de diferentes épocas e lugares. Karnal (2016) enfatiza a necessidade de despertar nos educandos um senso de pesquisa e busca pelo conhecimento, independentemente do tempo em que os eventos ocorreram.

Para Bittencourt (2004) é importante relacionar o ensino de história ao cotidiano, utilizando os recursos tecnológicos contemporâneos para promover a reflexão sobre a relação entre passado e presente. Depreende-se daí a dúvida a respeito de se os alunos negros e indígenas têm acesso a essas tecnologias. Também é possível refletir sobre as notícias de casos de racismo presentes nos meios de comunicação como evidências de um passado que persiste, reforçando a necessidade de uma abordagem crítica.

Em consonância com Fonseca (2006), o conhecimento histórico não é uma entidade acabada, mas uma construção resultante da abordagem pedagógica aplicada. A repetição e transmissão de conteúdos prontos, mesmo que bem executadas, não se comparam à qualidade do conhecimento construído por meio de uma reflexão crítica sobre os acontecimentos reais, levando em consideração tempo, espaço e contexto social.

A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), sob a Lei n. 9394/96, impulsionou a necessidade de novas diretrizes alinhadas com a realidade educacional do Brasil. Portanto, o ensino de história deve ampliar o estudo de temáticas contemporâneas, integrando-as no tempo, refletindo sobre as mudanças ou continuidades e incorporando positivamente a diversidade de sujeitos históricos.

O objetivo do ensino de História é sedimentar e aprofundar os temas estudados desde o Ensino Fundamental, buscando redimensionar aspectos da vida social e o papel de cada indivíduo no processo histórico. Ou seja, o conhecimento histórico contribui para a formação da cidadania, capacitando os alunos a analisar a relação entre passado e presente.

A equipe multidisciplinar surge como uma estratégia para implementar as diretrizes relacionadas à Educação das Relações Étnico-Raciais no Paraná. A formação dessas equipes visa não apenas promover atividades e competências voltadas à igualdade de direitos e combate ao racismo, mas também à desconstrução de estereótipos e preconceitos arraigados.

O ensino de história africana, afrobrasileira e indígenas, ao abordar a resistência desses sujeitos, deve transcender a mera apresentação de eventos passados. Ele deve ser uma

ferramenta de questionamento, desconstrução e reconstrução de narrativas, alicerçando-se na diversidade de perspectivas e valorizando o legado cultural dos povos africanos, afro-brasileiros e indígena. A inserção de uma perspectiva crítica, pautada na análise da resistência negra e dos povos indígenas, não é apenas uma questão de justiça social, mas uma exigência ética e pedagógica. O ensino de história é um instrumento de transformação social, permitindo que as novas gerações compreendam não apenas os eventos históricos, mas também as estruturas de poder, privilégios e resistências que moldaram e continuam moldando a sociedade brasileira.

A história da resistência do povo negro à escravidão é um capítulo fundamental na luta por liberdade, igualdade e justiça social. Durante séculos, os africanos escravizados e seus descendentes enfrentaram inúmeras formas de opressão e violência, mas também demonstraram uma incrível capacidade de resistência e resiliência. A resistência negra não se limitou apenas à revolta armada ou à fuga dos cativeiros, mas manifestou-se de diversas maneiras, incluindo a preservação da cultura, a criação de comunidades próprias e a luta por direitos humanos básicos.

A importância da resistência do povo negro à escravidão vai além de simplesmente desafiar um sistema de exploração e subjugação. Ela representou uma afirmação de dignidade e identidade, uma recusa em aceitar a condição de inferioridade imposta pelos colonizadores. A resistência negra foi um ato de afirmar a própria humanidade e buscar a igualdade de direitos que lhes eram negados de forma sistemática.

No contexto atual, a perspectiva antirracista e decolonial enfatiza a necessidade contínua de resistir às estruturas e padrões de pensamento que perpetuam a opressão racial e a supremacia branca. É importante reconhecer que a herança da escravidão e do colonialismo continua a moldar as desigualdades sociais e econômicas presentes em muitas sociedades hoje em dia. A luta antirracista e decolonial não se trata apenas de corrigir injustiças do passado, mas também de dismantelar sistemas de poder que continuam a marginalizar e oprimir as comunidades negras em todo o mundo.

Resistir ao racismo e à colonialidade significa desafiar narrativas e estruturas que perpetuam estereótipos prejudiciais, promover a igualdade de oportunidades e valorizar a diversidade cultural. Isso implica em reconhecer e confrontar os privilégios brancos, bem como apoiar e amplificar as vozes das comunidades negras. É também sobre educar a sociedade sobre a história e as contribuições do povo negro, e trabalhar para construir um futuro mais inclusivo e equitativo para todos. Portanto, este trabalho de conscientização e sensibilização através da educação e do ensino de História é fundamental. A resistência do

povo negro à escravidão e o trabalho educacional na perspectiva antirracista e decolonial são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É uma contínua batalha por reconhecimento, dignidade e direitos humanos, e é um lembrete poderoso de que a resistência é, e sempre será, uma parte essencial da luta pela justiça social (GOMES, 2005).

1.5 ENSINO MULTIDISCIPLINAR

Desde 2006, foram regulamentados no Paraná os grupos de estudo para uma maior compreensão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Posteriormente, a Resolução n. 3399, de 05 de agosto de 2010, estabeleceu a formação de Equipes Multidisciplinares nos Núcleos Regionais de Educação (NREs) e estabelecimentos de ensino da rede estadual de educação básica, visando fomentar atividades e formação de competências que conduzam à melhoria do posicionamento em busca da igualdade de direitos e o combate ao racismo institucional. As Equipes Multidisciplinares têm como prerrogativa articular os segmentos profissionais da educação, instâncias colegiadas e comunidade escolar. São instâncias do trabalho escolar regulamentadas e legitimadas pelo Artigo 26A da LDB, Lei n. 9394/96, pela Deliberação n. 04/06 Conselho Estadual de Educação do Paraná - CEE/PR, pela Instrução n. 017/06 Superintendência de Educação SUED/Secretaria de Estado da Educação - SEED, pela Resolução n. 3399/10 SUED/SEED e a Instrução n. 010/10 SUED/SEED.

Sendo compreendidas como um instrumento que efetiva a Lei n. 10.639/03, estas equipes são criadas a partir da Deliberação 04/06 do Conselho Estadual de Educação, que estabeleceu as normas complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira (DCNERER). O histórico das Equipes Multidisciplinares para implementação da Lei 10.639/03 no estado do Paraná revela uma trajetória de esforços do movimento negro paranaense e avanços no sentido de promover a educação das relações étnico-raciais nas escolas. Desde então, as Equipes Multidisciplinares foram gradualmente implementadas nas escolas públicas paranaenses para dar suporte à aplicação dessa legislação. Inicialmente, houve a necessidade de capacitação de professores e gestores para lidar com a nova abordagem curricular e promover ações afirmativas que contemplassem a diversidade étnico-racial presente na sociedade brasileira. O histórico destas Equipes reflete o histórico dos mecanismos legais que as criaram.

Inicialmente, houve a promulgação das Leis 10.639/03 e 11.645/08: Em nível federal, as Leis 10.639/03 e 11.645/08 foram promulgadas em 2003 e 2008, respectivamente. Essas leis estabeleceram a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena nas escolas de ensino fundamental e médio de todo o país, representando um marco importante na luta contra o racismo e na promoção da igualdade racial no sistema educacional brasileiro. Ocorre então a implementação das Leis no Estado do Paraná: Em consonância com as leis federais, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED/PR) emitiu uma série de resoluções e orientações para orientar as escolas paranaenses sobre como implementar os conteúdos relacionados à História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena no currículo escolar. Desde então, A Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED/PR) emitiu diversas resoluções e orientações para orientar as escolas do estado na implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que tratam da inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena no currículo escolar. Algumas das principais resoluções e orientações emitidas pela SEED/PR são:

1. Resolução nº 012/2008 do Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE/PR): Esta resolução estabeleceu as diretrizes para a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 no Estado do Paraná. Ela orientou as escolas sobre como incluir os conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena no currículo escolar de forma transversal e interdisciplinar.

2. Orientação Conjunta nº 01/2008 - SEED/GRHS: Emitida pela Secretaria de Estado da Educação (SEED) e pela Superintendência de Desenvolvimento Educacional (GRHS), esta orientação trouxe diretrizes específicas para a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 nas escolas estaduais do Paraná. Ela destacou a importância da formação continuada dos professores e da valorização da diversidade étnico-cultural.

3. Resolução nº 1130/2013 - SEED/GRHS: Esta resolução instituiu as Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena nas escolas estaduais do Paraná. Ela reafirmou o compromisso do estado com a promoção da igualdade racial e orientou as escolas sobre como abordar essas temáticas de forma inclusiva e respeitosa.

4. Orientação Conjunta nº 01/2014 - SEED/GRHS: Esta orientação trouxe diretrizes específicas para a implementação das Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena nas escolas estaduais do Paraná. Ela destacou a importância da articulação entre os diferentes segmentos da comunidade escolar e da realização de atividades educativas e culturais voltadas para a

valorização da diversidade étnico-cultural.

Essas resoluções e orientações emitidas pela SEED/PR representam importantes instrumentos de apoio para as escolas paranaenses na implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08. Elas fornecem diretrizes claras e orientações práticas para garantir que os conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena sejam abordados de forma adequada e respeitosa no ambiente escolar.

Nos primeiros anos após a promulgação da Lei, as Equipes Multidisciplinares enfrentaram desafios significativos, incluindo a resistência de alguns setores da sociedade e a falta de recursos específicos para a implementação das atividades previstas. No entanto, com o passar do tempo, houve um aumento gradual do reconhecimento da importância da temática e da necessidade de políticas educacionais inclusivas. Ao longo dos anos, as Equipes Multidisciplinares foram se consolidando como agentes fundamentais na promoção da igualdade racial e no combate ao racismo estrutural presente na sociedade brasileira. Elas passaram a desenvolver projetos pedagógicos, promover eventos culturais, ministrar palestras e capacitar os profissionais da educação, contribuindo assim para uma educação mais inclusiva e democrática. Atualmente, as Equipes Multidisciplinares nas escolas públicas do Paraná desempenham um papel essencial na promoção da diversidade étnico-racial e na valorização da cultura afro-brasileira e indígena. Elas continuam a desenvolver atividades pedagógicas e a fomentar o debate sobre as questões raciais, buscando construir uma sociedade pautada na equidade.

É importante ressaltar que, apesar dos avanços conquistados, ainda há desafios a enfrentar, como a necessidade de ampliação dos recursos destinados às ações das Equipes Multidisciplinares, a garantia de formação continuada para os profissionais envolvidos numa perspectiva antirracista e decolonial e o fortalecimento das políticas públicas de combate ao racismo e promoção da igualdade racial.

O trabalho das equipes multidisciplinares tem uma perspectiva de valorização dos sujeitos plurais que estão no contexto escolar, e envolvem as áreas do conhecimento em torno de um mesmo tema, pois o aluno não pode ser antirracista somente nas aulas de História, mas sim em todas as disciplinas, e essa unificação do discurso em diferentes áreas do conhecimento contribui para firmar uma concepção antirracista na sociedade.

Há profissionais da educação com histórias semelhantes à dos alunos, mas a condição de homens e mulheres negros, pobres, periféricos não impediram seus processos de formação, embora talvez desejassem que tivesse sido diferente. A História estudada na infância, na adolescência e mesmo na vida adulta precisa fazer sentido, relacionando-se com a

ancestralidade e não se limitando à escravidão, mas pensando o que era antes dessa condição. É importante demonstrar que o povo negro não era naturalmente escravo, mas que foi escravizado. A grande mídia e os livros didáticos não cumprem uma representação positiva, carregando a submissão e condição subalterna. Muitos afrodescendentes sofrem violência em virtude da cor da pele, o que torna o antirracismo uma formação necessária.

A atuação de professores negros e cientes dos direitos dos aprendizes negros conduz ao posicionamento de luta, para que a escola passe a formar cidadãos negros conscientes e capazes buscar a igualdade para si e para seus semelhantes, o combate ao racismo é uma atitude consciente tanto de quem recebe as atitudes racistas e preconceituosas, quanto dos discriminadores nesse processo desigual em que vivem o privilégio da branquitude.

É necessário criar situações de aprendizagem que possam gerar atitudes de busca e estabelecimento de equidade no cotidiano escolar, assim desenvolvendo um ideal decolonial, onde seja possível desenvolver uma pluralidade de vozes e caminhos em busca do direito a ser diferente e a compreender os direitos à diferença na sociedade em seu todo.

Diante disso, ações como a criação de produtos educacionais em formas de sequências didáticas podem ser elementos que contribuam para a formação da consciência crítica de combate ao racismo. A elaboração do produto educacional de forma multidisciplinar, envolvendo educadores de várias áreas do conhecimento, contribui também para formar um novo posicionamento entre profissionais da educação. Afinal, a elaboração de uma sequência didática, com uma proposta temática antirracista e decolonial, que se torne de conhecimento público e que possa ser desenvolvida pelas professoras e professores para e com os alunos da educação básica, contribui para a formação crítica ideal.

A participação de professores, alunos e de toda a comunidade escolar é importante para potencializar a equipe multidisciplinar, de forma ampliar a inserção temática étnico-racial em diferentes âmbitos do segmento escolar. Assim, os desafios impostos à equipe multidisciplinar também precisam ser objeto de análise, já que dentro da escola temos um espaço de disputa de poder.

Bittencourt (2018), ao tratar dos procedimentos metodológicos em práticas interdisciplinares, faz alusão à necessidade de se romper com as formas tradicionais de trabalhar os conteúdos escolares, abordando a importância do engajamento do docente e da necessidade de uma mudança de postura em relação ao conhecimento escolar.

Quando se trata de desenvolver temas transversais na escola, o tratamento mais indicado é a realização de um trabalho multidisciplinar, de modo a envolver as disciplinas escolares, rompendo com o currículo dicotomizado e baseado nas disciplinas isoladas, a fim

de estabelecer vínculos epistemológicos que contribuam para a criação de uma abordagem comum em torno de um mesmo objeto de conhecimento (FONSECA e ZAMBONI, 2008).

Uma equipe de ensino multidisciplinar engloba a ação de vários profissionais de diferentes disciplinas, visando desenvolver conhecimento sobre um assunto comum. De modo geral, esse fazer exige o desenvolvimento de um projeto multidisciplinar como ferramenta de ensino, envolvendo as diversas áreas do conhecimento em um mesmo assunto ou conteúdo de maneira interligada.

O ensino multidisciplinar apresenta vantagens que compreendem uma visão globalizada de uma temática em estudo, pois engloba conteúdos diversificados que conduzem à compreensão de um tema específico. É possível ao aluno desenvolver uma percepção cidadã solidificando os conhecimentos históricos e geográficos a partir da participação colaborativa de professores de diferentes disciplinas.

Ao analisar a Deliberação 04/2006 do Conselho Nacional de Educação, compreende-se que uma das vantagens em se realizar a educação multidisciplinar é o favorecimento da aprendizagem ao oportunizar uma visão geral de um conteúdo/tema, o que facilita a compreensão de determinados assuntos, uma vez que o aprendiz percebe que o conteúdo se entrelaça a outros assuntos importantes.

Outra vantagem da multidisciplinaridade é que o conteúdo se torna atrativo, despertando interesse e motivando as atividades. Os alunos são motivados a apresentar um desempenho maior, tornando os conteúdos mais interessantes. Da mesma maneira, os conteúdos multidisciplinares facilitam a execução de projetos em equipe, conduzindo os alunos ao respeito à pluralidade de opiniões e a argumentações mais saudáveis e críticas, criando estratégias para obter soluções necessárias à aplicação dos conhecimentos na vida cotidiana (SANTOS, 2015).

O conhecimento escolar contextualizado na vida prática acompanha o estudante por muito tempo, e é essencial mostrar que o aprendizado em sala de aula também faz parte da realidade, e não apenas de uma disciplina. É importante aprender que o mundo é multidisciplinar, e que é preciso compreender melhor o funcionamento de vários elementos e contextos. Portanto, a educação multidisciplinar é essencial para trazer um aprendizado mais completo aos estudantes.

De acordo com Santos (2015), a Lei n. 10.639/03 vem sendo interpretada como uma ação afirmativa, demonstrando que as políticas de igualdade racial não precisam ser necessariamente implementadas por meio da política de cotas, pois na educação estas políticas são específicas para o ensino superior. Estas políticas possuem um caráter amplo, denso e

profundo que, amparado na Lei n. 10.639/03, pretende afirmar o direito à diversidade étnico-racial na educação escolar. Para este autor, é importante que a educação rompa o silêncio sobre a realidade africana e afro-brasileira nos currículos e práticas escolares, para afirmar a história, a memória e a identidade dos estudantes negros na educação básica.

1.6 EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A construção de conhecimentos e formação da identidade da pessoa é um dos temas importantes a serem tratados no ambiente educacional, pois todos os aprendizes devem ser preparados para convivência em sociedade, pautada especialmente no direito à igualdade independente de diferenças étnico-raciais. Abramowicz et al. (2006) pontua que o trabalho cotidiano da escola deve incorporar o discurso da diferença, visando enriquecer as práticas e relações pessoais no ambiente escolar e social. Cabe à escola enfrentar as práticas de racismo para construir posturas abertas à pluralidade, contribuindo para uma convivência pacífica em sociedade.

Para tanto, cabe definir o conceito de raça para melhor entender a percepção que se desenvolve na sociedade contemporânea a respeito da diversidade racial. A definição de raça, para Sérgio e Guimarães (2011), apresenta dois sentidos analíticos: o sentido desenvolvido e percebido por meio das pesquisas da biologia genética, e outro realizado pelos estudos da sociologia. A biologia considera a inexistência de raças, uma vez que as diferenças internas das populações africanas ou indígenas é maior do que as diferenças externas que surgem entre as populações africanas e europeias, por exemplo.

É impossível realizar uma definição genética de raça, ou ainda, desenvolver uma noção de raça a partir da definição de traços ou da cor de seres humanos, pois esta definição de traços fisionômicos não possui respaldo científico. Já a sociologia define raça considerando as origens dos grupos étnicos, se valendo dos traços fisionômicos, das qualidades morais, intelectuais, psicológicas e culturais dos grupos de pessoas (SÉRGIO; GUIMARÃES, 2011).

De acordo com Bittencourt (2018), essa hierarquização de pessoas já existia antes de se definir raça. O racismo surgiu dos conflitos entre diferentes grupos humanos e intensificou-se quando se iniciou a colonização europeia na África e no Continente Americano, mas também existe racismo entre outros povos em diferentes circunstâncias.

A ideia de raça serviu durante muito tempo para diferenciar grupo humanos. Desde a Grécia Antiga, Aristóteles já defendia a classificação e hierarquização da sociedade como elemento que justifica a escravidão, ou seja, a submissão de um homem inferior para servir

um superior. Essa caracterização de raça também serviu para hierarquizar e submeter os povos nativos durante o processo de colonização (ALBERTI, 2010).

A concepção de que negros africanos eram inferiores aos homens brancos da Europa serviu para firmar a escravização dos africanos, embora nos séculos XVIII e XIX, filósofos como Voltaire, Rousseau e outros defendessem a teoria da unidade da essência humana. Bittencourt (2018), ao tratar da classificação das raças, pontua que os sistemas de classificação e hierarquização foram inicialmente desenvolvidos pelas Ciências da Natureza, e tomavam como base os estereótipos que caracterizavam os diferentes tipos humanos, considerando medidas de parâmetros corporais, especialmente o crânio. Somente com o desenvolvimento da ciência surgiram novas suposições para explicar as diferenças entre os seres humanos.

No contexto sociopolítico contemporâneo, não se pode mencionar a educação étnico-racial sem fazer alusão à relação existente entre os direitos humanos e a educação. Na concepção freiriana, há uma coerência histórica mencionada por Paulo Freire em seu livro *Pedagogia do Oprimido*, que apresenta uma educação capaz de denunciar a opressão e chamar a atenção para a necessidade de compreender os indivíduos como seres inconclusos e em permanente transformação pela influência do mundo em que se convive (SCHILLING, 2011).

De acordo com White (1999) citado por Santos (2009), a supremacia de uma raça sobre outra deve e precisa ser superada pelo bem das comunidades que são consideradas de segunda categoria, sendo fundamental garantir a todos os direitos humanos básicos para estabelecer a paz e a cidadania plena a todos. Conforme White (1999) apud Santos (2009, p.53) citando a frase do imperador etíope Haile Selassie: “Nós africanos, iremos lutar, se necessário, e sabemos que iremos vencer, pois somos confiantes na vitória do bem sobre o mal”.

Para situar uma educação étnico-racial, é preciso entender o pensamento racista e colonialista que, mesmo depois de tanto tempo, é mantido com novas roupagens e estratégias de discriminação. Valente (1994) apontou que a exclusividade comercial sobre as mercadorias produzidas no tempo colonial exigia condições para promover a acumulação de capitais com baixos custos de produção, e para isso foram adotadas formas de trabalho compulsório, o que fez da escravidão um mal necessário na visão dos colonizadores. A escravização dos negros não pode ser justificada pela política de expansão do capital europeu, e essa violência foi e é um atentado aos direitos humanos (PEREIRA e MONTEIRO, 2013).

De acordo com Santos (2009), os negros foram sendo incorporados lentamente na sociedade de classe, mas sempre ocupando posições subalternas e desqualificadas no mercado

de trabalho, pois se manteve a mentalidade escravocrata tradicional, considerando a transformação do negro escravizado em cidadão. Neste aspecto, o preconceito de cor associa-se ao preconceito de classe, e funciona como um instrumento de luta econômica que permite a dominação eficaz de um grupo sobre o outro.

Ao desenvolver a tipificação das raças criou-se o racismo, que respaldou a história da ciência moderna e estabeleceu o racismo científico. Este molde contribuiu para estabelecer a missão civilizatória dos imperialistas e capitalistas nos territórios e nas culturas tanto de indígenas quanto de africanos (ALBERTI, 2010). Assim, legitimou-se a ideia de que uma raça está apta a se sobrepor e governar outras raças consideradas inferiores e incapazes. Entretanto, estas teorias servem aos interesses econômicos das potências capitalistas (BANTON, 1977).

Conforme com Bittencourt (2018), a relação entre a ideia de raça e a Ciência demonstra uma relação entre as ciências da natureza e o desenvolvimento do colonialismo, pois ampara e respalda a hierarquização dos grupos humanos para atender os interesses dos colonizadores, contribuindo para firmar o racismo até os dias atuais. A teoria da evolução das espécies é um marco histórico, pois o biólogo e naturalista britânico Charles Darwin, descreve o potencial evolutivo dos seres humanos e cria uma teoria de descendência comum que explica aspectos da diversidade orgânica. No século XIX, a teoria de Darwin passou a ser um paradigma, sendo apropriada para justificar a ideia de superioridade e inferioridade entre os grupos humanos. Assim, esta apropriação da teoria evolucionista hierarquizou os aspectos biológicos, e tipificou as raças, além de explicar aspectos da vida social e cultural dos grupos humanos.

A formação da identidade racial e seus aspectos sociais e culturais contribuem para a classificação racial, servindo também para fundamentar a luta antirracista, pois apresenta dados que amparam o desenvolvimento de políticas públicas, e que servem para amenizar as consequências do racismo estrutural e institucional que afeta as populações negras e indígenas no Brasil (ALBERTI, 2010).

As teorias raciais no Brasil e o racismo servem para justificar a colonização, escravização e os genocídios promovidos por exploradores brancos europeus sobre africanos e indígenas, o que contribuiu ideologicamente para firmar a política de branqueamento da sociedade, o que fica explícito como causa da exclusão, da opressão e da violência contra as pessoas negras, institucionalizando a prática do racismo até os tempos atuais (SANTOS, 2009).

Bittencourt (2018) pondera que ciências como a biologia e a antropologia criaram a

ideia de raças humanas superiores e inferiores, contribuindo para teorias e comportamentos racistas que persistem ainda atualmente. As diferentes raças classificadas associam-se apenas a características físicas, valores morais, dotes psíquicos e intelectuais. Desta forma, foram hierarquizadas a cultura, a sociedade e os grupos humanos, o que exige que o desenvolvimento de uma educação crítica e antirracista visando a formação de uma sociedade mais humanitária e mais justa.

As relações étnico-raciais na sociedade brasileira são complexas em todos os ambientes, especialmente no acesso ao conhecimento nos espaços escolares e universitários. Assim, o Conselho Nacional de Educação estabeleceu em lei as condições para um ensino que combata a desigualdade racial. Desta forma, as Leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008 estabelecem condições para o combate às discriminações e racismos, de modo a superar a desigualdade de acesso à escola e universidades. Assim, por meio das Resoluções CNE/CP 3/2004, bem como pela Resolução CNE/CP1/2004, foram determinadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino e cultura Afro-Brasileira e Africana. Entre os anos de 2014/2015, foi estabelecido pelo Parecer CNE/CEB 14/2015 às Diretrizes Operacionais para Implementação da História e das Culturas dos Povos Indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei n. 11.645/2008. Assim, mesmo com a existência de orientações e políticas públicas de combate à discriminação e racismo, a sociedade ainda se permite realizar atitudes discriminatórias, enquanto cabe à escola desenvolver um projeto de formação que permita desenvolver um projeto de sociedade que elimine as diferenças étnico-raciais, que permitam reconhecer as marcas culturais de cada povo, valorizando a sabedoria, os conhecimentos e tecnologias que pertencem a cada povo e não somente aos povos brancos da Europa.

CAPÍTULO II - O CONHECIMENTO COMO CONTRIBUIÇÃO PARA UMA EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Neste capítulo inclui-se a análise das questões relacionadas a como é vista e vivida a educação antirracista no chão da escola, ou seja, dentro das salas de aula, sendo que esta visão não está restrita às demonstrações expressas pelos alunos, mas abrange a maneira como os professores conduzem o debate sobre o antirracismo na escola. Aqui se apresenta a análise e o desenvolvimento da Sequência Didática com os professores da equipe multidisciplinar do Colégio Cívico-Militar Dr. Osvaldo Cruz, e a análise do questionário que os professores realizaram após a análise da Sequência Didática apresentada. As elites brasileiras consolidaram o mito de que o Brasil não é um país racista, mas a sociedade brasileira é marcada pelo racismo estrutural, onde falar e desdenhar da raça do outro era comum porque não havia punição. Portanto, esta Sequência Didática visa desconstruir estes mitos através do ensino de História, sob uma perspectiva crítica e antirracista.

O capítulo discute como os professores da equipe Multidisciplinar do Colégio Cívico-Militar Dr. Osvaldo Cruz atuam para desenvolver a educação antirracista na escola, quais atividades são direcionadas para trazer o assunto à tona, como discutem este assunto com os alunos, e se são capazes de aprofundar a questão. Para isso, é preciso compreender quais conhecimentos são necessários para serem utilizados com base dessa discussão, de forma que o discurso não se esvazie na ausência de saberes que positivem a presença do negro e indígena na história e na sociedade brasileira.

Uma das formas mais comuns de manifestação de racismo é por meio de ofensas e xingamentos. Se isso acontece em uma escola que enfrenta o racismo, ela vai estabelecer algum diálogo entre os pares para solucionar o problema. Embora essa medida represente um avanço em relação às décadas anteriores, deve-se ir muito além para promover uma educação antirracista.

O entendimento que se deve dispensar ao racismo é que não se trata de uma questão desenvolvida entre duas pessoas, racismo não é *bulliyng*. Geralmente, o racismo se reinventa na piada sobre o cabelo, a pele, a aparência do outro, porque ele não é igual quando, na verdade, ninguém é igual. Assim, o professor precisa adquirir conhecimentos acerca da temática, e ter a liberdade de se posicionar orientando o aluno a não fazer piada com a raça do outro, a combater a discriminação grosseira e criminosas, e este fazer demonstra empatia e respeito ao ser humano que sofre a discriminação, da mesma forma que contribui para minimizar conflitos no ambiente educacional.

Por isso, para pensar uma educação antirracista, deve-se iniciar por valorizar a história do outro, garantindo igualdade, voz e vez para todos os alunos. Esta educação deve ser desenvolvida para tratar da relação entre as pessoas, e precisa permitir que todos tenham oportunidade de construir sua identidade e sua história dentro do espaço escolar.

A escola é o espaço apropriado para desenvolver ações de combate ao racismo, não apenas porque racismo é crime ou porque a lei determina que se deve combater as desigualdades, mas porque a escola precisa desenvolver uma educação integral voltada para melhorar a condição humana de toda a sociedade.

O combate ao racismo é lei, e o papel das escolas no desenvolvimento da educação antirracista é estabelecido em documentos como: a Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE), a Lei n.º 10.639/03 e Lei n.º 11.645/08, e demais leis estaduais que determinam a inclusão, o respeito às diferenças étnicas e outras determinações legais que visam o respeito humano.

Para estabelecer os objetivos de uma educação antirracista é necessário definir como a escola pode acolher os alunos em suas diferenças, reconhecendo as identidades por meio de desenvolvimento da dimensão escolar que envolve a organização curricular, a avaliação formativa da aprendizagem e o atendimento ao aluno em todas as suas necessidades pedagógicas. A educação antirracista vai além da vontade de mudar as relações, afinal, esse conhecimento perpassa as questões relacionadas à organização dos recursos didáticos, do desenvolvimento de pesquisa, da organização do espaço escolar, do respeito à lei, e da intensa atenção às manifestações racistas que precisam ser iluminadas pela educação, pois combater o racismo depende de desenvolver uma autorreflexão sobre a qualidade da educação.

Para Rufino (2021, p. 12), a educação precisa superar as questões relacionadas a tempo e ritualização da vida como uma ação utilitária, devendo ser entendida como “uma forma de erguer existências, mobilizá-las, uma encantaria implicada em contrariar toda e qualquer lógica de dominação”.

A lei de inclusão e a lei de cotas foram promulgadas para permitir acesso igualitário à educação, mas ainda não garantem e nem estabelecem uma educação antirracista, capaz de educar integralmente o ser humano para enfrentar as diferenças étnicas e raciais no ambiente escolar.

Para Fonseca (2009), as políticas públicas no Brasil que se dedicam aos negros precisam surgir de reflexões críticas, pois as populações escravizadas ainda “sobrevivem em condições de marginalidade e vulnerabilidade social, essa população carrega altos índices de mortalidade, morbidade, analfabetismo, evasão escolar, desemprego e condenações penais”

(p. 97). Assim, torna-se necessário desenvolver políticas públicas e ações afirmativas que respondam às reivindicações por meio do combate ao racismo e à defesa da cultura e das lutas legítimas dos afrodescendentes brasileiros.

Não se pode mais viver numa sociedade formada por estudantes com altas notas, mas que não sabem conviver com as diferenças sociais e raciais. Neste aspecto a qualidade da educação deve ser amparada no acolhimento, no clima educacional e no desenvolvimento de uma aprendizagem que permita combater a desigualdade racial, pois este preconceito, mesmo diante da execução de leis rígidas, pode persistir pelo fato das pessoas não adquirirem a capacidade de empatia com os diferentes.

O racismo está presente na sociedade e os ambiente educacionais não estão imunes a ele, logo há necessidade de se desenvolver uma educação antirracista, pois as pessoas que frequentam a escola são as mesmas que circulam na sociedade, e se existe segregação e discriminação racial na sociedade, também a educação estará subjugada ao racismo estrutural e velado, que não se reconhece, mas se mostra nas falas e atitudes das pessoas que ali convivem. Assim, reconhecer o racismo educacional é o primeiro passo para se desenvolver a educação antirracista.

Um dos maiores problemas enfrentados nas escolas está relacionado aos indivíduos que não conseguem se autodeclarar afrodescendentes. Muitos não se orgulham da sua identidade negra, e isso indica a necessidade de desenvolver projetos e trabalhos constantes, que estejam voltados para a autoestima, o autocuidado, a valorização da cultura negra, indígena e de outras etnias presentes no ambiente escolar. Esse trabalho contribui para facilitar a autoaceitação e a identificação da identidade negra. O conhecimento das raízes afro de cada família não está relacionado apenas à cor da pele, mas ao sentimento de pertencimento a uma etnia, ao conhecimento da cultura que permeia as relações familiares e sociais, desde os hábitos alimentares, ao lazer, aos cuidados de saúde e tantos outros costumes que se perpetuam na sociedade miscigenada.

Pinheiro (2023) pontua sobre a necessidade de gestores e professores pensarem e dialogarem em conjunto com a famílias, a comunidade, os alunos e todos os profissionais da escola para garantir a compreensão dos desafios que o racismo manifesta no ambiente, e para criar coletivamente um plano de ação para superá-lo.

Diante dos direcionamentos postos para este capítulo, cumpre analisar se os objetivos desta pesquisa estão presentes no desenvolvimento do estudo sobre a educação voltada para uma formação cidadã igualitária, especialmente em relação à raça.

Inicialmente, foi desenvolvida uma Sequência Didática para conhecer práticas

pedagógicas educativas pautadas no decolonialismo e no antirracismo, visando uma formação voltada para o desenvolvimento de empatia entre pessoas de raças diferentes, compreendendo que a educação histórica é uma ferramenta de defesa da dignidade humana que contribui na valorização de todas as pessoas, independente de cor, raça, condição social, gênero, faixa etária ou qualquer forma de convivência que possa causar discriminação e preconceito.

Ao elaborar uma Sequência Didática multidisciplinar procurou-se encontrar parâmetros para uma formação de pessoas conscientes e capazes de viver com igualdade e respeito. O projeto da sequência didática elaborado deveria ser avaliado e validado pelos professores pares da equipe multidisciplinar. Entretanto, os professores alegaram excesso de atividades escolares, conduzindo-nos a que não desejassem se envolver em mais uma atividade.

A proposta de realização de oficinas com os professores para promover o desenvolvimento da Sequência Didática com os alunos não foi totalmente acolhida pelos educadores, pois havia pouco tempo cedido pelos gestores para sua realização. A apresentação foi um espaço curto demonstrada durante reuniões de conselho de classe e reunião pedagógica, adaptada à disponibilidade de tempo. O material que poderia subsidiar a formação antirracista para os professores foi disponibilizado de forma digital por meio da divulgação de um link para acesso aos subsídios usados, mas poucos professores demonstraram interesse em acessar e conhecer a base teórica que poderia tornar o trabalho pedagógico antirracista mais efetivo no ambiente escolar.

Foi apresentado o material da Sequência didática aos professores e realizadas rodas de conversa com os mesmos sobre o material. Posteriormente, foi direcionado um questionário para coletar as impressões dos professores da equipe multidisciplinar a respeito do material da SD e seu alcance. Após a apresentação do material para todos os professores em reunião pedagógica, foi direcionado um questionário digital por meio do Google Forms na plataforma que os professores acessem diariamente para seu trabalho. Apenas nove questionários foram respondidos e devolvidos ao pesquisador como contribuição, o que demonstra que não houve interesse no desenvolvimento do trabalho pedagógico multidisciplinar que poderia, se realizado, promover a valorização dos estudantes, desenvolvendo maior compreensão sobre o racismo no ambiente educacional.

A participação dos professores visou realizar uma experiência e se permitir desenvolver conhecimento para o combate ao racismo. Entretanto, os professores colocaram a falta de tempo e o excesso de ocupação em aulas, correções e planejamento como empecilho para não estudar a respeito da educação antirracista. Poucos professores aceitaram participar

das oficinas e responder o questionário, embora sejam atividades importantes para o desenvolvimento da SD. Este problema pode estar relacionado às cargas extenuantes de trabalho à que professores do ensino básico estão sujeitos, e mais recentemente, a implementação de novas tecnologias no ensino básico público do Paraná contribuiu para esta precarização e redução da autonomia dos professores. Esta introdução das tecnologias em sala de aula revolucionou a forma como o ensino é conduzido, oferecendo inúmeras oportunidades de aprendizagem e interação. No entanto, a implementação de plataformas educacionais e sistemas como o Registro de Classe Online (LRCO) no Estado do Paraná tem gerado desafios significativos para professores e alunos, especialmente para aqueles que não têm acesso fácil a dispositivos eletrônicos e à internet.

As tecnologias educacionais, quando utilizadas de maneira adequada, podem enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, possibilitando a criação de ambientes virtuais de aprendizagem, acesso a recursos educacionais diversos e comunicação facilitada entre professores e alunos. No entanto, a dependência excessiva dessas ferramentas pode resultar em exclusão e marginalização de alunos que não têm acesso regular a dispositivos eletrônicos, computadores e internet.

O Registro de Classe Online (LRCO), por exemplo, embora tenha o objetivo de simplificar o registro e acompanhamento do desempenho dos alunos, pode se tornar uma fonte adicional de estresse e sobrecarga para os professores. A necessidade de lançar dados detalhados sobre cada atividade realizada em sala de aula pode aumentar significativamente a carga de trabalho dos educadores, especialmente quando enfrentam problemas técnicos ou falta de capacitação adequada para lidar com a plataforma. Além disso, há o problema latente da intensificação das desigualdades sociais entre alunos, que afeta desproporcionalmente aqueles que não possuem acesso democrático a tais tecnologias. É importante reconhecer o papel fundamental dos professores na mediação do uso das tecnologias em sala de aula, oferecendo suporte e orientação aos alunos, promovendo a inclusão digital e garantindo que todas as vozes sejam ouvidas no ambiente escolar. Todos estes fatores impactam na qualidade de ensino-aprendizagem de professores e alunos, conseqüentemente afetando a ampliação de projetos antirracistas no ensino básico.

2.1 AS RODAS DE CONVERSAS COM OS PROFESSORES

Desenvolver a Sequência Didática com a equipe multidisciplinar não foi uma tarefa fácil, pois muitos profissionais reclamam das ações obrigatórias exigidas pela

SEED/Paraná. Sendo assim, dentro das possibilidades da escola foram aproveitados os momentos de planejamento, conselho de classe e reuniões para desenvolver as atividades. As Rodas de Conversas se respaldaram na efetivação da Lei nº 10.639/03 e Lei nº 11.645/08.

1ª Roda de Conversas

O Racismo no Brasil

A primeira roda de conversas sobre o racismo no Brasil e a temática do racismo estrutural e desigualdade foi realizada no dia 20 de julho de 2023. Participaram da roda de conversas 21 professores presentes na formação.

A apresentação da proposta iniciou-se com uma explicação sobre a Sequência Didática enquanto pesquisa para a dissertação do Mestrado Profissional do ProfHistória da Unespar, expondo as causas do compartilhamento desta Sequência Didática com os demais professores, e foi esclarecido que não seriam apontados nomes e a participação de todos melhoraria o trabalho, uma vez que essa diversidade de olhares permitiria perceber como cada professor dos diferentes componentes curriculares percebem a implementação da Lei 10.639/03 no cotidiano da sala de aula no decorrer do ano letivo. Também foi explicado sobre as Equipes Multidisciplinares, destacando a importância da equipe para que a investigação aconteça, contando especialmente com a responsabilidade de cada um na efetivação de uma educação antirracista.

Os professores estavam reunidos para formação pedagógica e propiciou-se um momento para expor a Sequência Didática e demonstrar como seria utilizada, enquanto atividade de reflexão sobre o antirracismo na escola. A figura 1 demonstra a apresentação do trabalho para o grupo de professores.

Figura 1 - Apresentação da Sequência Didática para os professores



Fonte: Autoria própria

Os professores foram questionados se eles compreendem o que seria o racismo estrutural e o racismo institucional, pois o objetivo da oficina é despertar para a percepção do racismo na sociedade em todas as suas formas de expressão. Como os participantes desta oficina não tivessem demonstrado esse conhecimento, para aprofundamento da questão foi apresentado o vídeo: O que é o racismo estrutural? Que apresenta o conceito posto pelo Ministro dos Direitos Humanos Silvio de Almeida (<https://www.youtube.com/watch?v=PD4Ew5DIGrU>)

O livro “Racismo estrutural”, de autoria de Silvio Almeida, foi disponibilizado na pasta do *Google Drive* juntamente com outras obras-base deste trabalho que tratam dos conceitos postos para o conhecimento e a conscientização do racismo na sociedade. Também contido no link: <https://www.youtube.com/watch?v=K177pV862FQ>, que trata o conceito de racismo institucional, foi apresentado no canal “Pretinho Mais Que Básico”.

Após assistir aos vídeos foram apresentadas as questões a serem utilizadas para debate a respeito dos mesmos com os seguintes questionamentos:

1. Quem é Silvio Almeida?
2. Quem é o Marco Antonio Fera?
3. Que tipos de ações de busca da igualdade de direitos são previstas na legislação brasileira?
4. O Brasil é um país racista?
5. Como a educação pode contribuir para a busca da equidade?

A partir do debate sobre os vídeos foram analisadas as duas abordagens e os

professores estimulados a pensar a sua condição de sujeito desde a infância até a atualidade, sendo incentivados a pensar a como percebem seus corpos e os corpos negros. Em seguida, foi perguntado aos professores se conhecem o cantor, compositor e escritor Emicida, tendo como resposta que alguns conhecem e outros nunca ouviram falar. Então foi colocado o vídeo da música “Boa esperança”, usando o link: <https://www.youtube.com/watch?v=AauVal4ODbE>.

Após a apresentação do *videoclip* do Emicida, tornou-se visível o descontentamento de alguns professores, que consideraram o clipe muito violento. A partir desse posicionamento, tornou-se possível ponderar que, para alguns, o breve instante de uma música conduz à compreensão de quase quatro séculos de escravidão, em que a população negra sofria os castigos mais brutais. Isso torna inegável que os escravizados estão na base de uma sociedade que naturaliza o sofrimento e a miséria para determinado grupo e naturaliza quando um grupo composto por brancos, que sempre esteve no poder, exerce a violência contra negros, pardos e indígenas.

As ações que se sucederam nesta oficina, são formadas por perguntas que os professores acharam pertinentes, e não sugeriram nenhuma alteração ou inclusão de novas questões na proposta de atividade.

1. Quem é Emicida?
2. O que significa o seu nome? (propiciar um tempo de pesquisa em mídia móvel disponível)
3. Que tipo de denúncia Emicida faz em sua música?
4. Por que a comparação entre camburão e navio negreiro?
5. Como pode ser explicado o conflito apresentado no clipe?
6. Indique um exemplo de racismo institucional citado por Emicida na música.
7. Relacione o conteúdo da letra com o título Boa Esperança.

Infelizmente, os professores não conseguiram realizar a leitura do livro sobre o racismo estrutural, embora o livro tenha sido disponibilizado no *Google Drive* com um mês de antecedência.

Ao final da roda de conversas foi indicado o filme “Medida provisória” e o filme “Casa de antiguidades”, ambas produções brasileiras do ano de 2020, para que os professores continuem a reflexão sobre a temática.

2ª Roda de Conversas

Decolonialidade e os Direitos Humanos

A segunda roda de conversas teve como conteúdo “Decolonialidade e direitos humanos” com o tema: educação e decolonialidade. A oficina foi apresentada ao grupo de professores no dia 21 de julho, uma data já prevista no calendário como dia de planejamento e, dadas às dificuldades de organizar o grupo de professores, foi considerada uma data adequada mesmo já tendo sido realizada uma roda de conversas no dia anterior. A figura 2 apresenta um momento da apresentação e debate com os professores na oficina 2.

Figura 2 - Participação dos professores na 2ª oficina



Fonte: Autoria própria

Convidei os professores a refletirem sobre a colonialidade e o pensamento decolonial e como ele não atinge apenas a necessidade de se desenvolver uma linguagem libertadora para o racismo direcionado aos negros e aos indígenas, mas a todos os que foram massificados com a colonização europeia nos últimos 500 anos.

A colonialidade precisa ser entendida no ambiente educacional como um processo de enculturação que atinge povos naturais e descaracteriza sua cultura, a exemplo do que aconteceu quando o Brasil foi colonizado por Portugal. Optou-se pela temática do genocídio Yanomami para esta discussão, dado a relevância do caso e sua evidência midiática, visando a construção deste conhecimento histórico decolonial a partir dos conhecimentos prévios dos

alunos, também buscando abarcar a presença indígena na própria escola, que conta com três alunos guaranis. Partindo do genocídio Yanomami, foi feita a relação com o genocídio e epistemicídio de demais etnias indígenas.

Um exemplo da luta pela decolonialidade é apresentada pelo compositor Milton Nascimento em sua composição: “Yanomami e nós”. A música foi apresentada na TV Educatron e, após ouvir a música, foram apresentadas imagens de indígenas Yanomami para apreciação do grupo, como recurso visual de sensibilização. A comparação visual permite adquirir uma concepção real dos acontecimentos que envolvem a nação Yanomami e, por consequência, outras nações indígenas no Brasil e na América Latina. Foram apresentadas 6 imagens que demonstram a desnutrição atual dos indígenas Yanomami para comparar com imagens do período em que suas terras estavam livres dos garimpos e a população era saudável.

A imagem da tribo preparando a pupunha mostra um tempo em que era possível aos habitantes da reserva Yanomami servir-se da floresta e manter uma vida saudável sem o risco de contaminação, e a imagem da mulher arrumada para uma festa com flor nos cabelos. Os povos indígenas lutam para manter a sua cultura, mas sua identidade cultural também, a exemplo dos negros, cuja identidade também é ameaçada continuamente. Isto decorre da ausência de conhecimento e consciência étnico-racial, que deveria ser formada em cada escola como elemento essencial de uma educação voltada para a cidadania. Já a imagem da aldeia apresenta a organização cultural dos Yanomami.

A população indígena brasileira tem consciência dos aspectos destrutivos que a exploração de suas terras traz para seu povo, uma vez que os garimpos ilegais vêm destruindo gradativamente a natureza e especialmente os rios, o que impede a sobrevivência saudável dos povos nativos que habitam as reservas. Os garimpos destroem não apenas as terras, mas também poluem a água, interferindo no bioma, tornando a comida que alimenta os indígenas cada vez mais escassa. A luta para expulsar os garimpeiros das terras indígenas é constante e seguidamente encontra espaço de denúncia na mídia. A figura de uma tribo formando uma mensagem “fora garimpo” em manifesto realizado para denunciar a necessidade de retirar os garimpeiros de suas terras contribui para dar exemplo dessa luta.

A saúde das crianças indígenas é uma preocupação constante neste cenário de destruição das terras indígenas. A figura 3 apresenta uma criança Yanomami saudável, vivendo dos recursos naturais de sua reserva quando esta não havia sido invadida por garimpeiros, de modo a estimular reflexões sobre a relação colonial com a natureza, em contraste com o respeito das tradições indígenas pelo meio-ambiente.

O debate conduz à constatação de que não estamos fazendo referência às árvores da floresta nem aos animais irracionais, ainda que a destruição de espécies nas reservas indígenas seja uma lástima. Contudo, o debate enfoca sobre as reais condições das pessoas que habitam as aldeias indígenas.

A comparação entre o antes e o depois, que também demonstra a indiferença do poder público em relação aos povos originários, escancara as condições degradantes a que são submetidos os povos naturais. O genocídio Yanomamí ganhou o mundo sob as lentes das mídias internacionais, e povos indígenas pedem urgência na solução destes problemas para salvar vidas humanas ameaçadas.

Mesmo depois de muitos meses de ações das autoridades nas reservas indígenas, os garimpeiros ilegais persistem em burlar a lei e continuam contaminando o solo e a água, o que compromete a saúde dos povos originários.

As figuras 3 e 4 apresentam uma comparação entre dois momentos numa mesma tribo.

Figura 3 - Criança Yanomami saudável



Fonte: Atini²

Figura 4 - Criança Yanomami desnutrida



Fonte: Gazeta Web³

² Disponível em: <<https://www.atini.org.br/>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

³ Disponível em: <<https://www.gazetaweb.com>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

As primeiras imagens dessa oficina mostram o povo indígena com o seu modo de ser e estar no mundo, que precisa ser valorizado. Como sendo os legítimos proprietários dessas terras, deveriam ter assegurado o seu direito à dignidade humana.

A fome que matou e fez com que adoecesse a população indígena Yanomami é resultado de uma política governamental que negligenciou as necessidades da população indígena. Sobretudo, abrandou a punição aos garimpeiros que invadiram as terras indígenas para explorar minérios e a expansão das fronteiras agrícolas para produção de gado e produção de grãos para exportação. Diante dessa reflexão, os professores foram convidados a analisar as fotos que mostram a situação degradante a que estavam expostos os Yanomami, e a debater como istopoderia ter sido evitado com políticas efetivas que atendessem suas necessidades básicas com água potável, alimentação e atendimento de saúde.

Os professores sensibilizaram-se ao olharem as imagens tão chocantes, que por vezes remetem às imagens do holocausto, em que pessoas eram mantidas em campo de concentração, martirizadas pela fome e sacrificadas em câmaras de gás, considerado como o maior caso de genocídio do século XX. E a pergunta que não quer calar, por que um governo genocida ignorou os pedidos de socorro dos Yanomami? Por que autoridades ainda não solucionaram a questão das ocupações ilegais em reservas dos povos originários? Quanto vale a vida de um negro, pardo ou indígena nesse país?

Não se trata de construir um texto de militância, mas é impossível fugir da constatação da necessidade de ações urgentes e de políticas públicas adequadas para humanizar as relações com os povos originários e outras minorias. A comparação entre o antes e o depois dos Yanomami que habitam a reserva estabelecida na Amazônia, em Roraima, demonstra uma percepção da capacidade de destruição que o ser humano é capaz de empreender em busca de enriquecimento. A exploração de ouro e a transformação dos recursos naturais como rios, florestas e terras causada pela exploração demonstra que não há consciência da riqueza que estes recursos representam para o mundo. Esse desconhecimento e ignorância da sociedade levam a uma destruição sem precedentes.

As figuras 5, 6, 7 e 8 apresentam a tribo Yanomami vivendo em respeito à reserva que lhes pertence. Estas imagens não foram feitas há muito tempo, tendo sido registradas há cerca de uma década.

Figura 5 - Mulher indígena com flor no cabelo



Fonte: Direito Ambiental⁴

Figura 6 - Preparação da pupunha



Fonte: Pib Socioambiental⁵

Figura 7 - Tribo Yanomami



Fonte: Brasil de Fato RS⁶

⁴ Disponível em: <<https://direitoambiental.com.br>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

⁵ Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

⁶ Disponível em: <<https://www.brasildefatores.com.br>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

Figura 8 - Manifesto Yanomami

Fonte: SOS Amazônia⁷

Tanto os garimpos ilegais, quanto o avanço do agronegócio ameaçam a vida dos povos originários que habitam a Amazônia. Quando a floresta é derrubada para se tornar plantio de soja e outros grãos, ou mesmo para se tornar pastagem na criação de gado de corte para exportação, a população nativa é destituída de sua proteção alimentar. As ações dos garimpos poluem as águas dos rios, afetando os peixes e contaminando a saúde dos povos originários. Todo o processo de exploração que se desenvolve na Amazônia é altamente prejudicial à vida das populações naturais daquela região.

A falta de água potável, de comida e de condições sanitárias conduziu o povo Yanomami a uma situação difícil nos dois últimos anos. A mortalidade indígena acentuou-se, havendo necessidade de intervenção das autoridades para estabelecer responsabilidades e desenvolver ações legais de proteção a estes povos, pois não são apenas as crianças, mas toda a tribo se encontra em estado avançado de desnutrição. As figuras 9, 10, 11, 12, 13 e 14 apresentam crianças sem ter o que comer devido às contaminações.

⁷ Disponível em: <<https://sosamazonia.org.br/>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

Figura 9 - Crianças indígenas desnutridas



Fonte: Uol Notícias⁸

Figura 10 - Tribo desnutrida



Fonte: Uol Notícias⁹

Figura 11 - Família indígena



Fonte: Uol Notícias¹⁰

⁸ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

⁹ Idem.

¹⁰ Idem.

Figura 12 - Holocausto x Yanomami desnutrido



Fonte: NovoEste¹¹

Figura 13 - Crianças indígenas desnutridas



Fonte: Isto É, 2023¹²

Figura 14 - Indígenas em estágio de desnutrição



Fonte: Carta Capital, 2023¹³

A ausência de políticas públicas de proteção ao território indígena chegou a condições extremas diante da necessidade de respeito à dignidade humana, mas um grande preconceito leva uma parcela da população a ignorar essa condição. As figuras usadas na comparação

¹¹ Disponível em: <www.novoeste.com>. Acesso em: 29 mar. 2024.

¹² Disponível em: <<https://istoe.com.br/>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

¹³ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

apresentam situações em que se encontram as crianças Yanomami e foram salvas dos links: <https://istoe.com.br/nao-e-tragedia-humanitaria-e-genocidio/> e do link: <https://www.carta-capital.com.br/sociedade/nove-criancas-yanomami-morrem-por-falta-de-atendimento-em-dois-meses-diz-associacao>.

Após a análise e o debate da questão, foi dado como sugestão aos participantes da roda de conversa a confecção de cartazes com imagens, desenhos, frases e até textos e músicas que expressam os resultados da colonialidade na vida da população indígena, em especial dos Yanomami. A proposta é uma atividade baseada na sala de aula invertida, em que os participantes que irão apresentar como uma proposta antirracista podem contribuir para minimizar o racismo no contexto escolar e, por sua vez, na sociedade. Os professores que participaram da roda de conversas 2 gostaram da proposta e não apresentaram sugestões para alterar, mudar ou complementar o que foi apresentado nessa roda de conversas.

3ª Roda de Conversa

Dois décadas da Lei n. 10.639/2003: Rupturas e permanências

A terceira roda de conversas ocorreu no dia 18 de agosto e promoveu reflexões sobre as duas décadas da Lei 10.639/03, suas rupturas e permanências, com o tema: avanços/ limites/ impasses/ contradições históricas da lei sobre a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira na escola, contando com a participação de 15 professores.

Os participantes foram convidados a refletir sobre as duas décadas da Lei 10.639/03 e como ela vem sendo implementada ou não nas escolas. Essa discussão visa analisar se o componente curricular tem feito essa implementação. A atividade também visou compreender quais são os marcos legais que amparam a promoção da igualdade racial e o combate ao racismo na sociedade e no contexto escolar.

Foi questionado o que eles pensam a respeito da criminalização do racismo, e eles permaneceram em silêncio. Então para continuar foram convidados a ouvir a música do Gabriel o Pensador: “Racismo é burrice”. O questionamento posto para eles é para que se questionem se racismo é de fato burrice.

Entreguei a letra da música para cada um acompanhar e, posteriormente, fizemos as ponderações pertinentes. Trata-se de uma letra que faz refletir sobre aspectos como a atribuição do racismo ao aspecto de burrice, sem responsabilizar os seus agentes que no

cotidiano, dentro da dinâmica institucional e estrutural, realizam ações e omissões pautadas no preconceito racial.

O racismo não é burrice, e foi conscientemente estruturado numa lógica de suposta superioridade dos brancos europeus em detrimento de africanos, americanos e asiáticos. Fannon (2020) pontua que existe a exploração dos corpos subalternizados, e teorias raciais se desenvolvem visando explorar a mão de obra, pois a escravização contribuiu para a acumulação de riquezas, especialmente nos países capitalistas exploradores.

Nesse trecho da música, Gabriel, o Pensador pontua: “A 'elite' devia dar o exemplo”. Esta afirmação demonstra que o autor não concebe que os grupos que foram historicamente explorados pelas elites. Também não considera a agência dos povos subalternizados. E acrescenta “E o povão vai com o bundão na onda do racismo e da discriminação”. Esse povão somos nós. O que nós fazemos para ser antirracistas? O que os educadores realizam para formar uma sociedade sem preconceito racial?

Dados do IBGE (2022) demonstram que o Brasil é um país miscigenado. Entretanto, sua ocupação territorial e a abertura para a imigração propiciou para que, em algumas regiões do país, o racismo se acentue. Neste contexto histórico de incentivo a imigração europeia, a região sul do Brasil passou a ser por maioria branca, ou seja, descendente de imigrantes europeus. As grandes populações indígenas que habitavam a região foram dizimadas e, atualmente, os poucos indígenas são segregados em aldeamentos em diferentes regiões. Segundo Paim (2016), na região sul ainda há um esforço para tornar invisíveis os negros e os indígenas, o que no mínimo pode ser considerado um traço do negacionismo histórico. No verso da música: “Precisamos da lavagem cerebral pra acabar com esse lixo que é uma herança cultural” nos remete ao colonialismo, inclusive das nossas mentes. Mas não precisamos de lavagem cerebral e sim de uma educação antirracista e decolonial, já que os silêncios e omissões dentro das escolas contribuem para a perpetuação do racismo.

A busca pela percepção que os educadores possuem a respeito do racismo levou ao pedido aos professores que expressassem qual o sentimento ou sensação que eles têm ao ler ou ouvir a frase: *Vidas negras importam!; Vidas indígenas importam!; Vidas importam!*

Esta afirmação conduz à constatação de que na escola não pode haver discriminação de raças, e é possível estabelecer no ambiente escolar o respeito entre os seres humanos, independente da origem racial de cada um. A educação tem o poder de mudar mentalidades, de formar conhecimentos éticos, morais e científicos sobre conceitos que se perpetuam há séculos e que necessitam receber luz para eliminar a desigualdade entre as pessoas.

Ao definir o racismo estrutural, Sílvia Almeida (2020) pontua:

No século XX parte da antropologia constituiu-se a partir do esforço de demonstrar a autonomia das culturas e a inexistência de determinações biológicas ou culturais capazes de hierarquizar a moral, a cultura, a religião e os sistemas políticos. A constatação é a de que não há nada na realidade natural que corresponda ao conceito de raça. Os eventos da Segunda Guerra Mundial e o genocídio perpetrado pela Alemanha nazista reforçaram o fato de que *a raça é um elemento essencialmente político*, [grifo do autor], sem qualquer sentido fora do âmbito socioantropológico (ALMEIDA, 2020, p. 31).

Neste contexto, o racismo, enquanto prática, vem sendo um elemento de exclusão social, pois contribui para supressão dos direitos sociais, mas politicamente, a supressão de direitos atende aos interesses neoliberais de austeridade fiscal, para promover o corte das fontes de financiamento dos direitos sociais, transferindo os recursos do orçamento público para o setor financeiro privado. Este fazer é realizado por meio de privatizações, responsabilização fiscal, precarização do trabalho e desregulamentação de setores econômicos (MOREIRA, 2020). O desafio da educação é formar uma sociedade lúcida, capaz de interpretar os mandros da política de exploração dos mais fracos, e a melhor maneira de fazer isso é formando leitores críticos, capazes de perceber a ausência de distribuição justa da renda, e que sejam capazes de interpretar as injustiças sociais firmadas por meio do preconceito, da discriminação e da exclusão das minorias de oportunidades de estudo e de trabalho.

As figuras 15 e 16 representam atividades recentes de combate ao racismo veiculadas pela mídia. As figuras 17 e 18 apresentam a valorização dos povos originários, e as figuras 19 e 20 apresenta a valorização da vida indiferente de cor, raça, religião, nacionalidade.

Figura 15 - Combate ao racismo no futebol



Fonte: Divulgação/CBF, 2022

Figura 16 - Todos humanos



Fonte: Getty Images¹⁴

Figura 17 - Cacique indígena



Fonte: Brasil Escola¹⁵

Figura 18 - Guerreiros e crianças indígenas



Fonte: Agência Brasil - EBC¹⁶

¹⁴ Disponível em: <<https://www.gettyimages.com.br>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

¹⁵ Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

¹⁶ Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

Figura 19 - Muçulmanos em oração



Fonte: Toda Matéria¹⁷

Figura 20 - Comunidade bombardeada



Fonte: CNN Brasil¹⁸

Cabe ressaltar que todas as vidas são importantes, mas os resquícios deixados pelo processo escravocrata faz com que a população negra seja a que mais sofre com a violência policial. A abordagem policial realizada para os negros é mais violenta do que para os brancos. De acordo com informações da jornalista Alana Gandra, da Agência Brasil (2022), uma pesquisa realizada demonstra que pessoas negras têm 4,5 vezes mais chances de sofrer abordagem policial que pessoas brancas.

Os professores foram convidados a se expressar sobre a importância da lei para o respeito às diferenças, orientando-os a realizar a atividade em forma de poesia, música, texto ou desenho. Essa proposta também seria utilizada pelos alunos em sala de aula, e foi pedido aos professores para acrescentarem, suprimirem ou complementarem algo à proposta de atividade, mas mantiveram-se silenciosos quanto a isso.

Foi sugerido aos professores que assistissem ao filme “A 13ª emenda”, um documentário que analisa a criminalização dos afro-americanos na situação atual do sistema prisional dos Estados Unidos. O documentário trata dos direitos, da liberdade e da igualdade (Disponível em: <https://www.netflix.com/br/title/80091741>). Também foi solicitado para que

¹⁷ Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

¹⁸ Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

fizessem relação entre o filme assistido e as prisões atuais, partindo do princípio de que os presídios brasileiros são considerados os novos navios negreiros.

4ª Roda de Conversas **Antirracismo: igualdade e equidade**

A quarta roda de conversas ocorreu no dia 02 de setembro, um sábado em que também tivemos o conselho de classe. O título desta atividade era: “Antirracismo: igualdade e equidade” e o tema: “Identidade social e racismo”. Participaram da atividade 13 professores, aos quais convidamos a ouvirem a música “Olhos coloridos”, de Sandra Sá, recebendo também a letra para acompanhar.

Foi encaminhado aos professores o texto: “As relações cotidianas e a construção da identidade negra”, dos autores Ricardo Frankllin Ferreira & Amilton Carlos Camargo, para fundamentar o debate. Esta obra aborda as situações vividas pela população negra brasileira. Também ouvimos a música: “A carne mais barata do mercado”, de Elza Soares. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yktrUMoc1Xw>. A letra da música também foi disponibilizada para acompanhar e fazer as anotações pertinentes.

Realizar essas reflexões sobre a realidade brasileira é importante, uma vez que o “mito da democracia racial” permeia as relações sociais no Brasil, e a estrutura da exclusão da população negra significa a manutenção dos privilégios da branquitude. A naturalização em se ver a população negra desenvolvendo os trabalhos braçais é algo que precisa ser desconstruído. Daí a necessidade de políticas públicas que permita aos negros entrarem nas universidades e conseguirem concluir as suas formações nas diferentes áreas de conhecimento.

Foi sugerido aos professores que assistissem ao filme “Menina mulher da pele preta – Jennifer”, com direção de Renato Candido de Lima. O filme de 2012 conta a história de Jennifer, uma adolescente negra moradora da periferia paulistana, que com o auxílio de aplicativos altera suas fotos para clarear sua pele e alisar seu cabelo. Por meio dessa história, o filme discute a valorização do branco e do negro na sociedade brasileira.

5ª Roda de Conversas

Usos da literatura como prática educativa emancipadora

A quinta roda de conversas ocorreu no dia 15 de setembro, numa sexta-feira depois das 18h30 minutos. Com o título “Usos da literatura como prática educativa emancipadora” e com o tema: “Racismo, preconceito, sentimento e arte poética”, a atividade contou com a participação de 09 professores. Ao longo do tempo, a literatura vem trazendo suporte à história e vice-versa, um processo de troca válida e de comunicação quando se trata de representar fatos e acontecimentos que necessitam ser registrados. Muitos horrores da escravidão, por exemplo, foram registrados na literatura.

A obra utilizada nessa roda de conversas foi o “Quarto de despejo – diário de uma favelada”, com o protagonismo de Carolina Maria de Jesus, um símbolo de resistência na luta pela sobrevivência e autonomia. Também assistimos o vídeo: Carolina Maria de Jesus: da miséria à fama e de volta à pobreza (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OfzC36k1gjo>). A figura 21 apresenta um retrato de Carolina Maria de Jesus.

Figura 21 - Retrato de Carolina



Fonte: Aurélio Dantas

Debatemos sobre a condição do negro na sociedade brasileira e o processo de formação que se deu no pós-abolição, em que os negros saíram da senzala e foram “jogados” na favela. É na favela e nas periferias em que está a maioria da população negra hoje. Pinheiro (2023), ao tratar da raça como constructo social, pontua que apesar dos 135 anos da abolição da escravidão, a população negra continua à margem da sociedade, sem a possibilidade de acessar as condições mínimas para garantir a sua dignidade humana.

E a educação? Que papel tem na formação de pessoas que possam buscar a sua emancipação humana?

Foi apresentado aos professores uma proposta de atividade em que eles poderiam fazer

uma representação sobre o racismo, seja em forma de texto, poesia, cartaz, desenhos, histórias em quadrinhos. A composição deveria sintetizar a aprendizagem construída com a participação na sequência didática.

Para concluir as rodas de conversa que compõem a Sequência Didática proposta como prevenção ao racismo estrutural na escola, foi proposta uma mostra das atividades realizadas envolvendo todo o ambiente escolar, promovendo o debate amplo entre professores e alunos a respeito de uma educação antirracista e seus efeitos na sociedade.

Os professores gostaram da proposta e não acrescentaram, suprimiram ou complementaram nenhuma atividade.

2.2 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS AVALIATIVOS DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Para realizar uma análise do parecer dos professores sobre a Sequência Didática antirracista, foi encaminhado aos professores do Colégio Cívico-Militar Dr. Osvaldo Cruz uma cópia do material da Sequência Didática e um questionário.

O formulário de perguntas foi direcionado ao portal digital de acesso dos professores, contendo inicialmente quatro questões abertas para classificar o perfil dos participantes, e mais 10 questões avaliativas do material contendo com cinco opções de respostas. Este tipo de questão segue o modelo de escala lickert aferindo conceitos como: excelente, muito bom, bom, razoável e ruim, indicando a impressão sobre a Sequência Didática desenvolvida.

A Sequência Didática foi elaborada para ser desenvolvida com estudantes da Educação Básica e envolver os docentes da instituição. Porém, obteve-se apenas nove (9) questionários respondidos na plataforma digital utilizada diariamente por todos os professores do colégio.

Inicialmente o questionário perguntava sobre o perfil dos participantes, indagando há quanto tempo o professor atua na equipe multidisciplinar. O tempo de magistério indica o envolvimento em questões polêmicas no ambiente escolar, pois há uma tendência em buscar desempenho eficaz com foco nos conteúdos disciplinares previsto no quadro de conteúdos estruturantes de cada disciplina e apresentado nas diretrizes curriculares, dissociando o conhecimento e os problemas sociais. Entretanto, esse procedimento segregava os conflitos e não contribui para solucioná-los.

Rocha e Trindade (2006), em estudo realizado com orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais, pontuam a respeito da relação entre a escola e o contexto do combate à discriminação das diferenças, do preconceito e da desigualdade acentuada no ambiente escolar.

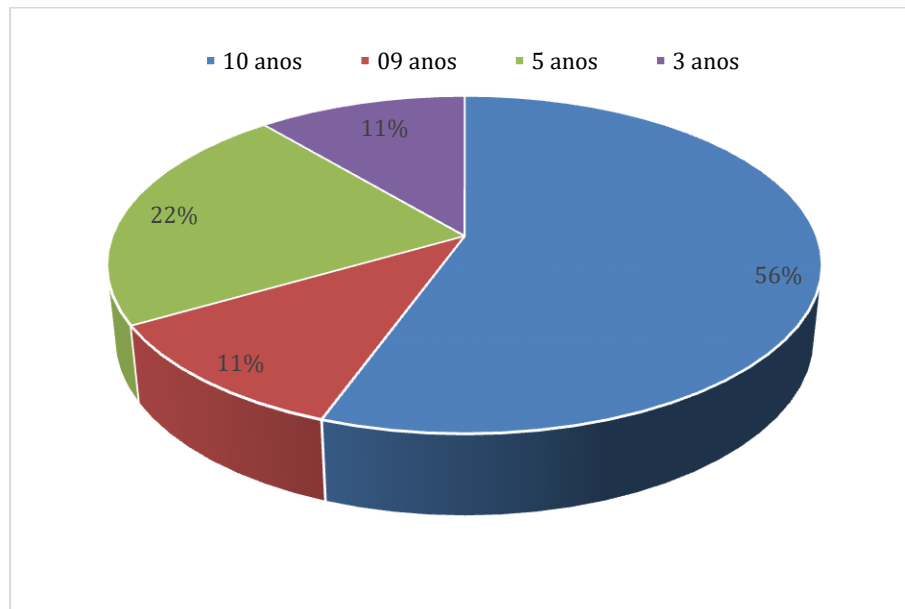
Precisamos compartilhar uma visão de escola como ambiente que pode ser de felicidade, de satisfação, de diálogo, onde possamos de fato desejar estar. Um lugar de conflitos, sim, mas tratados como contradições, fluxos e refluxos. Lugar de movimento, aprendizagens, trocas, de vida, de axé (energia vital). Lugar potencializador da existência, de circulação de saberes, de constituição de conhecimentos. Lugar onde, a exemplo de culturas africanas Yorubá, Bantu e outras, reverencia-se a existência, a vida das pessoas, que independentemente da faixa etária, de comportamento, de saúde, etc., pode ser vista como divina (ROCHA; TRINDADE, 2006, p. 55).

Se a escola não olha para dentro e se coloca no trabalho de combate às diferenças, esse fazer não acontece e os conflitos tendem a se tornarem permanentes. A escola é um espaço importante para o combate do racismo.

A aceitação das diferenças vem sendo apresentada ao longo dos anos por meio da legislação escolar, principalmente após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n. 9394/96, à qual se seguiram a Lei de Inclusão Escolar (Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000) e a Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial. Esta lei garante à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos, e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Entretanto, apesar do tempo que as leis vêm tramitando, o ambiente escolar ainda encontra resistência de muitos docentes para sua efetiva execução.

Assim, quanto mais tempo o professor apresenta de atuação, maior é a possibilidade de resistência às mudanças. O tempo de atuação de 55,55% dos professores na equipe multidisciplinar é de 10 anos, 11,11% declarou que atuava há 09 anos na equipe, 22,22% atua há 5 anos e outros 11,11% atuam na equipe multidisciplinar há 3 anos.

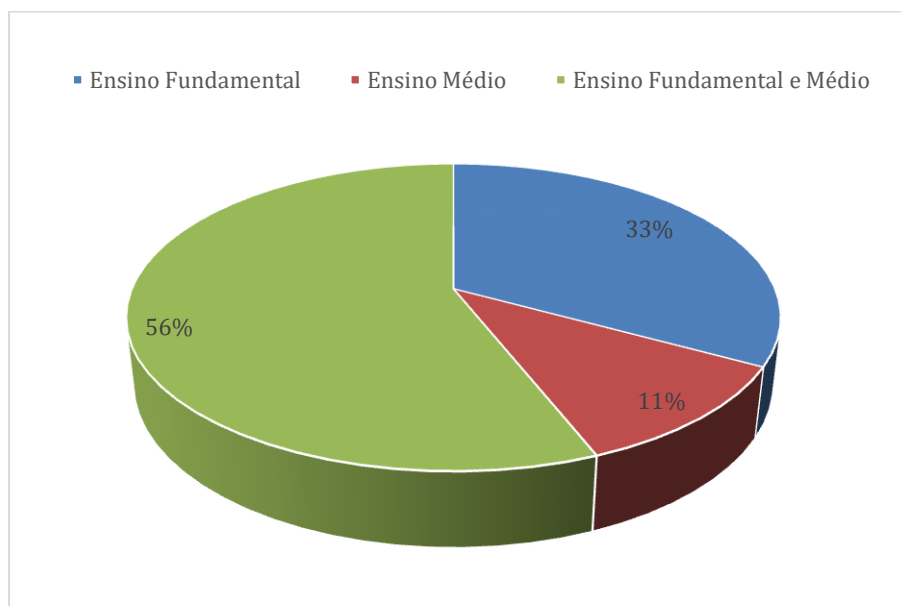
O gráfico 2 apresenta o resultado da pesquisa com os professores sobre o tempo que participam da equipe.

Gráfico 2 - Tempo de atuação dos professores na equipe multidisciplinar

Fonte: Autoria própria

O ensino público organiza a educação básica em ciclos formados pela Educação infantil (crianças de 6 meses a 6 anos); Ensino Fundamental I (Alfabetização até o 5º ano), Ensino Fundamental II (6º ano ao 9º ano) e o Ensino Médio (1º ao 3ºano). O processo educacional completo vai da primeira infância até, aproximadamente, os 18 anos. Isto indica que da infância até a adolescência, a pessoa recebe influência direta do ambiente educacional, por isso deve-se propiciar um ambiente saudável e de valorização da pessoa humana, independente de cor, raça, etnia, gênero ou qualquer condição discriminatória que possa interferir na formação da pessoa. Entretanto, neste ambiente de formação é importante desenvolver o antirracismo, pois é nesta idade em que o aprendiz forma sua identidade racial, e é nesta fase que ele necessita de formação específica que possa prepará-lo para a vida em sociedade sem preconceitos nem discriminação. Entre adolescentes é comum o *bullying* e o preconceito principalmente de raça, e não raro estudantes dessa faixa etária acham comum e se divertem com apelidos pejorativos relacionados à raça ou etnia do colega.

Foi perguntado aos professores em qual segmento acontece a sua atuação. 03 professores lecionam somente no Ensino Fundamental II, 01 ensina somente no Ensino Médio, e outros 05 são docentes do Ensino Fundamental II e no Ensino Médio. O gráfico 3 apresenta o resultado da investigação sobre o segmento em que cada professor que participou da pesquisa realiza sua docência.

Gráfico 3 - Segmento da Educação Básica que os professores atuam

Fonte: Autoria própria

O pesquisador Adilton de Paula (2005), aponta características do racismo que são diferenciais importantes. Para ele, o racismo não é visto, mas existe e está presente em todos os segmentos da sociedade, e trata-se de uma ideologia, um conjunto de posturas que articulam a cultura, valores, posicionamentos e comportamentos de grupos sociais, que se disseminam na sociedade de forma oculta ou subliminar, e que se torna um pensamento social e uma forma de ver e explicar a vida e a realidade.

Uma criança negra não é olhada e, muito menos, tratada como a branca em nossas escolas. O olhar sobre ela é um olhar de menosprezo ou de resignação. Ela é vista como uma possibilidade iminente de fracasso. Em geral, os professores e as professoras veem estas crianças como futuros evadidos, fracassados. O carinho, o contato e o afeto são diferentes e diferenciados (PAULA, 2005, p. 91).

Para entender como os professores entendem o antirracismo na escola, foi-lhes perguntado se trabalham o tema racismo em sala de aula e se tiveram acesso a algum material específico para desenvolver este tipo de percepção nos estudantes.

Os docentes apresentaram uma concepção sobre o trabalho com o antirracismo que contradiz as afirmações do autor acima. Muitos afirmaram que já respeitam a legislação, contemplando o trabalho de antirracismo em suas práticas docentes. Embora não haja uma definição sobre o combate ao racismo na escola e a legislação tenha reconhecido a necessidade de se estudar sobre a ancestralidade da população afro, que corresponde a mais de 56% da população brasileira, conforme recente publicação do censo populacional do país, há

ainda entre os professores uma denominada insegurança em tratar do tema com propriedade e conhecimento.

Uma professora que atua na equipe pedagógica e como gestora do colégio, explica na pesquisa que sempre que a situação exige, a equipe faz uma intervenção pontual e desenvolve trabalho de prevenção ao racismo.

Outra professora afirmou que não realiza este trabalho, e que suas leituras sobre o assunto são realizadas apenas por curiosidade. Os outros professores afirmaram que trabalham sobre o tema antirracismo, utilizam os materiais disponibilizados pela equipe multidisciplinar, mas são limitados pela necessidade de observar o tempo para desenvolver os conteúdos de suas respectivas disciplinas, o que leva a perceber a necessidade de oportunizar a reflexão sobre o antirracismo dentro dos conteúdos das disciplinas.

Indagados sobre quais são os maiores desafios para tratar do tema racismo em sala de aula, os professores responderam colocando questões relacionadas ao racismo, conforme apresenta a tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Respostas dos professores sobre os desafios do combate ao racismo na escola

No momento atual, além das problemáticas ancestrais e de uma dívida com essa comunidade, a polarização, onde as pessoas desconhecem os fundamentos e querem dar "palpites", sem nenhum conhecimento sobre a real importância da temática dentro do espaço escolar.

A maioria dos alunos entendem o que é e como combatê-lo, mas, ainda existem aqueles não interessa pelo assunto e ainda acaba cometendo racismo, seja fora ou dentro da sala de aula (uns conscientemente outro inconscientemente).

Tratar do tema do racismo em sala de aula é um desafio complexo, mas essencial para promover a igualdade e a justiça social. O professor precisa ser subversivo responsabilmente, pois vários obstáculos podem surgir ao abordar esse assunto. Entendo que há uma sensibilidade cultural é fundamental. Os educadores devem reconhecer e respeitar as diversas experiências e perspectivas culturais dos alunos. Outro desafio é o desconforto e a resistência que podem surgir. Muitos alunos e até mesmo outros educadores podem se sentir desconfortáveis em discutir o racismo, especialmente se não tiverem tido experiências prévias com o assunto. Isso pode dificultar o início de conversas produtivas. No meu caso, me sinto mal, por ser branca e falar disso, parece ser hipócrita. A falta de conhecimento também pode ser um obstáculo. Acabo não tendo força para o assunto, devido a não viver tal tipo de preconceito, mas me machuca ver o próximo sentindo isso. Concluo que, os educadores podem não estar totalmente preparados para abordar o racismo, seja por falta de conhecimento sobre a história do racismo, suas manifestações contemporâneas ou estratégias pedagógicas para tratar do assunto em sala de aula. Seria uma fuga minha? Ainda não sei. O medo de conflitos é outro desafio, já que o tópico do racismo pode gerar discussões emocionais e até mesmo confrontos na sala de aula. Como agir para construir consciência sobre? E as famílias? A resistência por parte dos pais também pode ser uma barreira. Alguns pais podem se opor ao ensino sobre o racismo devido a crenças pessoais, (opinião minha), não sei se tem estudo que comprova

isso, falta de compreensão ou preocupações sobre o impacto que isso pode ter em seus filhos. O que pode refletir em sala de aula. A falta de recursos é um problema adicional. Materiais de ensino adequados e recursos pedagógicos sobre o racismo podem ser limitados em algumas escolas, dificultando a abordagem eficaz do tema. Logo, analisando cada atividade, entendo a relevância e a justificativa por se fazer necessário estas Rodas de conversas no colégio.

Conscientizar os educandos

Creio que o maior desafio é o pensamento de algumas pessoas de que não haja racismo.

Dificuldades com alguns estudantes que vem de famílias, sociedade ainda com resquícios de racismo...

Falta de material e descaso dos estudantes.

O maior desafio é vencer a ideia na qual a sociedade (crianças e jovens) São educados para não perceberem o racismo e todas as suas formas de violências e violação, criando uma resistência inclusive dentro da escola.

Dentre os maiores desafios estão: - A sensibilidade do assunto, sendo um tema delicado que pode gerar emoções fortes nos estudantes e nos responsáveis. - A resistência à mudança, já que muitos não reconhecem a importância do tema ou preferem evitar discussões desconfortáveis. - A dificuldade de falar do assunto não estando em meu lugar de fala, sendo branca, mas sempre vou pela frase: "não basta não ser racista, precisa ser antirracista!" e busco trazer isso para os estudantes.

Fonte: Elaboração da autora a partir do questionário.

A resposta apresentada pelos docentes suscita dúvida sobre como abordar o assunto e do que se trata, especialmente porque para ensinar o antirracismo é necessário conhecimento aliado à sensibilidade e consciência da importância de não ser racista, especialmente quando o professor não pertence ao grupo discriminado e não é tratado com preconceito.

Para os educadores, fala-se em negação do racismo como um desafio, mas é preciso ultrapassar as barreiras do preconceito e não afirmar um discurso vazio, mesmo para quem não tem lugar de fala, pois o educador não pode se omitir e deve enfrentar o desafio de melhorar as relações humanas na escola.

A respeito de como o racismo é tratado na escola, Cavalleiro (2003) pontua que é comum entre professores o conhecimento se tornar uma experiência que leva o profissional a distorcer e minimizar os problemas. É importante considerar que no ambiente escolar existem muitas diferenças, e que na escola o preconceito é direcionado ao diferente, seja o negro, ou o asiático, ou ainda, o nordestino. Muitas vezes, não se trata apenas de cor, se trata também do trabalho, da idade, ou de alguma deficiência que faz o diferente ser notado.

Os problemas se acumulam: a ausência de informação, aliada a um pretenso conhecimento, resulta no silêncio diante das diferenças étnicas. “Acho que não tem como a professora ficar debatendo: Ele é branco, ele é preto, não tem ninguém melhor do que ninguém”. O antirracismo deve ser trabalhado automaticamente, conforme a realidade de cada sala de aula, e sempre que os conteúdos tocarem neste tema, jamais esporadicamente. (CAVALLEIRO,

2003, p. 58).

Pinheiro (2023) pontua que toda pessoa branca acaba se beneficiando do racismo, mesmo que não seja racista. O fim da branquitude não significa acabar com os brancos, mas acabar com o sistema social que privilegia brancos.

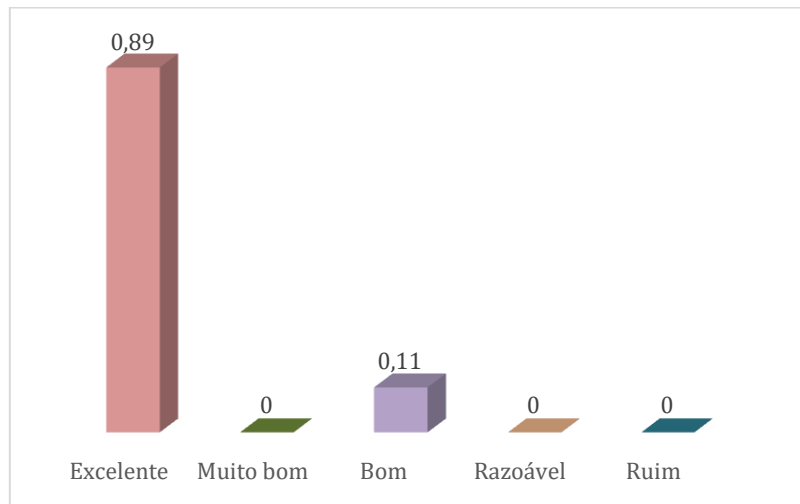
Angela Davis nos ensinou que, mais que não ser racista, é preciso ser antirracista, ou seja, não basta não cometer atos racistas: é preciso lutar contra o racismo. Mas compreendo que no Brasil existe uma impossibilidade inserida nessa frase. Não é possível não ser racista em um país estruturalmente racista (PINHEIRO, 2023, p. 57).

Assim, quando foi realizada a sequência didática sobre o combate ao racismo, foram priorizadas diferentes reflexões sobre essa condição no ambiente escolar. Por isso, os professores da equipe multidisciplinar foram questionados a respeito da organização dos conteúdos, da apresentação gráfica e outras representações colocadas na Sequência Didática.

Apresentar graficamente é dispôr o conteúdo e utilizar figuras e cores que destaquem os pontos importantes a serem discutidos. Quando o material gráfico chama a atenção, a leitura flui e o entendimento se torna eficaz, logo, a disposição gráfica dos textos e figuras contribui para uma boa interpretação daquilo que se lê. No ensino de história também costuma utilizar recursos de imagens e projeções de vídeos e filmes para tornar claro o conteúdo e aproximá-lo da realidade.

Os professores foram orientados para avaliar o material marcando um conceito que vai de ruim, razoável, bom, muito bom e excelente, indicando como perceberam as intenções colocadas no projeto da sequência, e definindo se o assunto racismo foi tratado com clareza e equidade.

A primeira característica avaliada no material foi a apresentação gráfica dos recursos utilizados (figuras, imagens, textos, entre outros), sendo que 89% dos professores consideram a apresentação gráfica do material excelente e 11% avaliou como um material bom. O gráfico 4 apresenta os resultados dessa avaliação.

Gráfico 4 - Avaliação da apresentação gráfica do material

Fonte: Autoria própria

A solicitação para que os professores opinassem sobre o material reuniu a opinião de oito participantes, pois um professor preferiu não comentar a apresentação gráfica do material. É importante que um produto educacional seja prático e de fácil compreensão, além de ser convidativo, para despertar a curiosidade do estudante.

O apoio de imagens, vídeos, músicas, filmes, entre outros recursos, contribui para credibilizar o material, mas é também um exemplo da possibilidade de se colocar o antirracismo no planejamento curricular da escola como conteúdo a ser desenvolvido durante o ano letivo. Esse fazer não se identifica com militância do movimento negro na escola, mas sim com o cumprimento da lei n.10.639/2003 que prevê que práticas pedagógicas sobre a cultura afrobrasileira seja promovida na escola.

A tabela 2 apresenta os comentários que os professores declararam sobre a apresentação gráfica da Sequência Didática.

Tabela 2 - Parecer dos professores sobre a apresentação gráfica

Achei os materiais de fácil leitura e compreensão.
Eu ainda acredito no poder da música.
Material bem elaborado, de boa qualidade
Utilizou a linguagem não verbal de maneira sábia.
Uma proposta de trabalho imprescindível para o trabalho escolar.
Há uma variedade de textos, gêneros e atividades para se usar com estudantes.
Sem Comentários
Os materiais estão bem destacados e condizentes com a proposta, tendo objetivos

claros e seu uso bem planejado, o que facilita o engajamento e a compreensão dos conteúdos.

Fonte: Elaboração da autora a partir do questionário.

No atual contexto da educação, as inovações vão além da imposição de se utilizar tecnologias, enfeitar a escola, promover projetos de embelezamento, criando um mundo inexistente para os aprendizes, a exemplo do que já foi feito em tantas escolas, que tentavam pintar ou criar um mundo bonito e colorido em tempos sombrios, quando isso apenas mascarava a realidade e contribuía para a alienação, reforçando diferenças sociais.

A escola regida pela legislação que promove o conhecimento da ancestralidade afrodescendente, que reconhece as diferenças étnicas, de gênero, de religião e outros segmentos que geram conflitos na escola, deve ser permeada por conhecimentos e profissionais habilitados a remar contra a corrente, construindo alternativas que contrapõe a tendência neoliberal contemporânea. A contradição que marca o espaço escolar deve ser desafiada para promover resistência ao modelo de mercado posto pelo sistema social dominante (VALENTE, 1999).

A reinvenção do sentido pela escola implicaria o esclarecimento e a condução de prática e discursos desmistificadores, mas, sobretudo, a reinvenção da própria sociedade e das relações vividas entre os indivíduos. Não cabe discutir ou lamentar as funções que a escola passa a cumprir por determinações históricas. Ao apontá-las, não se pretende desencadear posições e discursos condenatórios ou moralistas que em nada contribuem para a busca da superação desses problemas. É sobre esse terreno que as propostas alternativas deverão ser construídas. Exige-se porém, que sejam conhecidos os mecanismos que produziram a situação em que se encontra a escola. Afinal, sem que se conheçam as estratégias que se quer combater, como elaborar alternativas? (VALENTE, 1999, p. 70).

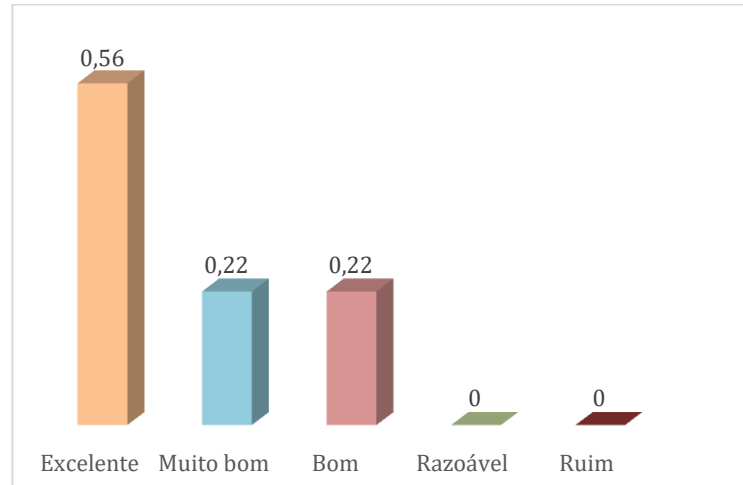
Sendo assim, é necessário desmitificar esta folclorização das relações étnico-raciais, que emergiu de um contexto educacional pautado em um embelezamento do mundo não condizente com a realidade, e há que se iluminar esta realidade na construção de conhecimentos visando o respeito, à solidariedade, às relações de convivência promissora e pacífica entre as pessoas.

No contexto social, há produções que revelam expectativas de mudança em produtos como filmes, literatura, música, pintura e tudo que compõe uma verdadeira revolução social esclarecedora das relações humanas, independente da etnia e da condição social.

Desta forma, foi perguntado aos professores se, diante da diversidade de produções

apresentadas, eles consideram que os textos, indicações de filmes e imagens esclarecem e concretizam os objetivos de uma educação que combate o racismo. O gráfico 5 apresenta as considerações dos professores a respeito do material de apoio escolhido para validar a Sequência Didática.

Gráfico 5 - Análise dos textos, filmes e imagens em relação à clareza e objetivos



Fonte: Autoria própria

Ao solicitar a complementação da avaliação com um comentário, os professores apresentaram importantes considerações que contribuem para refletir sobre as indicações do material. Há muitas contribuições que apresentam posicionamentos pessoais e de grupos a respeito do racismo, não apenas direcionado ao racismo contra os negros, mas de um modo geral envolvendo asiáticos, indígenas, segmentação religiosa e mesmo segmentação social de diferentes origens, no Brasil, há o preconceito contra os nordestinos que, embora exista, não vem sendo pensada no âmbito da educação como uma realidade do país.

A busca pela educação étnico-racial conduziu a uma série de providências e estudos realizados pela Secretaria de Educação do Estado desde o início do milênio, com a finalidade de cumprir a legislação. Incentiva-se o uso de tecnologias para ampliar a leitura de mundo e possibilitar ações críticas e transformadoras a partir dos ambientes educacionais.

[...] deve-se levar em conta que não basta utilizar tecnologia, é necessário inovar em termos de prática pedagógica. Nessa perspectiva, esta publicação traz algumas sugestões de filmes, músicas, livros e sítios da internet, a fim de oferecer aos profissionais da educação, alternativas de trabalho que possibilitem o desenvolvimento do debate étnico-racial em sala de aula (PARANÁ, 2008, p. 163).

Logo, mais do que possuir recursos tecnológicos, é necessário possuir uma ideologia adequada ao processo democrático de convivência para, através da educação, formar pessoas que possam viver e conviver com respeito, igualdade e justiça.

As afirmações dos professores complementam a sua avaliação em relação à Sequência Didática. A tabela 3 apresenta as considerações respeito das indicações para material de apoio.

Tabela 3 - Parecer sobre o material de apoio à Sequência Didática

Indicações interessantes e atuais, importantes para nossa reflexão e embasamento teórico.
Como se trata de filmes, a mensagem é passada de forma clara e objetiva e com coerência.
Tudo ok. Porém, acredito que não esteja pronto, ao desenvolver com os alunos, será possível fazer ajustes.
Pertinentes
As obras indicadas no material são ótimas para serem trabalhadas com os estudantes.
Tudo escolhido para que realmente o trabalho possa ser desenvolvido conforme o chão da escola.
Considero o material rico em mostrar a importância e relevância do tema.
Essa forma de reforço dos conteúdos sempre é importante.
Todos apresentam clareza e objetivos bem definidos, escritos de maneira acessível e estão alinhados com os objetivos da sequência didática como um todo, com informações relevantes e contextualizadas para a realização de ótimas aulas.

Fonte: Elaboração da autora a partir do questionário.

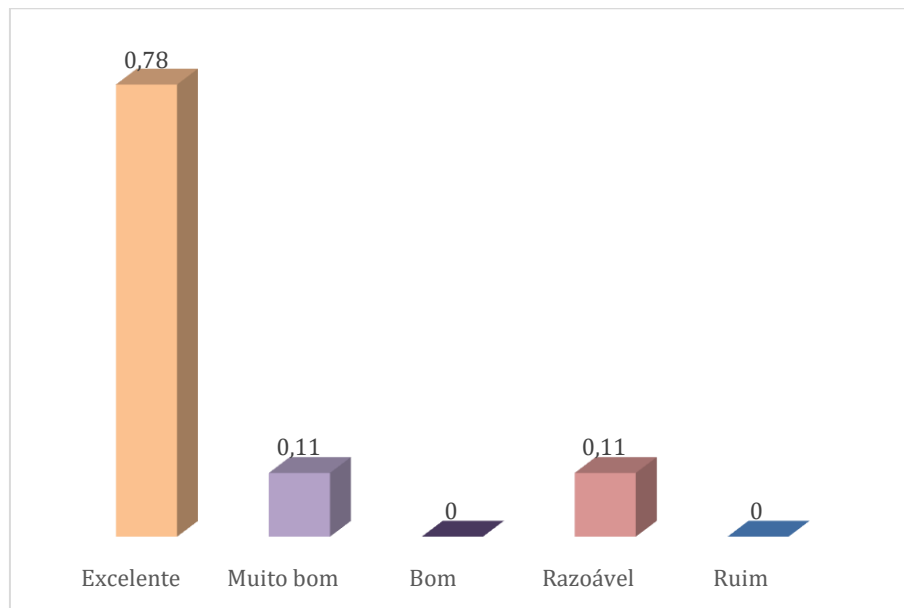
A respeito da prática de rodas de conversas sobre o racismo, 07 professores consideraram uma excelente prática, 01 professor avaliou como uma prática muito boa e um professor considerou essa prática razoável.

Cabe ao professor ser mediador das rodas de conversas sobre o antirracismo na escola, não cumprindo a temática apenas porque a lei determina, uma vez que isto não traz um resultado positivo nas ações, mas um reforço no preconceito. É preciso que o mediador das rodas de conversa estejam preparados para executar o trabalho de mediação com leituras e conhecimentos que representem o respeito aos direitos humanos de todos os cidadãos.

Uma roda de conversas é também uma disposição em que cada indivíduo pode externar as suas impressões sobre um assunto que esteja sendo debatido. Esta troca de ideias e o exercício da escuta do outro apresentam uma possibilidade de troca e de entendimento sobre o racismo. Ou seja, conversar sobre o assunto é também um modo de quebrar paradigmas e promover um exercício de cidadania, respeito e defesa dos direitos humanos.

O objetivo das rodas de conversas deve ser claro, específico e direcionado aos problemas que o preconceito e a falta de conhecimento introduz nos ambientes sociais e de aprendizagem. O gráfico 6 demonstra o resultado das respostas a este questionamento.

Gráfico 6 - Avaliação dos objetivos das rodas de conversa



Fonte: Autoria Própria

Em relação aos objetivos das rodas de conversa, os professores avaliaram as diferentes possibilidades oferecidas pela Sequência Didática e apresentaram as seguintes considerações conforme apresenta a tabela 4 a seguir.

Tabela 4 - Considerações sobre rodas de conversa a respeito do racismo

Bem importante para troca de informações, questionamentos e discussões acerca da temática.

Objetivos com bastante clareza

Tudo ok

De grande relevância

As rodas de conversa são essenciais para tentar incutir pensamentos críticos.

As rodas de conversa, certamente são um meio muito propício para os temas propostos.

As rodas de conversa serão momentos de todos se olharem e discutirem. É uma excelente escolha no material.

Sempre temos adaptações conforme a turma, a idade, as condições específicas de cada escola.

As temáticas abordadas são capazes de criar um espaço aberto e acolhedor para a discussão e a troca de ideias entre os estudantes e professores, estimulando a expressão de ideias e desenvolvendo a habilidade de escuta ativa.

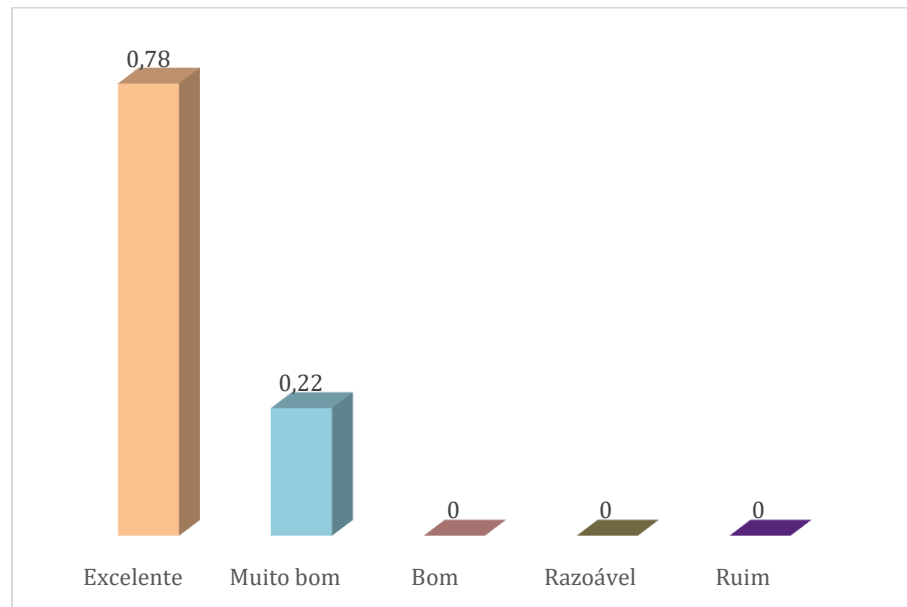
Fonte: Elaboração da autora a partir do questionário.

Para Djamila Ribeiro (2019), não se pode solucionar conflitos sem discuti-los por meio de debates e seus desdobramentos. Quem não é discriminado, ou que se beneficia das políticas que privilegiam a branquitude, não possui lugar de fala quando se trata de discutir o racismo, e isso não acontece somente entre alunos, mas também em relação aos professores e em qualquer segmento da sociedade. Contudo, isto não significa que o branco deva permanecer em silêncio, pelo contrário: deve ouvir as falas e vivências de negros, e apoiar a luta antirracista e seu protagonismo negro.

Fala-se muito em empatia, em colocar-se no lugar do outro, mas a empatia é uma construção intelectual, ética e política. É necessário entender a condição do outro, para que se possa, de fato, assumir ações para o combate de opressões das quais minorias são vítimas. É uma postura ética: questionar as próprias ações em vez de utilizar minorias como escudo. A escuta, portanto, é fundamental (RIBEIRO, 2019, p. 90).

Desta forma, a partir da realização de rodas de conversa, os professores são mediadores do processo de fala e de escuta entre os alunos, de forma estimular posicionamentos mais adequados à realidade e ao respeito que se pretende desenvolver no ambiente escolar.

Foi perguntado aos professores a respeito da adequação do título da Sequência Didática e sua relação com o tema do antirracismo. 7 participantes avaliaram como excelente, e 2 avaliaram como muito bom. O gráfico 7 demonstra estatisticamente o resultado desta questão.

Gráfico 7 - Adequação do título da sequência didática ao tema do antirracismo

Fonte: Autoria própria

Um título chamativo é também uma maneira de reduzir o silêncio que reina na escola quando se refere aos conflitos étnicos e sociais, calar é sustentar o preconceito e a discriminação dentro do ambiente educacional (CAVALLEIRO, 2003). Assim, ao solicitar aos professores o parecer a respeito da adequação da denominação da Sequência Didática, eles demonstraram uma boa aceitação em relação à temática. A tabela 5 demonstra o parecer dos professores a esta questão.

Tabela 5 - Declarações sobre o título da Sequência Didática

4.1 De acordo com a proposta

Os títulos bastante convidativos, causando grande interesse pela leitura

Construindo Pontes: Uma Sequência Didática Decolonial Antirracista com uma Equipe Multidisciplinar - Apenas sugestão.

Adequado a temática.

"Uma Proposta de Sequência Didática Decolonial Antirracista" está muito coerente com o tema antirracismo, a busca pelo direito às diferenças.

É, com certeza um convite para o excelente trabalho.

O título é atrativo e muito coerente.

Sempre é um tema delicado de se lidar.

O título está bem adequado para o objetivo, especialmente quando buscamos uma

abordagem multidisciplinar e a desconstrução de narrativas racistas. Ele mostra que busca uma perspectiva decolonial, questionando e desafiando as estruturas e legados coloniais, enquanto foca na promoção da igualdade racial.

Fonte: Elaboração da autora a partir do questionário.

Ao entender a linguagem como um mecanismo de poder, há que se assumir um compromisso com uma linguagem didática e atenta a um léxico que justifique o pensamento nas articulações políticas e nas produções para que se torne uma linguagem acessível.

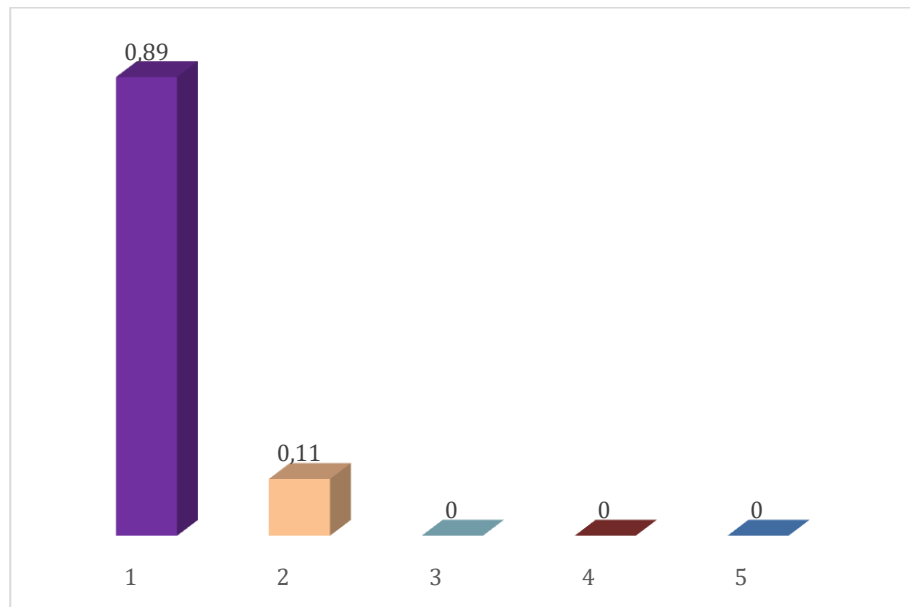
No espaço escolar há toda uma linguagem não-verbal expressa por meio de comportamentos sociais e disposições – formas de tratamento, atitudes, gestos, tons de voz e outras – que transmite valores marcadamente preconceituosos e discriminatórios, comprometendo, assim, o conhecimento a respeito do grupo negro (CAVALLEIRO, 2003, p. 98).

A escola precisa se tornar um espaço de expressão de todas as gentes, independente de etnia, gênero, classe social, condição intelectual, para ser verdadeiramente um espaço de inclusão, abrindo-se para que todos tenham voz e vez.

A promoção de rodas de conversas conduz ao reconhecimento do espaço coletivo usado para a discussão, e de reflexão a respeito de diversos temas, podendo ser utilizada para fins distintos, inclusive para o planejamento de ações não só antirracistas, mas também em relação a outros temas sensíveis que são tratados no ambiente estudantil.

A solução para problemas educacionais deve inicialmente partir da tomada de consciência de que estes problemas existem. Tratando do desenvolvimento de ações antirracistas na escola é necessário, inicialmente, agir para conscientizar que o racismo está presente naquele ambiente. Desta forma, por meio de dinâmicas de reflexão envolvendo estudantes, apresentando vídeos temáticos, leituras e ouvindo músicas, o ambiente escolar aproxima-se das análises históricas sobre racismo.

Ao solicitar que dispensassem uma opinião a respeito de rodas de conversa sobre racismo, 8 professores consideraram que rodas de conversa são excelentes para formar conhecimentos sobre o tema, e 1 professor considerou muito boa a realização de tais atividades de debate. O gráfico 8 apresenta os resultados da pergunta sobre as rodas de conversas.

Gráfico 8 - Opinião sobre a sequência das rodas de conversas

Fonte: Autoria própria

Ao serem solicitadas as complementações das respostas, os professores apresentaram considerações sobre a essencialidade desse tipo de diálogo, tomando essas ações como primordiais no trabalho contra o racismo. A explicação de cada participante contribuiu para enriquecer a pesquisa, justificando as opiniões de cada. A tabela 6 apresenta as afirmações dos professores.

Tabela 6 - Parecer sobre rodas de conversa

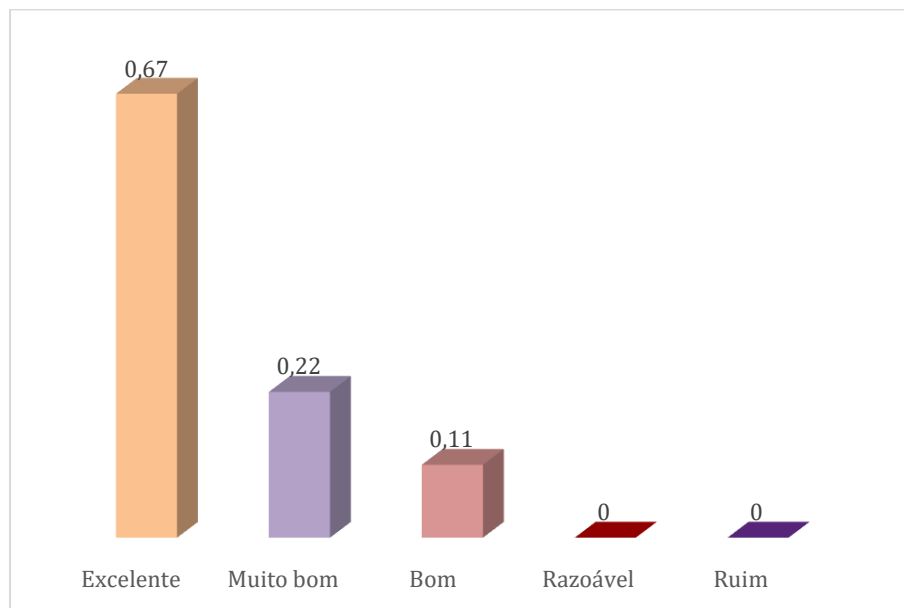
Proporciona a continuidade da temática.
As rodas de conversar, nos ensina a opinar, entender melhor o assunto que está sendo debatido e / ou explicado.
Extremamente importante.
As rodas de conversa são essenciais para tentar inculcar pensamentos críticos.
Bastante interessante esse trabalho coletivo com a participação dos envolvidos.
Proporcionar conversas em que os participantes sejam coadjuvantes e ouvintes é uma excelente maneira de troca de opiniões.
Sempre é um ganho para os jovens quando são colocados a debater problemáticas que os envolvem - assim como é o racismo.
A sequência de rodas de conversa foi muito bem estruturada e aborda uma variedade de perspectivas e aspectos do racismo, educação e igualdade racial. Ela tem o potencial muito grande de enriquecer a compreensão dos estudantes e promover ações eficazes contra o

racismo dentro do ambiente escolar.

Fonte: Elaboração da autora a partir do questionário.

Estas rodas de conversa necessitam de abordagem prévia sobre o tema tratado para que todos os participantes possam debater e opinar, e é um tipo de atividade que necessita de planejamento para otimizar o tempo de fala de cada interlocutor. O gráfico 9 apresenta as respostas dos professores sobre a distribuição do tempo na realização de uma roda de conversa.

Gráfico 9 - Opinião sobre o tempo previsto para abordar o tema e os conteúdos



Fonte: Autoria própria

Ao declararem suas opiniões com sugestões, os professores demonstraram aprovação do tempo e dos conteúdos, embora o tempo nunca seja suficiente para trabalhar um tema tão complexo e sensível. É necessário também que o professor tenha a clareza de que não se trata de um tema polêmico, mas essencial e voltado para a busca da igualdade no ambiente escolar. É preciso que o professor atue como mediador das rodas de conversa com conhecimento sobre o que significa contribuir para a construção da identidade racial de cada estudante participando da atividade.

Diante disso, ao combinar as temáticas das sequências didáticas com os conteúdos sobre a cultura afro-brasileira previstos no currículo escolar e com a postura antirracista que se desenvolve no ambiente escolar, promove-se uma formação de cidadania plena para todos os estudantes, independente de raça, cor, etnia, gênero ou qualquer outra divisão que possa

segregar grupos dentro da escola.

A tabela 7 apresenta as considerações dos professores a respeito do tempo e dos conteúdos abordados na Sequência Didática.

Tabela 7 - Considerações dos professores sobre o tempo e conteúdos da Sequência Didática

Penso que o tema e conteúdos nunca se esgotam. Sempre haverá espaço para a continuidade.
Racismo, é tema que deve ser tratado a todo momento / local e em todas as esferas da sociedade, no nosso cotidiano.
Ok
Adequado
As rodas de conversa são essenciais para tentar inculcar pensamentos críticos.
Sabemos que sempre trabalhamos com datas, porém a continuação de um bom trabalho sempre continua.
O tempo mencionado no material está adequado e permite que ele seja usado em todo e qualquer ano letivo.
Sempre precisamos de mais tempo para avançar nessa temática.
O tempo previsto para a realização das atividades está dentro da realidade de sala de aula, mas sempre é necessário levar em consideração o envolvimento dos estudantes, que pode estender as discussões por mais tempo.

Fonte: Elaboração da autora a partir do questionário.

Acerca do embasamento teórico, foi disponibilizado um rol de materiais de apoio como: livros, capítulos, artigos que abordam as questões relacionadas ao racismo ampliando as leituras para problematizar, contribuindo para que os professores adquirissem conhecimentos teóricos suficientes para abordar o problema dos conflitos racistas dentro da escola.

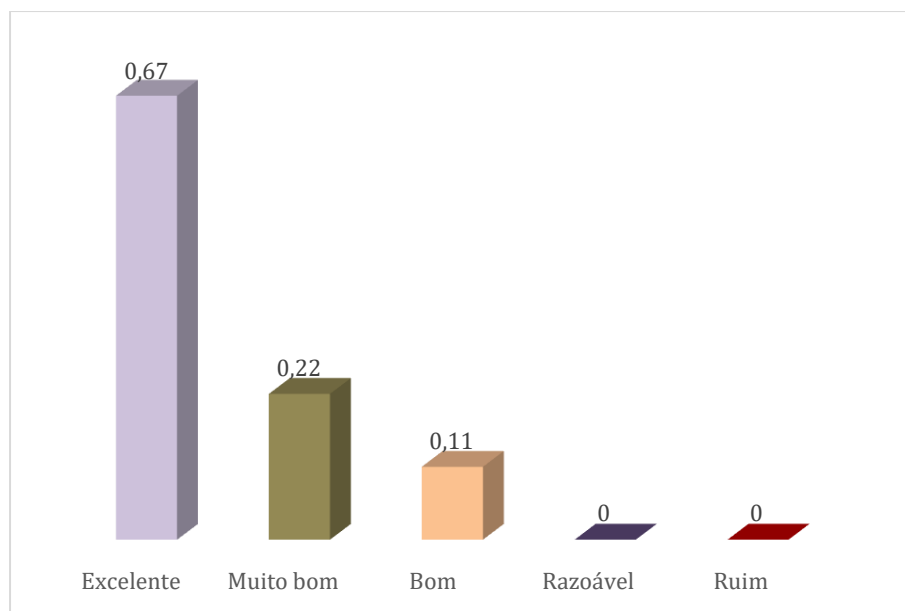
Este formato, com as disponibilização de links de acesso aos livros escolhidos, permite aos professores optar pela construção e diversidade de conhecimentos acerca do tema. Vários declararam que não conseguiram acessar os livros, podendo tratar-se de uma questão de inclusão digital.

Sem a realização de leituras específicas sobre a cultura afro-brasileira é impossível desenvolver um projeto implementação da educação antirracista na escola. O acesso ao

material pode ser realizado também com livros físicos, disponibilizados nas bibliotecas escolares, e por meio de livros digitais em plataformas digitais. A quantidade de material digital é disponível é considerável, e pode ser analisada para ser o embasamento teórico de projetos sobre o antirracismo na escola.

Ainda que as tecnologias digitais estejam presentes em nosso cotidiano, a construção de conhecimentos por meios tecnológicos pode ser alvo de preconceito. O gráfico 10 apresenta a percepção a respeito do material disponibilizado aos participantes.

Gráfico 10 - Análise do embasamento teórico para trabalhar o tema do antirracismo



Fonte: Autoria própria

A percepção dos participantes da pesquisa sobre as bases teóricas disponibilizadas demonstra que o acesso ao material pode não acontecer. Isto não se deve somente à ausência de recursos, mas também a uma crença de que os conhecimentos que o professor possui são suficientes para superar os conflitos no ambiente escolar. A tabela 8 apresenta a percepção dos professores sobre o material.

Tabela 8 - Avaliação dos professores sobre o embasamento teórico da Sequência Didática

Embasamento e fundamentação excelentes, com colocações e respostas sempre pertinentes e esclarecedoras.

O racismo deve ser combatido/ orientando no momento em que acontece.

Difícil prever o tempo, mesmo assim, é necessário no planejamento

Com subsídios necessários

Percebe-se que houve muitas leituras para o embasamento teórico.

Muito bem escolhido, pertinente.

O embasamento teórico mostra caminhos seguidos até agora e que poderemos nos ancorar em futuros estudos.

Temos um vasto material acerca das questões étnicas-raciais e o material utilizado é excelente.

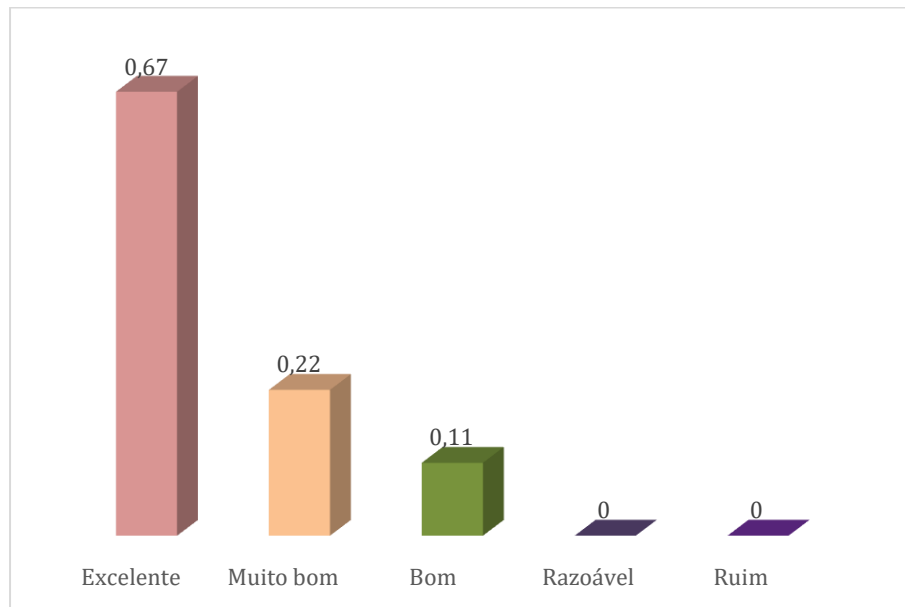
O embasamento teórico foi muito bem escolhido, com materiais de estudiosos reconhecimentos, como os livros da coleção editada por Djamila Ribeiro, além da legislação vigente no país, demonstrando um alicerce sólido para as discussões entre os professores, e para a construção de conteúdos e práticas em sala de aula eficazes e que promovam a igualdade racial.

Fonte: Elaboração da autora a partir do questionário.

Segundo Pinheiro (2023), não se muda a percepção que a sociedade tem do racismo a não ser por meio do conhecimento, substituindo a ignorância através de leituras que promovem os saberes de combate, formando uma concepção antirracista capaz de modificar a estrutura de invisibilidade imposta ao ambiente escolar. Rufino (2021), ao tratar das tarefas da educação no combate ao racismo, propõe uma formação antirracista por meio da construção do conhecimento:

A educação como descolonização está implicada a uma política de vida, ou seja, tem seus atos focados em contrariar os ditames da agenda dominante. A educação diz acerca de práticas cotidianas, pertencimentos coletivos, fortalecimento comunitário, ética responsiva, aprendizagens; e circulação de conhecimentos que reposicionem e vitalizem os seres atravessados pela violência colonial (RUFINO, 2021, p. 14).

Diante de afirmações de que a educação é a esperança de construir uma sociedade menos desigual, foi questionado se os textos da Sequência Didática contribuem para estabelecer novos saberes a respeito do antirracismo. Pinheiro (2023), pontua que as leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008 atingem as universidades e impõem a necessidade de reestruturar os currículos de formação de educadores, criando componentes para uma Educação para as Relações Étnico- Raciais (ERER). O gráfico 11 demonstra como os professores perceberam os textos da SD.

Gráfico 11 - Avaliação dos textos do material sobre o antirracismo

Fonte: Autoria própria

Face às impressões dos professores sobre o material, foi solicitado sugestões e suas percepções sobre os conhecimentos apresentados nos textos da Sequência Didática, conforme apresenta a tabela 9.

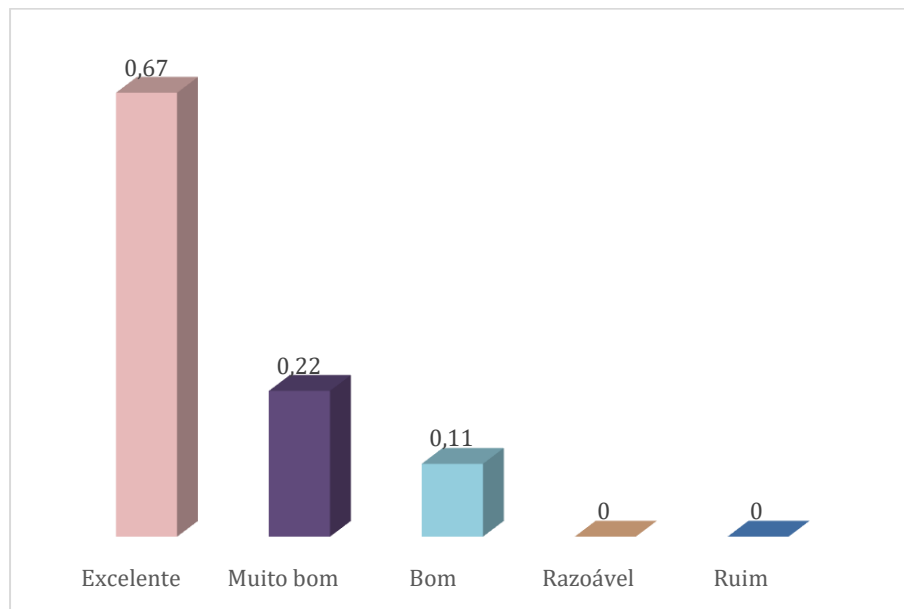
Tabela 9 - Percepção dos educadores sobre os textos do material apresentado

Materiais totalmente de acordo com o tema.
Fiquei curiosa pra ler. Uma sugestão, e minhas leituras partem dela, é a Bell Hooks. Conhece?
Sem sugestão, por hora. Sem sugestão, por hora.
Adequado
Os textos foram muito bem escolhidos.
Textos muito bem escolhidos.
O material proporciona um leque muito grande de diversos gêneros e traz variados focos em relação ao racismo.
São textos que embasam de forma coerente a pesquisa.
Os textos estão alinhados com os objetivos da sequência didática. Sendo bem informativos, inspiradores e bastante eficazes na promoção da conscientização e da ação antirracista.

Fonte: Elaboração da autora a partir do questionário.

As limitações de acesso ao material base do projeto em forma de Sequência Didática também foi avaliado pelos professores participantes da pesquisa, pois de acordo com Fonseca (2009), é importante ampliar a reflexão crítica a respeito dos enfoques postos por analistas e especialistas da realidade social a que a população negra está submetida. O gráfico 12 apresenta o resultado deste questionamento.

Gráfico 12 - Avaliação do acesso aos links e outros materiais digitais apresentados



Fonte: Autoria própria

A percepção dos professores a respeito do material em relação à temática posta na Sequência Didática é apresentada na tabela 10 a seguir.

Tabela 10 - Avaliação sobre o acesso ao material base da Sequência Didática

Os materiais indicados de acordo com o tema. Interessantes e esclarecedores

Os materiais digitais estão dispostos com bastante clareza.

Não consegui acessar, deu erro. Não sei quais livros estavam para análise.

De fácil acesso

Uma SD com materiais excelentes.

Os links são ótimos meios de levar uma pessoa a continuar uma pesquisa.

Disponer de um material com acesso online sempre ajuda na pesquisa e nos estudos dos alunos e dos professores.

É preciso atualizar o link para o *Drive* com os livros.

Fonte: Elaboração da autora a partir do questionário.

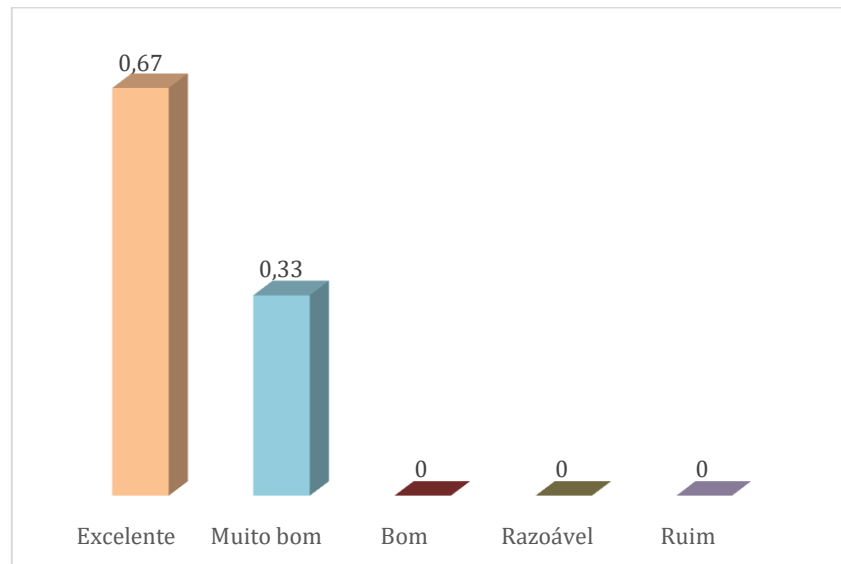
A construção de conhecimentos a respeito do antirracismo na escola precisa adotar e seguir métodos consistentes de trabalho. Não se pode limitar o conhecimento para romper com os tabus sobre esta temática.

Os projetos desenvolvidos precisam de métodos de trabalho consistentes, e a escolha de uma Sequência Didática contribui para o desenvolvimento de um trabalho multidisciplinar sobre o tema sem que se perca o direcionamento estabelecido para atingir os objetivos propostos.

Fonseca (2009) pontua que cabe às universidades o papel de estruturar as bases da soberania nacional, criando, renovando e difundindo o conhecimento, essa é uma função social e política que conduz ao desenvolvimento e ao combate às desigualdades. Entretanto, o combate ao racismo, ao preconceito, à discriminação tem início ainda na primeira infância, quando a criança realiza os primeiros contatos de convivência social. Portanto, a boa convivência é essencial para os diferentes níveis da formação humana, seja Educação Infantil, no Fundamental, Ensino Médio, ou Ensino Superior.

De acordo com Lélia González (2020), existe uma ideologia do branqueamento da sociedade que se configura para convencer negros de que eles são diferentes dos outros negros. A miscigenação não apaga a origem racial, mas se mistura e camufla, e em um contexto racista cria-se uma cortina ilusória de diferença, cometendo uma violência contra a identidade histórico-cultural de "brancos" miscigenados.

O gráfico 13 apresenta as considerações dos professores a respeito do método estabelecido para desenvolver multidisciplinarmente a Sequência Didática.

Gráfico 13 - Análise da proposta metodológica de desenvolvimento da SD

Fonte: Autoria própria

A análise dos professores sobre a proposta metodológica da Sequência Didática é apresentada na tabela 11 a seguir.

Tabela 11 - Percepção da proposta metodológica da SD

Sim, a proposta metodológica considera a Sequência Didática
Um produto de altíssima relevância
Sem sugestão
Adequada
Uma metodologia que creio surtir efeitos positivos para os estudantes.
Metodologia coerente com o trabalho escolar.
A metodologia está pertinente e faz o referido estudo sobre o racismo ser tratado de forma leve e atraente.
A sequência didática toma como base uma cronologia importante para entendermos a realidade vigente no nosso país.
A sequência didática trabalha o tema do antirracismo de maneira abrangente e inclusiva, promovendo a aprendizagem significativa e a conscientização crítica entre os estudantes.

Fonte: Elaboração da autora a partir do questionário.

Acerca da percepção metodológica do ensino, há que se desenvolver entre os educadores uma concepção de método de trabalho em sala de aula que conduza à

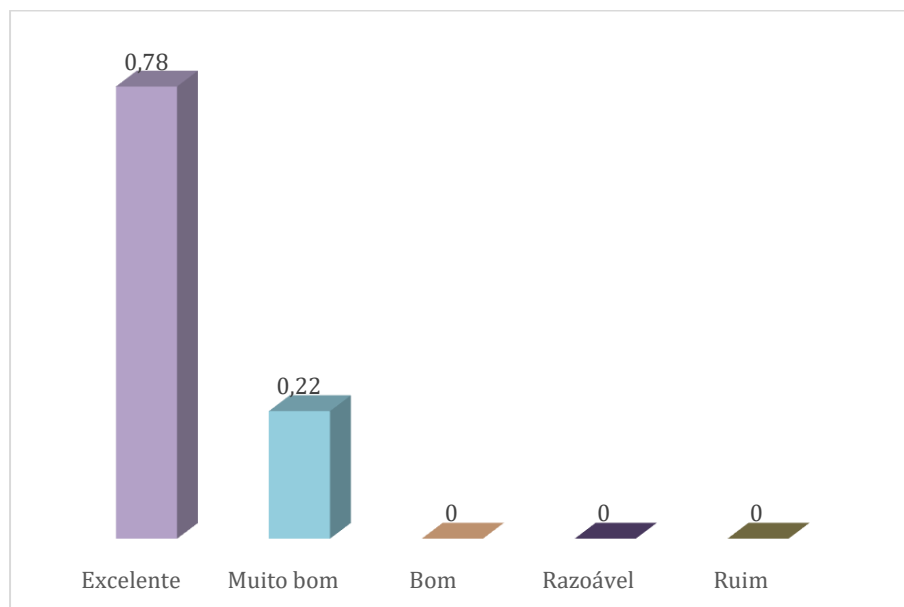
desconstrução dos estereótipos impostos por aulas limitadas a textos e figuras veiculados em livros didáticos, que acabam por impor ao aluno conhecimentos que reforçam o racismo através do silenciamento do tema.

Moreira (2020), ao tratar do racismo recreativo, pontua que existem diferentes tipos de racismo, que são representados pela psicologia social como estereótipos e estigmas. Existe o racismo aversivo que é expressado por preconceitos sutis, mas persistentes, que indicam o desprazer de um branco em conviver com negro. O racismo simbólico, que é construído culturalmente para representar as minorias raciais. Já o racismo institucional é representado por práticas que acarretam perda de oportunidades no acesso educacional e profissional de minorias étnicas.

Uma educação antirracista precisa, antes de tudo, abrir as mentes e ir em busca de materiais que construam uma percepção de igualdade e direitos humanos, independente da raça ou qualquer outra diferença.

O gráfico 14 apresenta o resultado da avaliação dos professores sobre a relevância do material da Sequência Didática apresentada.

Gráfico 14 - Avaliação da relevância do produto educacional



Fonte: Autoria própria

A tabela 12 apresenta as afirmações que os professores realizaram a respeito da relevância do material da Sequência Didática.

Tabela 12 - Análise da relevância da Sequência Didática

A temática é totalmente relevante e necessária para podermos nos preparar e respaldar teoricamente para o trabalho em sala de aula e situações do cotidiano escolar.

Proposta metodológica de fácil entendimento.

Sem sugestão

Necessária à comunidade escolar

Ótimo material para se trabalhar nas escolas.

Um produto educacional de grande valor.

O estudo sobre o racismo e todo tipo de preconceito é e sempre será necessária, por isso, esse material é de extrema relevância como produto educacional.

O Brasil é um país racista, isso é fato. Além de ser racista a sociedade é educado pelas mídias de poder e alto alcance a negar o racismo ou relativiza-lo, por isso o produto educacional que atua para produzir uma compreensão do racismo e conseqüentemente o seu combate é de extrema relevância.

A relevância deste produto educacional que aborda o antirracismo é inegável, uma vez que se traduz em benefícios significativos para os estudantes e mesmo a sociedade em geral, contribuindo para a construção de um mundo mais justo e igualitário, com respeito aos direitos humanos e empatia por todos os seres humanos.

Fonte: Elaboração da autora a partir do questionário.

O professor é a autoridade na sala de aula, e tem autonomia na preparação de suas aulas, mesmo dentro de uma proposta multidisciplinar. A escola é plural, marcada pelas diferenças, mas esse espaço não pode e, nem deve, ser marcado pelo preconceito ou discriminação, portanto, a mediação de conflitos deve ser realizada de forma a acrescentar conhecimentos capazes de promover o respeito mútuo entre indivíduos.

Assim, para encerrar a participação da equipe multidisciplinar, foi solicitado que os professores opinassem sobre novos conteúdos que poderiam ser acrescentados à Sequência Didática. A tabela 13 apresenta as considerações postas pelos professores, visando a melhoria das rodas de conversa no processo de formação étnico-racial.

Tabela 13 - Opinião sobre conteúdo a ser acrescentado nas rodas de conversas sobre a educação étnico-racial.

Não. Considero que as temáticas das rodas de conversas já abordam temas relevantes, importantes e que fazem parte do nosso dia a dia de trabalho, e, inclusive, superando

nossas expectativas.

Quando se trata de ensino / aprendizagem acrescentar, aprimorar, evoluir é algo que deve ser buscado, conquistado no cotidiano, para assim melhorarmos a vida e o futuro dos nossos educandos.

Por hora não.

Talvez, formação para os profissionais da educação, centrada nas situações problemas das escolas, partindo das realidades vivenciadas.

Sempre é bom ouvir o que os estudantes que sofrem com racismo têm de dizer, para refletirmos uma educação antirracista.

Penso que as propostas de trabalho estão bem organizadas e suficientes para serem desenvolvidas de forma bem coerente no contexto escolar.

Na minha opinião o material está rico na variação de gêneros e atividades e, por isso, está completo.

Pode ser levado mais textos poéticos que tratem da dor, da angústia e da força e da resistência de ser negro no último país a abolir a escravidão e o país que excluiu sua população africana e afro-brasileira de todos os direitos sociais, civis, ambientais, artísticos, culturais e econômicos. Antologia da poesia negra brasileira ed. Salamandra - org. Luiz Carlos dos Santos, Maria Galas e Ulisses Tavares.

Acredito que não é necessário acrescentar, uma vez que a sequência didática está muito bem planejada e completa, abordando a temática de forma abrangente, com objetivos bem definidos. Parabéns Ilda, por um ótimo trabalho desenvolvido!

Fonte: Elaboração da autora a partir do questionário.

A pesquisa avaliativa foi realizada com os professores, realizando uma abordagem a respeito da Sequência Didática elaborada como material de apoio, sugerido para a realização de formação de conhecimentos sobre a educação antirracista no Colégio Cívico-Militar Dr. Osvaldo Cruz.

Essa avaliação foi proveitosa e contribuiu para o desenvolvimento de propostas para combater o racismo na escola. Este material pode ser utilizado em qualquer estabelecimento de ensino, contribuindo para o combate antirracista em sala de aula.

É fundamental realizar a formação antirracista na educação, pois a educação é a base da formação da sociedade. Mesmo que a escola não tenha nenhum negro, essa escola deve formar para uma sociedade antirracista, ou ainda, se a escola tiver em seu quadro discente apenas alunos negros, ainda assim, a formação antirracista dever ser realizada, pois a escola

não forma pessoas apenas para conviver no ambiente educacional, mas forma cidadãos para conviver no mundo e agir sobre ele.

A formação da identidade racial, étnica e de classe é papel da escola, e precisa ser planejada para realizar seu propósito de construção de uma sociedade provida de direitos, desafiando e resistindo contra uma estrutura escolar tradicional que não sabe reivindicar e, muito menos, respeitar a universalidade dos direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ensinar história na visão de apenas um lado de seus construtores não totaliza o ensino e, muito menos, coloca a história numa perspectiva de construção de uma sociedade justa. A história possui um lugar significativo na memória, que possui um papel preventivo contra injustiças que colocam em risco a integridade de seres humanos.

Não se pode defender a dignidade humana sem o conhecimento histórico, uma vez que a ancestralidade está contida nos processos históricos e contribui para a construção da sociedade.

Ao refletir sobre a importância histórica das ancestralidades, enquanto professora de história, tornou-se perceptível a necessidade de buscar respostas para questões ligadas ao ensino, não apenas de história, mas como possibilidade libertadora da educação como um todo.

A construção de conhecimentos plurais pode se comprometer quando a mediação do ensino é realizada apenas por um professor. É importante perceber a necessidade da contribuição das equipes multidisciplinares atuando na educação, em especial quando se almeja desenvolver uma educação antirracista. Para isto, é preciso empreender esforços conjuntos em busca de desnaturalizar o racismo que se encontra imbricado numa sociedade que sequer reconhece que ele existe. Assim, deve-se pensar quais os saberes que são essenciais no trabalho dos professores da equipe multidisciplinar para realizar a educação antirracista.

O racismo caracteriza-se como processo de preconceito ou discriminação, em que um ser humano se põe acima do outro apenas por causa da aparência física ou a cor da pele, levando-no a crer que pode impedir as oportunidades do sujeito inferiorizado mantendo-o à margem da sociedade. Trata-se de um processo cruel que não escolhe apenas um alvo, onde todos os subalternizados são colocados na mesma perspectiva de perigo e de ameaça à supremacia de uma raça sobre a outra.

A diferença racial que se impôs aos africanos escravizados durante o período da colonização no Brasil escalou sua crueldade à medida em que perpetuou-se o racismo. A condição de subalternidade do negro em relação ao branco encontra na cor da pele, no cabelo cacheado, nas feições, a distinção que fere por ser diferente.

A mistura de raças no continente americano foi uma das maneiras de perpetuar a supremacia de uma raça sobre a outra, não apenas nos filhos de escravizadas tomadas à força por portugueses brancos, mas também entre os espanhóis que tomavam inúmeras mulheres indígenas compradas de caciques, apenas para garantir a posse de grandes extensões de terras.

Assim, o continente americano foi povoado por um povo miscigenado, que mesmo depois da abolição da escravatura continuou sendo explorado em sua força de trabalho. Essa miscigenação foi usada pelos dominantes para manter a ausência de identidade de classe e de raça, e há muito negros de pele clara cujas identidades foram apagadas neste processo.

Consciente de que é a falta de conhecimento e o silêncio cultural que impõem a desigualdade que se faz presente no coletivo social, surgiram, nas últimas décadas, movimentos de antirracismo que conduziram à abertura de possibilidades para formação de identidade social para negros e indígenas no Brasil.

O desenvolver da consciência necessária à formação de identidade é o trabalho do educador. Recentemente, a necessidade de se desenvolver uma educação humanizada e voltada para todos os cidadãos gerou movimentos de luta pela igualdade. Não se trata apenas de desenvolver militância, há que se imprimir na base educacional do país uma base humanizadora de formação de identidade social, com formação cidadã garantida para todos, independente da cor da pele, da etnia, do gênero, da condição social.

Educar para igualdade é o objetivo de quem atua na formação de cidadania plena. Cabe à educação libertar e humanizar a sociedade rumo à superação do racismo histórico que oprime nossa sociedade. A escola não pode se omitir, e deve colocar em prática as determinações legais que colocam o conhecimento sobre a cultura afro-brasileira na pauta educacional do Brasil.

Atualmente, a perspectiva educacional é de formar conhecimentos que promovem a igualdade racial a partir de práticas educativas humanizadoras. Neste aspecto, o currículo de História pode contribuir na promoção da condição humana dos alunos como sujeitos históricos, desenvolvendo práticas que conduzam à construção e reconhecimento da identidade racial dos estudantes. Um exemplo do não reconhecimento de identidade racial é o fato de muitos jovens não recorrerem ao sistema de cotas para entrar nas universidades, pois não se reconhecem afrodescendentes. Isso também acarreta na ausência de orgulho de sua ancestralidade, porque foram educados acreditando que os negros eram somente escravos.

O objetivo deste estudo foi desenvolver uma sequência didática para práticas pedagógicas educativas pautadas no decolonialismo e no antirracismo, promovendo os direitos humanos no âmbito escolar, com foco nos mecanismos que levam em consideração o disposto na Lei n. 10.639/03. Assim, desenvolveu-se uma busca por práticas educativas que levaram ao conhecimento de muitos produtos educacionais em forma de sequência didática voltados à socialização do conhecimento histórico, construído sob uma nova perspectiva crítica e ligada à realidade. O conhecimento histórico 'oficial' contido nos livros didáticos não

foi abandonado, mas trabalhado de maneira crítica, de forma a permitir uma nova maneira de analisar os processos históricos.

A sequência didática foi elaborada com a finalidade de desenvolver práticas pedagógicas que eduquem para o decolonialismo e o antirracismo, e buscou discutir as questões relacionadas aos direitos humanos, submetendo os próprios estudantes a uma formação capaz de libertar e de combater o assédio sofrido por crianças e adolescentes nas escolas apenas por causa do cabelo e da cor da pele, e da condição de vulnerabilidade imposta socialmente.

Não se configurou facilmente a realização da sequência didática no Colégio Cívico Militar Dr Osvaldo Cruz. Vários profissionais da instituição se autodeclararam sobrecarregados e relutaram em tratar o assunto com naturalidade, e a aceitação da temática entre os professores gerou incômodo, que não foi abertamente declarado, mas expresso ao ignorarem a necessidade de realizar essa prática pedagógica.

A sugestão de leituras disponibilizadas digitalmente aos professores foi ignorada pela maioria. A realização das rodas de conversas, subsidiadas pela Sequência Didática, foram desenvolvidas entre reuniões pedagógicas e conselhos de classe, mas sem grande adesão à temática.

A avaliação do material da Sequência didática por professores pares, conforme proposto no projeto de estudo, foi disponibilizado em forma de questionário digital, mas somente nove, dos mais de trinta professores, responderam e avaliaram o produto educacional. Este desprestígio não é intencional, e decorre da ausência de conhecimento das questões étnico-raciais entre os próprios professores.

A legislação educacional que prevê a formação de conhecimentos sobre a cultura africana e indígena, prevista nas leis n.10. 639/03 e n. 11.645/08, que indicam a valorização da cultura afro-brasileira e da cultura indígena, respectivamente, encontram na lei n. 12.288, de junho de 2010, denominada de “Estatuto Da Igualdade Racial”, o respaldo para a realização de uma educação voltada para humanização, que seja libetadora e promotora da igualdade e do respeito às diferenças. Ser antirracista não é apenas ser militante, é trabalhar para estabelecer a igualdade a partir da tomada de consciência de cada ser humano que acredita na igualdade, na fraternidade, e na capacidade humana de viver e conviver com as diferenças.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, A.; RODRIGUES, T.; CRUZ, A. Fracasso escolar na sociedade de controle e Aprendi o que é ser preto sob o racismo da escola. In: ARROYO, Miguel; ABRAMOWICZ, Anete (Org.). **A reconfiguração da escola: entre a negação e a afirmação dos direitos**. Campinas: Papirus, 2006
- ALBERTI, S. **O adolescente e o Outro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- ALBERTI, V.. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- ALMEIDA, S.L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Ed. Jandaíra, 2018.
- ALMEIDA, S.L. de. **Racismo estrutural**. 2 ed. São Paulo: Ed. Jandaíra, 2020.
- BANTON, M. **A ideia de raça**. Londres: Tavistock, 1977.
- BELANDI, C.; GOMES, I. Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda. **Agência IBGE: Notícias**. 22 dez. 2023. Acesso em: 30 jan. 2024. Censo 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda>.
- BITTENCOURT JR., I.C.; SABALLA, V. (Org.). **Procedimentos didáticos aplicáveis ao ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2012.
- BITTENCOURT, C. M.F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2018.
- _____. **O saber histórico na sala de aula**. 12 ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB-9394/96**. Brasília – DF: DOU, 1996.
- BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação**, Ministério da Educação. Brasília – DF: DOU, 1999.
- BRASIL, **Constituição Federal da República do Brasil**. Brasília – DF: DOU, 1988.
- BRASIL, **Lei n. 10.639/2003**. Brasília – DF: DOU, 2003.
- BRASIL, **Lei.n. 11.645**. Brasília – DF: DOU, 1996.
- BRASIL, **Lei n.10.098**. Brasília – DF: DOU, 2010.
- BRASIL, **Lei n. 12.288**. Brasília – DF: DOU, 2010.
- CABRINI, C.C. et al.. **O Ensino de História: revisão urgente**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

CHIRINÉA, A.M. **A Lei n. 10.639/03 e o Epistemicídio: relações e embates.** 2018.
Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/JXQP9M8NVGb6cCFH4hZwgFC/?lang=pt>

COSTA, J. B.; TORRES, N.M.; GROSGOUEL, R.. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

DE JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo: diário de uma favelada.** São Paulo: Ática, 2018.

DIANGELO, R.J. **Não basta não ser racista: sejamos antirracistas.** São Paulo: Faro editorial, 2018.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas.** São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FREIRE, P. **Conscientização.** 3 ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FONSECA, D.J. **Políticas públicas ação afirmativas.** São Paulo: Selo Negro, 2009

FONSECA, S. G. **Didática e Prática de Ensino de História.** Campinas: Papirus, 2003.

_____. ZAMBONI, E. (Org.). Campinas-SP: Papirus, 2008.

FONSECA, T.N.de L. **História e Ensino de História.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. **História e ensino de história.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GANDRA, A. (2022). **Estudo diz que negros têm maior chance de sofrer abordagem policial: Levantamento também mostra maior incidência de violência contra negros.**
Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-07/estudo-diz-que-negros-tem-maior-chance-de-sofrerem-abordagem-policial>.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. **Superando o racismo na escola**, v. 2, p. 143-154, 2005.

GONZALEZ, L. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa...** Diáspora Africana. São Paulo: Filhos da África, 2018.

_____. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Organização: Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. **Lugar de negro.** Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GROSGOUEL, R. **La descolonización de la economía-política y los estudios poscoloniales**: transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. Tábula Rasa, Bogotá, n. 4, p. 17-48, 2007.

GUIMARÃES, ASA. A República de 1889: utopia de branco, medo de preto (a liberdade é negra; a igualdade, branca e a fraternidade, mestiça) [Internet]. **Contemporânea**: Revista de Sociologia da UFSCar. 2011.

LEMOS, M. R.. **Modernidade & colonialidade**: uma crítica ao discurso científico hegemônico. Curitiba: Appris, 2019.

KARNAL, L. (Org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2016

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental**: a apropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEMOS, M.R. **Modernidade & colonialidade**: uma crítica ao discurso científico hegemônico. 1 ed. Curitiba: Appris, 2019.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEMMI, A. **Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Retrato do descolonizado árabe-muçulmano e de alguns outros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MIGNOLO, W. D. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2020.

_____. *Desobediência epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Argentina: Ediciones del signo. 2010.

MOREIRA, A. **Racismo recreativo**. São Paulo: Ed. Jandaíra, 2020.

MOTA NETO, J. C. **Por uma pedagogia decolonial na América Latina**: reflexões em torno do pensamento de Paulo Freire e Orlando Fals Borda/João Colares da Mota Neto. Curitiba: CRV, 2016.

MUNANGA, K. (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf.

PAIM, E. **Epistemologia decolonial**: uma ferramenta política para ensinar histórias outras. Disponível em: <https://hmagazine.com.br/epistemologia-decolonial-uma-ferramenta-politica->

para-ensinar-historias-outras/(2020).

PAIM, E. A. Para além das leis: o ensino de culturas e histórias africanas, afrodescendentes e indígenas como decolonização do ensino da história. In: MOLINA, A. H.; FERREIRA, C. A. L. F. (Org.). **Entre textos e contextos: caminhos do ensino de História**. 1ed. Curitiba: CRV, 2016, v. 1, p. 141-166.

PARANÁ, Resolução 3399/2010. Curitiba: SEED/DOE, 2010.

PARANÁ, Diretrizes Curriculares da Educação para o Estado do Paraná. Curitiba: DOE, 2008.

PEREIRA, A. A.; MONTEIRO, A.M. **Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

PINHEIRO, B.C.S. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

PINSKY, J. PINSKY, C.B. (Org.). **Novos combates pela história: desafios – ensino**. São Paulo: Contexto, 2021.

PORTELA JÚNIOR, A.; ANDRADE LIRA, B.F.F. América Ladina e a crítica à democracia racial em Lélia de Almeida Gonzalez. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, ano 28, n. 63, p. 105-131, maio/ago. 2022.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del Poder y Clasificación Social*. *Journal of World Systems Research* [s.l.], v. 6, n. 2, p. 342-386, 2009.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina*. In: LANDER, Edgardo (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 116-142.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramon (Org.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica mas allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

REIS, K.F.M., SENRA, R.E.F. O anti-intelectualismo e a espiral do silêncio: a manutenção da ignorância e o medo do isolamento como estratégia política. **Ambiente & Educação**, v. 26, n. 1, p. 75-781, 2021.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. **Lugar de fala**. São Paulo: Ed. Jandaíra, 2021.

RUFINO, Luiz. **Vence-demanda: educação e descolonização**. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

SACRISTÁN, J. G. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

_____. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3 ed. Porto Alegre: Penso, 2017.

SANTOS, B.de S. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul.** Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SANTOS, C. J. **Equipes multidisciplinares das escolas estaduais da região noroeste do Paraná:** limites e potencialidades na aplicação da Lei n. 10.639/03/ Celso José dos Santos. Paranavaí: Universidade Estadual do Paraná, Campus Paranavaí, 2015.

SANTOS, G. **Relações raciais e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2009.

SANTOS, Y. L.dos. **História da África e do Brasil afrodescendente.** Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

SCHILLING, F. (Org.) **Direitos humanos e educação: outras palavras, outras práticas.** 2 ed. São paulo: Cortez, 2011.

VALENTE, A.L.E.F. **Ser negro no Brasil hoje.** 16 ed. São Paulo: Moderna, 1994.

VASCONCELLOS, C.dos S. **Construção do conhecimento em sala de aula.** 18ª ed. São Paulo: Libertad, 2008.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar.** Porto Alegre: ArtMed. 1998.

APÊNDICE 1 - SEQUÊNCIA DIDÁTICA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – CAMPUS CAMPO MOURÃO

ILDA APARECIDA DE SOUZA

**ANTIRRACISMO NA ESCOLA: UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA
MULTIDISCIPLINAR DECOLONIAL**

HISTÓRIA

CAMPO MOURÃO

2024

ILDA APARECIDA DE SOUZA

**ANTIRRACISMO NA ESCOLA: UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA
MULTIDISCIPLINAR DECOLONIAL**

Sequência Didática produzida no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, nível de Mestrado Profissional, da Universidade Estadual do Paraná – Unespar, Campus de Campo Mourão.

Área de Concentração: Ensino de História e Educação das Relações Étnico-raciais – Linha de Pesquisa: Saberes Históricos nos espaços escolares.

Orientador: Dr. Frank Antonio Mezzomo.

CAMPO MOURÃO – PR

2024

APRESENTAÇÃO

O desenvolvimento da Sequência Didática (SD) apresenta-se como uma possibilidade de educação multidisciplinar cujo objetivo é contribuir na formação de uma concepção de educação decolonial antirracista, tendo em vista que o ambiente escolar é profícuo na externalização de preconceitos e outras atitudes de negação às diferenças. Desta forma, a sequência didática pretende formar conceitos decoloniais antirracistas que permitam uma formação de respeito pelas diferenças, valorização do ser humano independente de sua raça, etnia, gênero ou condição social. Cabe à escola introduzir na sociedade uma percepção de que o ser humano age na construção de sua própria história e isso implica em reconhecer que os africanos não vieram para este continente por acaso; que os povos originários detinham o poder sobre as terras e que foram usurpados em seus direitos; que as mulheres, independente da cor, são seres humanos que necessitam de respeito; que os idosos já contribuíram para a construção da sociedade e entregaram sua força para construir o mundo atual.

Entretanto, é necessário agregar outros conhecimentos aos saberes históricos. Assim, a SD será estudada em conjunto com a equipe multidisciplinar do Colégio Cívico-Militar Dr. Osvaldo Cruz, cujos integrantes são envolvidos para avaliar e desenvolver a sequência com os alunos da referida escola. A princípio, pretende-se trabalhar com os professores que trabalham com as disciplinas de Língua Portuguesa, Arte, Geografia e Ciências, além dos de História.

Propõe-se a realização de roda de conversa inicialmente com os professores, e como ponto de discussão a formação do conhecimento a respeito do racismo estrutural e suas formas de demonstração. Sugere-se inicialmente que os professores escolham livros da coleção “Feminismos Plurais” editada sob a coordenação de Djamila Ribeiro. A coleção conta com 15 livros de diferentes autores que têm como ponto comum o esclarecimento sobre as várias formas de preconceitos, intolerâncias e racismo a serem combatidos a partir do esclarecimento. Os livros estão disponíveis para leitura a partir do link: <https://drive.google.com/drive/folders/14gsYAZO4RmlHQ-R0bDUK7c1S8myKW5gD?usp=sharing>

A roda de conversas com os professores da equipe multidisciplinar circula em torno dos comentários e exposição da leitura prévia e da análise da sequência didática apresentada à equipe. A partir dessa discussão analítica definem-se os parâmetros para desenvolver a SD com os alunos de cada professor da equipe multidisciplinar.

A proposta ser desenvolvida com os professores têm a finalidade de despertar para uma reação educativa de enfrentamento a um problema real da escola e que desestabiliza o

ambiente escolar e interfere na aprendizagem. Assim, além de apresentar a Sequência Didática com o objetivo de formação de um ambiente decolonial antirracista na escola, deseja-se também que os professores discutam o material e sua validade em relação à proposta de aplicação e conhecimento da Lei n. 10369/2033 no ambiente escolar.

Espera-se realizar com os professores da equipe multidisciplinar, durante a análise da Sequência Didática uma pesquisa sobre o breve histórico da legislação da educação étnico-racial em contexto nacional e estadual, para entender melhor os mecanismos de implementação e avaliar a proposta multidisciplinar na perspectiva decolonial antirracista, visando abordar o antirracismo em diferentes disciplinas e disponibilizar o produto para ser avaliado e utilizado em unidades escolares.

O desenvolvimento desta Sequência Didática pode ser relevante para discutir o racismo, mas contribui para uma concepção sobre racismo também entre os educadores, visto ser um desafio colocar em prática os determinantes da Lei n. 10.639/2003 por não ser conteúdo específico dos educadores o combate ao racismo na sociedade. Assim, os saberes adquiridos a partir de leituras e roda de conversas com a temática do antirracismo, proporciona aos professores da equipe multidisciplinar, a oportunidade de discutir a respeito do assunto e conduzir à percepção de que se o aluno discriminado e tratado com preconceito precisa de proteção, também o aluno racista, preconceituoso e capaz de externalizar isso em forma de *bullyng* necessita de ajuda para formar conhecimentos reflexivos que o levem a entender o valor da vida humana, independentemente de raça, cor, gênero ou etnia.

SEQUÊNCIA DIDÁTICA DECOLONIAL ANTIRRACISTA	
Autor	Ilda Aparecida de Souza
Disciplina/Área	História
Município	Campo Mourão
Professor Orientador	Prof. Dr. Frank Antonio Mezzomo
Instituição de Ensino Superior	Unespar/Ccampus de Campo Mourão
Produção Multidisciplinar	
Palavras-chave	Antirracismo. Decolonialidade. Multidisciplinaridade
Formato do Material Didático	Sequência Didática
Público Alvo	Professores da equipe multidisciplinar Colégio Cívico-Militar Dr. Osvaldo Cruz Ensino Fundamental e Médio/Campo Mourão

A Sequência Didática foi produzida como uma possibilidade de educação multidisciplinar a ser desenvolvida com professores da equipe multidisciplinar do Colégio Cívico-Militar Dr. Osvaldo Cruz de Campo Mourão. A realização de roda de conversas permitem direcionar a percepção dos educadores sobre o racismo e promover o desenvolvimento da atividade com alunos da Educação Básica.

Esperamos realizar uma pesquisa sobre o breve histórico da legislação da educação étnico-racial em contexto nacional e estadual, para conhecer os mecanismos de implementação e avaliar a proposta multidisciplinar na perspectiva decolonial antirracista, promovendo a abordagem do assunto em diferentes disciplinas e disponibilizar o produto para ser avaliado e utilizado em unidades escolares.

“Na guerra, é preciso conhecer o inimigo para combatê-lo”. Diante disso a negação da existência do racismo é uma forma de violência, porque não se combate um inimigo inexistente ou que é negado institucionalmente. Assim, conclui-se que com o desenvolvimento de atividades escolares que mitiguem o reconhecimento desse inimigo comum é que a sociedade vai conseguir entender e seguir o que determina a Constituição de 1988 sobre a igualdade:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (BRASIL, 1988).

Contudo, após a promulgação da Constituição ainda permanece o exercício da opressão devida à desigualdade racial. Outros marcos legais reforçaram a proteção das minorias, como a lei do respeito à igualdade racial, a Lei Maria da Penha, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso. Quando falamos em minoria, concordamos com Ribeiro (2019), ao se reportar àqueles que possuem pouca representatividade de poder e acabam se tornando invisíveis no cenário social.

Entendemos que a escola é um dos espaços propícios para a divulgação e compreensão dos cidadãos em relação às leis, embora seja necessário que todos os educadores estejam alinhados com o propósito de esclarecer os estudantes a respeito do preconceito racial. Para isso, os conhecimentos devem ser fundamentados em pesquisas científicas relacionadas a sua área do conhecimento, demonstrando a importância de se desenvolver uma sociedade decolonial antirracista.

O ambiente escolar em seu compromisso de formação de cidadania plena se apresenta como o local onde a intolerância e o preconceito racial são expressos com frequência. Os aprendizes infanto-juvenis são influenciados a representar o que aprendem e a praticar ações que tanto podem reproduzir o preconceito endêmico obtido em ambientes tóxicos fora da escola, quanto podem concretizar a legislação em suas vivências e promover o surgimento de uma sociedade que respeita o próximo como ser humano, não pela sua raça, religião ou gênero.

Desta forma, a problemática que envolve estas rodas de conversa multidisciplinar buscam responder ao seguinte questionamento: o desenvolvimento de projetos multidisciplinares de esclarecimento a respeito do racismo estrutural pode contribuir para desenvolver a igualdade e promover uma educação antirracista?

Os materiais e métodos utilizados pelos educadores na construção de conhecimentos a respeito do racismo e do antirracismo envolvem atividades específicas em cada disciplina, como leitura de textos, apresentação de vídeos, solução de problemas matemáticos, identificação de mapas, análises em laboratório de biologia e química.

As atividades que serão desenvolvidas com a equipe de professores do Colégio Cívico-Militar Dr Osvaldo Cruz envolvem diferentes disciplinas e podem ser realizadas em forma de roda de conversas. Pretende-se apresentar, inicialmente, um texto, ou vídeo motivador que introduza a temática, e motivar o surgimento de consciência crítica a respeito do conteúdo tratado conversando para formar uma concepção a partir do debate esclarecedor à luz do conhecimento, demonstrando os danos que o racismo traz para toda a sociedade. A

Sequência Didática deve desenvolver, inicialmente com os professores da equipe multidisciplinar e, posteriormente, aos seus alunos, a percepção de que o preconceito racial é uma condição criada pelo homem, construída socialmente para que se instale a supremacia de uma raça sobre a outra.

Assim, por meio dos debates, da valorização da cultura de todas as etnias e outras atividades que valorizem a influência étnica cultural de grupo comunitário, a Sequência Didática pode contribuir para esclarecer o quanto é saudável estabelecer limites de respeito para uma convivência que respeite os direitos de cada pessoa humana.

Conforme previsto na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), as atividades devem ser suficientes para desenvolver como habilidade o senso estético voltado para o respeito à diversidade e a valorização da cultura da humanidade.

Assim, busca-se responder quais são os saberes necessários aos professores da equipe multidisciplinar para realizar uma educação antirracista propondo leituras e rodas de conversas, com duração de 10 horas de atividades conjuntas, sobre a sequência didática antes de desenvolvê-la com os alunos, pois a análise dos professores da equipe multidisciplinar é um trabalho conjunto que esclarece o desenvolvimento da sequência didática enquanto prática pedagógica. Já o trabalho com os alunos é estimado em duas horas/aulas de 50 minutos para cada roda de conversa, visando a realização de pelo menos 14 horas de estudos reflexivos decoloniais antirracistas.

As atividades necessitam de recursos eletrônicos disponíveis na unidade escolar tais como: aparelho de som, televisão, projetor de mídias, câmeras, celulares, computadores e laboratórios de informática e de ciências, livros, revistas, papel sulfite, lápis e canetas, cartolinas, cola, tesoura, atividades impressas e outros que possam ser necessários para bem realizar a sequência didática. Os materiais a serem utilizados serão disponibilizados no drive, com *link* de acesso para que os participantes tenham acesso.

Diante desse planejamento e após realizar a roda de conversas com os professores da equipe multidisciplinar, apresenta-se a seguir a proposta de sequência didática elaborada para ser desenvolvido com os alunos da Educação Básica.

1ª Roda de Conversas

O Racismo no Brasil

Disciplina:

Nome do Professor:

Turma/Série:

Tema

Racismo estrutural e desigualdade

Objetivos

Objetivo Geral

Compreender as implicações do racismo estrutural e da importância do antirracismo para o desenvolvimento da sociedade.

Objetivos específicos

* Realizar uma roda de conversa com os alunos para entender como eles percebem o racismo;

* Apresentar vídeo que esclareça sobre a existência de racismo institucional, enquanto mecanismo usado pelas instituições para a exclusão dos direitos das minorias à educação, saúde, habitação e outros aspectos dos direitos humanos;

* Realizar atividades lúdicas, de pesquisa, de fixação do conteúdo de forma a esclarecer sobre as causas e as consequências do racismo estrutural.

Atividades

Realizar uma roda de conversa após ouvir a música e assistir o clipe da música “Boa Esperança” do compositor Emicida.

Disponível em:

Emicida - Boa Esperança (Videoclipe Oficial) - YouTube

<https://www.youtube.com/watch?v=AauVal4ODbE>

(PS: Disponibilizar a letra da música para os alunos)

Boa esperança / Emicida

:/Pra sua guerra vão nem se lixar, e esse é o X da questão

Já viu eles chorar pela cor do orixá?

E os camburão o que são? Negreiros a retraficar

Favela ainda é senzala, Jão

Bomba relógio prestes a estourar

O tempero do mar foi lágrima de preto

Papo reto, como esqueletos, de outro dialeto

Por mais que você corra, irmão, Pra sua guerra vão nem se lixar /:

Papo reto, como esqueletos, de outro dialeto

Só desafeto, vida de inseto imundo

Indenização? Fama de vagabundo

Nação sem teto, Angola, Ketu, Congo, Soweto

A cor de Eto, maioria nos gueto
 Monstro sequestro, capta três, rapta
 Violência se adapta, um dia ela volta p'ocêis
 Tipo campo de concentração, prantos em vão
 Quis vida digna, estigma, indignação
 O trabalho liberta, ou não?
 C'essa frase quase que os Nazi varre judeu em extinção
 Depressão no convés, Há quanto tempo nóiz se fode e tem que rir depois
 Pique Jackass, mistério tipo Lago Ness, sério és
 Tema da faculdade em que não pode por os pés
 Vocês sabem, eu sei
 Que até Bin Laden é made in USA
 Tempo doido onde a KKK veste Obey (é quente memo)
 Pode olhar num falei?
 Aí, nessa equação chata, polícia mata, plow!
 Médico salva? Não! Por que? Cor de ladrão
 Desacato invenção, maldosa intenção
 Cabulosa inversão, jornal distorção
 Meu sangue na mão dos radical cristão
 Transcendental questão, não choca opinião
 Silêncio e cara no chão, conhece?
 Perseguição se esquece? Tanta agressão enlouquece
 Vence o Datena, com luto e audiência
 Cura baixa escolaridade com auto de resistência
 Pois na era cyber, 'cês vai ler
 Os livro que roubou nosso passado igual Alzheimer, e vai ver
 Que eu faço igual Burkina Faso
 Nós quer ser dono do circo, Cansamos da vida de palhaço
 É tipo Moisés e os hebreus, pés no breu
 Onde o inimigo é quem decide quando ofendeu ('Cê é loco meu)
 No veneno igual água e sódio (vai, vai, vai, vai, vai, vai)
 Vai vendo sem custódio
 Aguarde cenas no próximo episódio
 'Cês diz que nosso pau é grande
 Espera até ver nosso ódio
 Por mais que você corra, irmão
 Pra sua guerra vão nem se lixar
 Esse é o X da questão J
 á viu eles chorar pela cor do orixá?
 E os camburão o que são?
 Negreiros a retrafficar
 Favela ainda é senzala, Jão
 Bomba relógio prestes a estourar!

Fonte: LyricFind/ Compositores: Leandro Oliveira/ © Warner Chappell Music, Inc.

Para direcionar a roda de conversa com os alunos após a visualização do clipe, ouvir a música e interpretar a letra da música, pode-se desenvolver os seguintes questionamentos:

8. Quem é EMICIDA?
9. O que significa o seu nome? (propiciar um tempo de pesquisa em mídia móvel

disponível)

10. Que tipo de denúncia Emicida faz em sua música?
11. Por que a comparação entre camburão e navio negreiro?
12. Como pode ser explicado o conflito apresentado no clipe?
13. Indique um exemplo de racismo institucional citado por Emicida na música.
14. Relacione o conteúdo da letra com o título Boa Esperança.

O vídeo de Silvio Almeida a respeito do racismo estrutural traz informações explícitas sobre as diferentes formas de preconceito e desperta o interesse em desenvolver conhecimentos a fim de vencer a ignorância e reconhecer as diferenças (Disponível em: (7) O que é racismo estrutural? | Silvio Almeida - YouTube.

Após assistir o vídeo desenvolver um debate a respeito do mesmo a partir dos seguintes questionamentos:

6. Quem é Silvio Almeida?
7. Que tipos de ações de busca da igualdade de direitos são previstas na legislação brasileira?
8. O Brasil é um país racista?
9. Como a educação pode contribuir para a busca da equidade?

Organização da turma

No início da roda de conversas os alunos serão organizados em círculo de modo que todos permaneçam de frente um para o outro, permitindo dialogar com maior facilidade, além de permitir que os alunos observem as diferenças étnicas que pode estar presente no ambiente escolar e, que deve ser respeitado.

Introdução

Para introduzir a temática do racismo estrutural é importante preparar os alunos a partir de uma conversa que possa esclarecer sobre a temática e conduzir a uma reflexão que mesmo numa simples sala de aula pode haver muitas diferenças que podem ser respeitadas. Após apresentar o tema, é propício que sejam esclarecidas as intenções de se desenvolver uma roda de conversas sobre o racismo. É importante que todos os alunos fiquem cientes que a natureza não promove igualdade porque não existem dois seres exatamente iguais, porém estar ciente que as diferenças existem e precisam ser respeitadas é fundamental para o desenvolvimento humano.

Desenvolvimento

Após a leitura e interpretação da letra da música, os alunos vão comentar, discutir entre si, mediados pelo professor, o racismo estrutural, podendo responder às perguntas juntos, registrar as atividades para colocar num portfólio. Da mesma forma, as atividades realizadas após assistirem ao vídeo juntos, os alunos registrarem o conceito de racismo estrutural. Promover a discussão sobre o racismo institucional citado por Emerica na música e racismo estrutural definido por Silvio Almeida no vídeo. Toda a atividade pode ser registrada em papel sulfite e anexada a um portfólio da sequência didática.

Conclusão

Para concluir a aula é importante expor meios e direcionamentos que conduzam à reflexão sobre o racismo e a maneira como ele se manifesta, pois embora o racismo seja crime ele aparece de maneira estrutural (discriminação da sociedade privilegiando um grupo ou raça, em detrimento de outros) e o racismo institucional (quando a discriminação racial estabelece-se em ambientes corporativos e públicos. Ex: universidades, serviços de saúde, transporte público, repartições públicas, escolas). Ao final desta aula pode indicar o filme “Medida Provisória” para tratar do racismo ou ainda, o filme **“Casa de Antiquidades”**, **ambos são produções brasileiras do ano de 2020.**

O filme Casa de Antiquidades conta a história de Cristovam, um vaqueiro que sai do interior do Brasil e vai para a região Sul em busca de melhores condições de trabalho. O contraste cultural e étnico da nova moradia em relação à sua terra natal, faz com que inicie um processo de resignificação para enfrentar o presente.

O filme Medida Provisória também é uma produção brasileira, é dirigido por Lázaro Ramos, e conta a história de um governo brasileiro que busca reparar o passado escravocrata do País. No filme, o Congresso Nacional aprova uma medida em que os cidadãos negros que vivem no Brasil são obrigados a se mudarem para o continente africano, com a intenção de retornarem às suas origens. O casal Capitú (Taís Araújo) e Antônio (Alfred Enoch) e seu primo jornalista André (Seu Jorge) debatem sobre as questões sociais e raciais dessa problemática. Ao propor que filmes sejam assistidos fora do ambiente escolar para firmar a aprendizagem pretende-se também levar a discussão sobre o racismo para além dos muros da escola.

2ª Roda de Conversas
Decolonialidade e os Direitos Humanos

Disciplina:

Nome do Professor:

Turma/Série:

Tema

Educação e decolonialidade

Justificativa

Para desenvolver uma educação decolonial é preciso romper com as condições sociais, políticas, culturais e de pensamento dos colonizadores, de forma a permitir aos sujeitos uma política cultural de valorização humana. Não se trata de realizar a inclusão social e escolar com base na classificação das raças, mas propor uma perspectiva intercultural que conduza à crítica da forma como a pedagogia decolonial vem sendo conduzida na educação atual. A reflexão sobre as práticas que se contrapõem à geopolítica que impõe a hegemonia cultural e monorracial da cultura ocidental ou dos brancos europeus. Assim, o conhecimento decolonial tem como objetivo retirar as correntes que escravizam as mentes e derrubar as estruturas sociais, políticas e de conhecimento da coloniedade.

Problematização

É possível desenvolver uma pedagogia decolonial, intercultural e antirracista na educação brasileira hoje?

Objetivos

Objetivo Geral

Desenvolver um projeto empenhado em valorizar a identidade, a cultura e a história étnico-racial.

Objetivos específicos

Oportunizar rodas de conversa nas aulas de história, língua portuguesa, filosofia e sociologia amparadas em textos que abordam a respeito do tema decolonialidade;
Identificar a naturalização dos preconceitos contidos no discurso cotidiano dentro do ambiente escolar.

Atividades

O pensamento decolonial não atinge apenas a necessidade de se desenvolver uma

linguagem libertadora para o racismo direcionado aos negros, mas a todos os que foram massificados com a colonização europeia nos últimos 500 anos.

Um exemplo dessa luta pela decolonialidade é apresentada pelo compositor Milton Nascimento em sua composição !Yanamami e nós.

Yanomami E Nos
Milton Nascimento
<p>Ter de resisti à dor, à dor. Sem compreender por que à dor, à dor. Ter de suportar viver à dor, à dor. E sem merecer à dor, à dor.</p> <p>Se é esse o meu destino, quem é o algoz que o traçou. Quem me contaminou. Quem me doou a dor.</p> <p>Homem não existe para ser só animal. A sua história é mais que corporal. Abre o sentido para ter, a liberdade. Com todo mundo que é seu igual, e solidário. Pensará... Amará... Sonhará... Saberá... Que a felicidade da cidade não tem que o mato matar.</p> <p>Ai a dor vai nos unir, O fim da dor começa é assim, É o filho que não para de crescer, A fruta que vai madurar, Aquele mão, aquela paz, morena, é aquele olhar Que é sempre, verde verdejá É aquele gesto humano, É aquela voz humana, É aquele amor humano, que chega e diz que vai ficar.</p>

Fonte: Vagalume¹⁹

Após ouvir a música e ler a letra e desenvolver um debate para entender que a luta dos naturais do Brasil vem sendo desenvolvida desde a colonização e que foi por meio da suplantação da cultura que os nativos foram sublimados pelos brancos.

Refletir a respeito da situação atual dos Ianomamis e indicar a data da composição

¹⁹ Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/milton-nascimento/yanomami-e-nos.html>. Acesso em: 29 mar. 2024.

anterior ao problema atual , em que os ricos ianomamis estão sendo mais uma vez dizimados por possuírem riquezas que os outros desejam.

Figura 22 - Antes



Fonte: Isto É²⁰

Figura 23 - Depois



Fonte: O Eco²¹

Figura 24 – Destruição do meio ambiente na reserva Yanomami



Fonte: O Eco²²

²⁰ Disponível em: <<https://istoe.com.br/>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

²¹ Disponível em: <<https://oeco.org.br/>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

²² Idem.

Figura 25 - Resultados da Colonização

Fonte: Isto É²³ istoe.com.br

Figura 26 - Resultados da Colonização (Periferia)

Fonte: O Eco²⁴ oeco.org.br

Ao final do debate os alunos podem confeccionar cartazes com imagens, desenhos, frases e até textos e músicas que expressem os resultados da colonialidade na vida da população.

Organização da turma

A organização da sala de aula para uma roda de conversas deve favorecer que todos os alunos possam estar de frente uns com os outros, por isso a sala será organizada em círculo.

Introdução

No início da aula apresenta-se aos alunos a temática da aula, expondo que não apenas os negros que sofrem discriminação e racismo. Propor que os alunos indiquem outras etnias que sofrem preconceito, indicando ideias errôneas que se faz dos indivíduos de etnias diferentes. (indígenas, orientais, árabes), após a conversa iniciar o desenvolvimento das

²³ Disponível em: <<https://istoe.com.br/>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

²⁴ Disponível em: <<https://oeco.org.br/>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

atividades da aula com a música “Ianomami”, explicar a época em que a música foi composta e que já retratava a desigualdade em relação aos indígenas e sua cultura.

Desenvolvimento

Ouvir a música e debater o tema a partir de uma discussão coletiva sobre o tema, analisar e interpretar o texto com a letra da música, indicar num mapa do Brasil a atual reserva Yanomami, para entender a causa da destruição étnica que os povos originários estão sofrendo. Comparar fotos da mesma etnia de alguns anos passados e como eles estão atualmente. Registrar as atividades para ser arquivada no portfólio de cada aluno.

Conclusão

Ao finalizar as atividades propor aos alunos uma aula invertida, onde cada um vai pesquisar e trazer para a próxima aula registros da lei antirracismo, e indicar como ela pode e deve ser aplicada.

3ª Roda de Conversas

Duas décadas da Lei n. 10.639/2003: Rupturas e permanências

Disciplina:**Nome do professor:****Turma/série:****Tema**

Avanços/limites/impasses/contradições históricas da lei sobre a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira na escola.

Justificativa

A discussão e a reflexão por todos os alunos, nas diferentes disciplinas do currículo da legislação utilizada no combate ao racismo e ao preconceito precisa ser entendida por todos. Se todas as pessoas são iguais perante a lei, a impunidade não deve proteger somente os brancos e ser empregada de forma incisiva sobre a população negra, no entanto, a maioria dos jovens presidiários são negros, pobres e excluídos do ambiente escolar. A desigualdade de oportunidades de estudo, trabalho e valorização da pessoa é, sem dúvida, a arma que mais mata no Brasil. Para seguir a lei é fundamental conhecê-la, para invocar a sua proteção é preciso ter noção do seu conteúdo e para evitar punições por causa de demonstrações preconceituosas é, igualmente, necessário conhecer as implicações da sua aplicação.

Problematização

Projetos multidisciplinares nas escolas contribuem essencialmente para o combate ao preconceito a partir do conhecimento e aplicação da lei?

Objetivos**Objetivo Geral**

Debater a definição de marcos legais voltados para a promoção da igualdade racial a partir dos conhecimentos sobre a legislação de combate ao preconceito racial.

Objetivos específicos

* Promover debates sobre os aspectos jurídicos da lei que implicam no cotidiano escolar.

Atividades

Os materiais e métodos para a escola trabalhar a Lei n. 10.639/03 são diversos e encontram uma infinidade de meios com base na criatividade pedagógica da equipe multidisciplinar que desenvolve o projeto.

Promover o debate introduzido com a música “Racismo é Burrice” composta pelo Prof. de História “Gabriel, o Pensador”.

RACISMO É BURRICE

Salve, meus irmãos africanos e lusitanos, do outro lado do oceano
 "O Atlântico é pequeno pra nos separar, porque o sangue é mais forte que a água do mar"
 Racismo, preconceito e discriminação em geral;
 É uma burrice coletiva sem explicação
 Afinal, que justificativa você me dá para um povo que precisa de união
 Mas demonstra claramente
 Infelizmente
 Preconceitos mil
 De naturezas diferentes
 Mostrando que essa gente
 Essa gente do Brasil é muito burra
 E não enxerga um palmo à sua frente
 Porque se fosse inteligente esse povo já teria agido de forma mais consciente
 Eliminando da mente todo o preconceito
 E não agindo com a burrice estampada no peito
 A "elite" que devia dar um bom exemplo
 É a primeira a demonstrar esse tipo de sentimento
 Num complexo de superioridade infantil
 Ou justificando um sistema de relação servil
 E o povão vai como um bundão na onda do racismo e da discriminação
 Não tem a união e não vê a solução da questão
 Que por incrível que pareça está em nossas mãos
 Só precisamos de uma reformulação geral
 Uma espécie de lavagem cerebral
Racismo é burrice
 Não seja um imbecil
 Não seja um ignorante
 Não se importe com a origem ou a cor do seu semelhante
 O quê que importa se ele é nordestino e você não?
 O quê que importa se ele é preto e você é branco
 Aliás, branco no Brasil é difícil, porque no Brasil somos todos mestiços
 Se você discorda, então olhe para trás
 Olhe a nossa história
 Os nossos ancestrais
 O Brasil colonial não era igual a Portugal
 A raiz do meu país era multirracial
 Tinha índio, branco, amarelo, preto
 Nascemos da mistura, então por que o preconceito?
 Barrigas cresceram
 O tempo passou

Nasceram os brasileiros, cada um com a sua cor

Uns com a pele clara, outros mais escura

Mas todos viemos da mesma mistura

Então presta atenção nessa sua babaquice

Pois como eu já disse racismo é burrice

Dê a ignorância um ponto final:

Faça uma lavagem cerebral

Racismo é burrice

Negro e nordestino constróem seu chão

Trabalhador da construção civil conhecido como peão

No Brasil, o mesmo negro que constrói o seu apartamento ou o que lava o chão de uma delegacia

É revistado e humilhado por um guarda nojentto

Que ainda recebe o salário e o pão de cada dia graças ao negro, ao nordestino e a todos nós

Pagamos homens que pensam que ser humilhado não dói

O preconceito é uma coisa sem sentido

Tire a burrice do peito e me dê ouvidos

Me responda se você discriminaria

O Juiz Lalau ou o PC Farias

Não, você não faria isso não

Você aprendeu que preto é ladrão

Muitos negros roubam, mas muitos são roubados

E cuidado com esse branco aí parado do seu lado

Porque se ele passa fome

Sabe como é:

Ele rouba e mata um homem

Seja você ou seja o Pelé

Você e o Pelé morreriam igual

Então que morra o preconceito e viva a união racial

Quero ver essa música você aprender e fazer

A lavagem cerebral

Racismo é burrice

O racismo é burrice mas o mais burro não é o racista

É o que pensa que o racismo não existe

O pior cego é o que não quer ver

E o racismo está dentro de você

Porque o racista na verdade é um tremendo babaca

Que assimila os preconceitos porque tem cabeça fraca

E desde sempre não pára pra pensar

Nos conceitos que a sociedade insiste em lhe ensinar

E de pai pra filho o racismo passa

Em forma de piadas que teriam bem mais graça

Se não fossem o retrato da nossa ignorância

Transmitindo a discriminação desde a infância

E o que as crianças aprendem brincando

É nada mais nada menos do que a estupidez se propagando

Nenhum tipo de racismo - eu digo nenhum tipo de racismo - se justifica

Ninguém explica

Precisamos da lavagem cerebral pra acabar com esse lixo que é uma herança cultural

Todo mundo que é racista não sabe a razão

Então eu digo meu irmão
Seja do povão ou da "elite"
Não participe
Pois como eu já disse racismo é burrice
Como eu já disse racismo é burrice

Racismo é burrice

E se você é mais um burro, não me leve a mal
É hora de fazer uma lavagem cerebral
Mas isso é compromisso seu
Eu nem vou me meter
Quem vai lavar a sua mente não sou eu
É você.

Fonte: <https://www.lettras.mus.br/gabriel-pensador/72839/>

Figura 27 – Vidas Importam!



Fonte: Compilação da autora²⁵

Você também pode se expressar sobre a importância da lei para o respeito às diferenças, faça-o em forma de poesia, música, texto ou desenho

Organização da turma

A organização da sala de aula para uma roda de conversas deve favorecer que todos os alunos possam estar de frente uns com os outros, por isso a sala será organizada em círculo.

Introdução

Para introduzir o assunto, os alunos serão inicialmente questionados a respeito da

²⁵ Compilação de imagens coletadas dos sites Getty Images, Brasil Escola, Agência Brasil – EBC, Toda Matéria e CNN Brasil.

busca por meio da técnica da aula invertida, demonstrando que eles já sabem do que a aula vai tratar, ou seja “Racismo é crime” e, como a lei deve ser aplicada. Em seguida, ouvir a música “Racismo é burrice” (Gabriel, o Pensador).

Desenvolvimento

Desenvolver um debate relacionando o conteúdo da lei que criminaliza o racismo e a injúria racial com a letra da música ouvida, discutir a relação entre o racismo institucional e o estrutural com as afirmações da música. Promover a atividade criativa para que os alunos se expressem em forma de poesia, música, texto ou desenho.

Conclusão

Todas as atividades devem ser registradas e arquivadas no portfólio do aluno. Sugerir aos alunos o filme “A 13ª Emenda”, um documentário que analisa a criminalização dos afro-americanos na situação atual do sistema prisional dos Estados Unidos, o documentário trata dos direitos, da liberdade e da igualdade. Disponível em:

<https://www.netflix.com/br/title/80091741>

4ª Roda de Conversas
Antirracismo: igualdade e equidade

Disciplina:
Nome do professor:
Turma/série:

Tema

Identidade social e racismo

Justificativa

A escola é o lugar onde se desenvolve a igualdade e se forma a identidade. Atualmente, ao viver e conviver num país onde a população é a mistura de habitantes naturais, negros africanos e migrantes, é comum que as pessoas encontrem maior dificuldade em construir a sua identidade racial. Para muitos, isso não é importante, mas é causa de sofrimentos causados por preconceito, racismo, e falta de respeito às diferenças. Assim, cabe à escola contribuir para o esclarecimento das pessoas a respeito da importância de se respeitar as desigualdades raciais e combater as atitudes que causam sofrimento na maioria numérica das pessoas que sofrem o preconceito por serem visualmente consideradas minorias por sua condição racial, étnica, de gênero, ou por ser portador de necessidades especiais.

Problematização

O ensino da História no Brasil ainda se realiza como algo distante da vida cotidiana, desconectado do presente. É preciso buscar uma renovação dessa prática, procurando aplicar a ideia de que se a história é um processo vivo e que assim também deve ser o seu ensino. Diante disso, questiona-se: A escola contribui para esclarecer e prevenir a crueldade da prática de *bullyng*, racismo e outras condições que colocam as pessoas em situação pejorativa?

Objetivos

Objetivo Geral

Desenvolver a consciência antirracista com a ajuda de reflexão sobre as diferenças existente entre as pessoas.

Objetivos Específicos

* Incentivar o desenvolvimento do senso crítico dos alunos a partir do debate sobre a música “Olhos Coloridos”;

* Identificar na música aspectos históricos pautados nos valores dos brancos europeus em contraposição aos valores dos negros.

Metodologia

Para tornar uma música um recurso didático é necessário adaptá-la ao contexto histórico que se deseja enfatizar desenvolvendo o seguinte processo:

1º) Ler textos históricos e relacioná-los aos conteúdos propostos para a aula.

2º) Organizar um roteiro comentando e relacionando a letra da música com os fatos da História.

4º) Identificar o conteúdo histórico a ser estudado no livro didático e/ou se não aparecem no livro didático.

5º) Compartilhar no grupo e com o grupo a experiência de utilização da música como recurso para o ensino de história das relações etnicorraciais.

Atividade

O trabalho envolvendo a formação da consciência negra realizado a partir da música "Olhos Coloridos" escrita pelo compositor Macau e interpretada pela cantora Sandra de Sá, traz um questionamento sobre a importância de reconhecer-se num contexto social e étnico. A valorização da cor e da raça é o primeiro passo para reduzir a desigualdade.

A música "Olhos Coloridos" refere-se ao orgulho das características físicas africanas, do povo negro, de modo que Macau descreve de forma orgulhosa sobre os negros, algo que pode ser encarado como uma luta contra a discriminação e o preconceito racial. Neste aspecto, a música "Olhos coloridos" aborda o racismo e ressalta a identidade dos negros através da valorização da beleza dos mesmos.

Os meus olhos coloridos Me fazem refletir Eu estou sempre na minha E não posso mais fugir Meu cabelo enrolado Todos querem imitar
--

Eles estão baratinados
Também querem enrolar
Você ri da minha roupa
Você ri do meu cabelo
Você ri da minha pele
Você ri do meu sorriso
A verdade é que você
Tem sangue crioulo
Tem cabelo duro
Sará crioulo
Sará crioulo (sará crioulo)
Sará crioulo (sará crioulo)
Sará crioulo (sará crioulo)
Sará crioulo (sará crioulo)
Os meus olhos coloridos
Me fazem refletir
Que eu estou sempre na minha
Ah e não posso mais fugir
Meu cabelo enrolado
Todos querem imitar
Eles estão baratinados
Também querem enrolar
Você ri da minha roupa (ri da minha roupa)
Você ri do meu cabelo (ri do meu cabelo)
Você ri da minha pele (ri da minha pele)
Você ri do meu sorriso (ri do meu sorriso)
Verdade é que você (verdade é que você)
Tem sangue crioulo (tem sangue crioulo)
Tem cabelo duro (tem cabelo duro)
Ah sará crioulo (sará crioulo)
Sará crioulo (sará crioulo)
Sará crioulo (sará crioulo)
Sará crioulo (sará crioulo)
Composição: Macau

Belezas negras

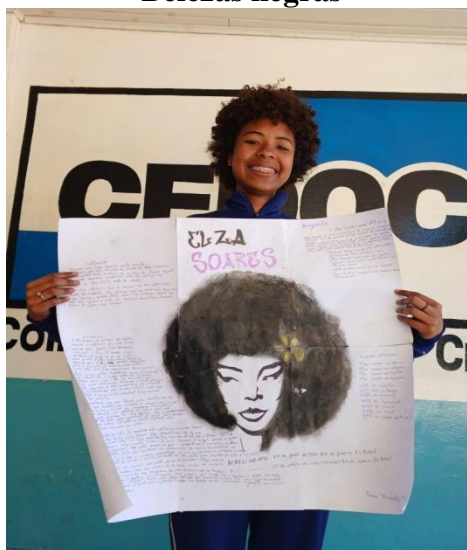


Foto: Acervo Pessoal da autora.

Realizar um debate sobre a miscigenação e identificar resquícios de preconceito racial nas atitudes das pessoas em relação ao seu próprio corpo. Não são apenas os negros, mas também indígenas, mulheres, pessoas gordas ou, extremamente magras, todos sofrem quando criticados por suas características físicas. No entanto, com relação ao corpo negro temos um passado que não passa e que precisa ser ressignificado.

Ouvir a música: “A carne mais barata do mercado” de Elza Soares. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yktrUMoc1Xw>

Após o debate propor a produção de um texto sobre o assunto debatido e a criação de dramatizações e encenações sobre as condições discriminatórias sofridas pelas pessoas por causa do desrespeito às diferenças.

Organização da turma

A organização da sala de aula para uma roda de conversas deve favorecer que todos os alunos possam estar de frente uns com os outros, por isso a sala será organizada em círculo.

Introdução

Iniciar a aula debatendo com os alunos conceitos de beleza, o que eles acham bonito e o que acham feio, as convenções de beleza criadas para os brancos e negros. Em seguida ouvir a música “Olhos coloridos” e iniciar o debate a respeito das características étnicas de cada povo.

Desenvolvimento

Realizar um debate sobre como eu me vejo e como as outras pessoas me veem. Refletir a respeito de: “Um elogio pode ser discriminatório? Preconceituoso?” Essa discussão deve ser conduzida para a produção de textos para serem dramatizados, ou encenados em sala de aula.

Conclusão

Todas as atividades devem ser registradas e arquivadas no portfólio do aluno. Sugerir aos alunos o filme “Menina mulher da pele preta – Jennifer”, com direção de Renato Candido de Lima, o filme de 2012, conta a história de Jennifer, uma adolescente negra moradora da periferia paulistana, que com o auxílio de programas de computador, altera suas fotos para clarear sua pele e alisar seu cabelo. Por meio dessa história, o filme discute a valorização do branco e do negro na sociedade brasileira.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eI8u4XUPzDs>

5ª Roda de Conversas
Usos da literatura como prática educativa emancipadora
Disciplina:
Nome do Professor:
Turma/Série:

Tema

Racismo, preconceito, sentimento e arte poética.

Justificativa

O trabalho multidisciplinar voltado para o combate ao racismo, ou seja para a formação e desenvolvimento de uma educação antirracista, onde todos tenham direito ao conhecimento, não pode afastar-se dos conteúdos escolares que possam ser aplicados na vida cotidiana. Neste aspecto, o trabalho literário e o estudo da literatura vem sendo um apoio à formação e à reflexão desse assunto através dos tempos, um exemplo disso é a obra “*Quarto de Despejo – Diário de uma favelada*” com o protagonismo de Carolina Maria de Jesus, um símbolo de resistência na luta pela sobrevivência e autonomia.

Problematização

A literatura apresenta-se como uma das ferramentas mais eficazes na promoção da

informação e da promoção de reflexão sobre a diversidade racial e as suas implicações no desenvolvimento emocional das pessoas. A ciência, há muito tempo vem estudando os seres humanos para encontrar um meio de classificar as raças, mas não há na literatura científica nenhum indicativo de que há seres humanos de raças superiores às outras. Entretanto a classificação e hierarquização das raças apresenta-se como um fazer social e se desenvolve de uma maneira que, muitas vezes ignora os elementos de equiparação das diferentes raças humanas. Assim, o problema a ser tratado com o estudo da obra “*Quarto de Despejo – Diário de uma favelada*” é refletir sobre as desigualdades sociais nessa organização da sociedade em raças e classes.

Objetivos

Objetivo Geral

Refletir a respeito do conhecimento crítico sobre as raças e lugar social a partir da interpretação “*Quarto de Despejo – Diário de uma favelada*”.

Objetivos específicos

Estabelecer a interação entre o conhecimento científico e elementos culturais como meio de socializar e contextualizar os saberes.

Metodologia

Os materiais e métodos de realização desta atividade multidisciplinar compreende o estabelecimento de uma relação entre a arte literária, enquanto cultura, e a realidade da sociedade excluída de direitos.

O texto base do estudo é denominado “13 de maio” e está escrito no livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, escrito por Carolina Maria de Jesus. Trata-se do diário de uma catadora de reciclados que deu origem ao livro que relata o cotidiano de uma mulher negra favelada na década de 1950. O livro de linguagem simples é comovente e atemporal, pois retrata uma realidade vivenciada também nos dias atuais por mulheres negras faveladas na periferia das grandes cidades.

Os relatos de Carolina comovem os leitores tanto pelo realismo quanto pela sensibilidade em contar o que viveu e o que viu enquanto morava na grande Favela Canindé na cidade de São Paulo, com seus três filhos.

Hoje amanheceu chovendo. E um dia simpático para mim. E o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos.

...Nas prisões os negros eram os bodes expiatórios. Mas os brancos agora são mais cultos. E não nos trata com desprezo. Que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam feliz.

Continua chovendo. E eu tenho só feijão e sal. A chuva está forte. Mesmo assim, mandei os meninos para a escola. Estou escrevendo até passar a chuva, para eu ir lá no senhor Manuel vender os ferros. Com o dinheiro dos ferros vou comprar arroz e linguiça. A chuva passou um pouco. Vou sair.

...Eu tenho tanto dó dos meus filhos. Quando eles vê as coisas de comer eles brada:

—Viva a mamãe!

A manifestação agrada-me. Mas eu já perdi o habito de sorrir. Dez minutos depois eles querem mais comida. Eu mandei o João pedir um pouquinho de gordura a Dona Ida. Ela não tinha. Mandei-lhe um bilhete assim:

—"Dona Ida peço-te se pode me arranjar um pouco de gordura, para eu fazer uma sopa para os meninos. Hoje choveu e eu não pude ir catar papel. Agradeço. Carolina." ...Choveu,

esfriou. E o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A Vera começou pedir comida. E eu não tinha. Era a reprise do espetáculo. Eu estava com dois cruzeiros. Pretendia comprar um pouco de farinha para fazer um virado. Fui pedir um pouco de banha a Dona Alice. Ela deu-me a banha e arroz. Era 9 horas da noite quando comemos.

E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual — a fome!

Fonte: JESUS, 1960, p. 27.

O livro “Quarto de Despejo: diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus, é autobiográfico e foi publicado em 1960. Nele a autora relata sua vivência de favelada, mãe e catadora de reciclados. A autora nasceu em Sacramento – MG em 1914 e mudou para São paulo em 1947, estudou apenas dois anos na primeira escola espírita do Brasil, o Colégio Allan Kardec, em sua cidade natal. No ano de 1958, o jornalista Audálio Dantas visitou a favela Canindé e conheceu Carolina, encantando-se por seus escritos, pois, para ele: "apesar de ser uma mulher extremamente pobre e simples, demonstrava uma grande lucidez crítica". O livro foi publicado em 1960 pela editora da livraria Francisco Alves.

Agora a proposta é representar o poema em forma de desenho, também criar uma releitura do texto de acordo com a nossa realidade atual, pode ser feita também a dramatização e realizar uma mostra cultural no ambiente escolar sobre o dia 13 maio no contexto atual.

Organização da turma

A organização da sala de aula para uma roda de conversas deve favorecer que todos os alunos possam estar de frente uns com os outros, por isso a sala será organizada em círculo.

Introdução

Iniciar a aula debatendo sobre a formação física do ser humano, o que o diferencia dos outros seres vivos, discutir sobre racionalidade e respeito aos sentimentos das outras pessoas, uma característica inerente ao ser humano.

Desenvolvimento

Ler o texto “13 de maio”, analisar a biografia da autora e como ela chegou a ser reconhecida e seu diário de favelada publicado, na década de 1950, quando a maioria das mulheres era analfabeta. Identificar no texto palavras que sejam novas ao vocabulário dos alunos, para entender o significado das declarações e dos sentimentos de Carolina Maria de Jesus. Criar desenhos representativos tendo o texto como base de inspiração para a representação. Sugerir a criação de textos poéticos que versem sobre o racismo e o sofrimento que essa prática causa.

Conclusão

Propor aos alunos uma representação sobre o racismo, pode ser em forma de texto, poesia, cartaz, desenhos, histórias em quadrinhos. A composição dos alunos deve sintetizar a aprendizagem construída com a participação na sequência didática.

Conclusão e finalização da sequência

Para concluir a sequência didática proposta como prevenção ao racismo estrutural na escola, propõe-se uma mostra das atividades realizadas envolvendo todo o ambiente escolar, promovendo o debate amplo entre professores e alunos a respeito da promoção de uma educação antirracista e seus efeitos na sociedade.

**APÊNDICE 2 - FORMULÁRIO PARA ANÁLISE DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA
PELOS PROFESSORES DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR**

1) Há quanto tempo atua na equipe multidisciplinar?

2) Assinale o segmento educacional que você atua:

Ensino Fundamental

Ensino Médio

3) Você trabalha o tema racismo em sala de aula? Teve acesso a algum material específico para desenvolver este tipo de percepção nos seus alunos (as)?

4) Quais são os maiores desafios para tratar do tema racismo em sala de aula?

Em relação a Sequência Didática (SD):

1) Em relação a apresentação gráfica dos recursos utilizados (figuras, imagens, textos, entre outros), o material está:

Excelente	Muito bom	Bom	Razoável	Ruim
Comentários:				

2) Analise os textos, indicações de filmes e imagens em relação à clareza e objetivos:

Excelente	Muito bom	Bom	Razoável	Ruim
Comentários:				

3) Os objetivos das rodas de conversa estão:

Excelente	Muito bom	Bom	Razoável	Ruim
Comentários:				

3) Adequação do título da sequência didática ao tema do antirracismo está:

Excelente	Muito bom	Bom	Razoável	Ruim
Comentários:				

4) Dê sua opinião sobre a sequência das rodas de conversas

Excelente	Muito bom	Bom	Razoável	Ruim
Comentários:				

5) O tempo previsto neste produto educacional para abordar o tema e conteúdos abordados é:

Excelente	Muito bom	Bom	Razoável	Ruim
Comentários:				

6) Analise o embasamento teórico para o professor trabalhar o tema decolonial antirracista.

Excelente	Muito bom	Bom	Razoável	Ruim
Comentários:				

7) Analise os textos do material em relação ao conhecimento pretendido sobre o antirracismo.

Excelente	Muito bom	Bom	Razoável	Ruim
Comentários:				

8) Considerando os links e outros materiais digitais apresentados na SD, o acesso é:

Excelente	Muito bom	Bom	Razoável	Ruim
Comentários:				

9) Em relação à proposta metodológica, considera a SD:

Excelente	Muito bom	Bom	Razoável	Ruim
Comentários:				

10) Em relação à relevância deste produto educacional, como você considera:

Excelente	Muito bom	Bom	Razoável	Ruim
Comentários:				

11) Você considera que seria necessário acrescentar algo nas rodas de conversas para o conhecimento da educação étnico-racial? Apresente sua opinião.

**APÊNDICE 3 – ANÁLISE DAS RODAS DE CONVERSAS COM ALUNOS DO 9º
ANO B**

Análise das Rodas de Conversas com os estudantes do 9º Ano

A realização das rodas de conversas com alunos do 9º ano no Colégio Cívico-Militar Dr. Oswaldo Cruz, ainda no mês de setembro, contou com a participação da professora de Cidadania e Civismo, que cedeu aula, e da professora de Arte, que contribuiu ajudando os alunos a desenvolverem algumas técnicas na execução dos trabalhos de pintura, desenho e construção de maquetes e cartazes. A participação dos alunos foi autorizada conforme a documentação de matrícula da escola, e as atividades foram feitas durante o horário regular de aula.

1ª Roda de Conversas O Racismo no Brasil

A primeira roda de conversas da Sequência Didática foi realizada com uma turma de 9º ano 'B' do Ensino Fundamental II, nos dias 19 e 20 de setembro de 2023. O desenvolvimento das atividades ocorreu após uma conversa com a coordenação pedagógica e com os gestores da escola. A escolha da turma foi devida a diversidade da classe, representada por alunos pretos, pardos, indígenas e brancos, tendo havido várias ocorrências de situações de racismo. As atividades propostas conduziram à compreensão do lugar social que cada aluno ocupa em virtude do seu pertencimento étnico-racial, visando a compreensão do racismo estrutural e da desigualdade social gerada por ele.

Os alunos foram convidados a ouvir a música 'Boa Esperança', do compositor Emicida. Alguns alunos já conheciam o artista e buscaram o significado do nome: O apelido se transforma em nome artístico que também funciona como sigla: E.M.I.C.I.D.A (Enquanto Minha Imaginação Compor Insanidades Domino a Arte).

Após ouvir a música e realizar uma interpretação da letra, os alunos apontaram que o artista faz a denúncia das desigualdades sociais que geram violência no país. A violência vivida historicamente no Brasil pelos africanos e seus descendentes é uma realidade da qual não podemos fugir. A música aborda também sobre a religiosidade de matriz africana, tema sobre o qual os alunos fizeram uma maquete.

Após debater as situações de violência causadas pelo racismo contra a população negra, os alunos buscaram textos e imagens veiculados em meio digital para socializar a questão em sala de aula, e conseguiram estabelecer as relações entre a música e a realidade

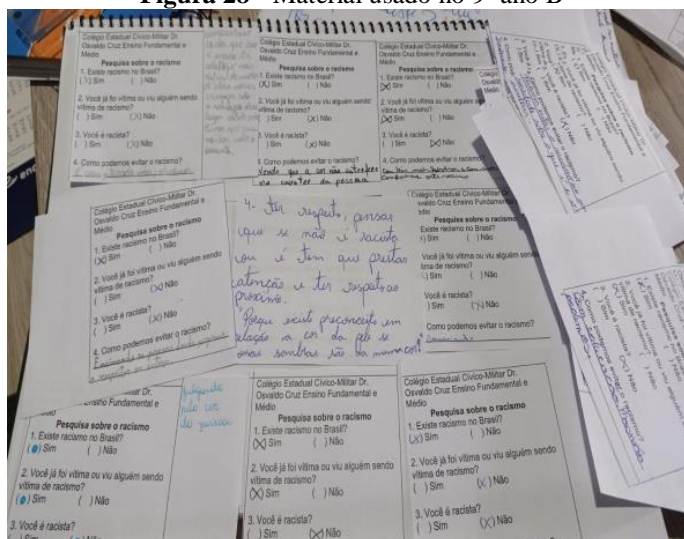
vivida pela população negra em nosso país.

Posteriormente, assistimos o vídeo “O que é o racismo Estrutural” de Silvio de Almeida, e seguimos aos questionamentos propostos na Sequência Didática. Poucos alunos conheciam Silvio de Almeida, e através de pesquisas na internet os alunos levantaram informações sobre o atual ministro dos Direitos Humanos e Cidadania. A biografia do autor motivou os alunos a compreender a importância da leitura e do conhecimento para o entendimento do racismo estrutural.

Silvio Almeida se tornou o Ministro do governo Lula que mais cresceu nas redes sociais em 2023. Em seu livro, que aborda o conceito de racismo estrutural, Almeida aplica essa noção às mais diversas áreas, como o direito, a ideologia, a economia e a política. A consciência de que o Brasil é um país racista é o primeiro passo para combater a desigualdade racial, e os alunos na sua totalidade reconheceram que sim, este é um país racista, mas em contrapartida não se reconheceram como racistas. Para eles, a equidade virá com o tempo, quando as pessoas aprenderem a respeitar o ser humano.

As atividades dos alunos demonstram o interesse que o assunto despertou na turma. A cultura, a história e a religiosidade necessitam ser conhecidas, estudadas e representadas para serem aceitas socialmente. As figuras apresentam o material utilizado e recolhido pela professora, e o resultado da roda de conversa sobre o racismo estrutural e a religiosidade de matriz africana.

Figura 28 - Material usado no 9º ano B



Fonte: Autoria própria

Figura 29 - Religiosidade africana

Fonte: Autoria própria

2ª Roda de Conversas Decolonialidade e os Direitos Humanos

Seguindo o cronograma das aulas semanais da disciplina de História, a 2ª roda de conversas foi realizada nos dias 26 e 27 de setembro de 2023, e teve como temática ‘Educação e Decolonialidade’.

Na escola há uma diversidade no corpo discente, com alunos de diferentes pertencimentos étnico-raciais. Essa diversidade contribuiu para fomentar a necessidade do debate e do reconhecimento de que não existe hierarquia entre diferentes formas de conhecimento. Não há uma supremacia cultural inerente de determinado grupo sobre outros. Todos devem ser valorizados e respeitados.

A presença de alunos estrangeiros tais como: cubanos, bolivianos, senegaleses, haitianos, egípcios e marroquinos, trouxe a necessidade de criar, no contra-turno, aulas de língua portuguesa para auxiliar no processo de aprendizagem.

Os alunos ouviram a música de Milton Nascimento ‘Yanomami e Nós’, e a partir da música passamos a refletir sobre a luta que os povos originários enfrentam desde o momento da colonização até a atualidade para manter a suas culturas e dignidade humana.

Fazendo essa relação entre o passado e o presente, foi possível refletir e analisar a

situação vivida pelos Yanomamis na atualidade.

Os alunos tiveram acesso as fotos apresentadas do antes e depois, e tiveram acesso ao livro da Ailton Krenak: “Ideias para adiar o fim do mundo”. O autor é da etnia Krenak, e se tornou recentemente membro da Academia Brasileira de Letras. Essa valorização do conhecimento dos povos africanos e originários equivale a reconhecer que sua importância é a mesma do conhecimento do colonizador. Ser diferente não significa ser culturalmente inferior.

A conclusão da roda de conversas foi registrada com a confecção de Cartazes para apresentação nos murais da escola. As figuras a seguir apresentam trabalhos realizados plos alunos após a roda de conversas.

Figura 30 - Miscigenação



Fonte: Reprodução do material dos alunos.

Figura 31 – Chefe Indígena



Fonte: Reprodução do material dos alunos.

Figura 32 - Terra em Chamas

Fonte: Reprodução do material dos alunos.

3ª Roda de Conversas

Duas décadas da Lei n. 10.639/2003: Rupturas e permanências

A 3ª roda de conversas foi realizada nos dias 03 e 04 de outubro, e foi pautada na legislação que versa sobre a igualdade racial, e especialmente sobre os avanços/limites/impasses/contradições da lei acerca da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira na escola. A lei que regulamenta o ensino da cultura afro-brasileira já completou 20 anos, mas ainda causa estranheza em muitas escolas, encontrando resistência para ser desenvolvida de maneira adequada. Portanto, o conhecimento da legislação e as atividades da Sequência Didática buscam contribuir para a valorização desta cultura.

A partir da realização da Sequência Didática, os alunos são chamados a refletir sobre a importância e necessidade de reconhecermos positivamente a história e cultura dos povos de matriz africana e dos povos originários. Cada um é chamado a lembrar de como esse conteúdo foi trabalhado nos diferentes componentes curriculares até o momento.

A aula teve seguimento utilizando a música “Racismo é Burrice”, do compositor e professor de História “Gabriel, o Pensador”. Após ouvirem a música, os alunos foram convidados a se manifestarem, dizendo se concordam ou não com a afirmação do título da música. Em um primeiro momento, a resposta imediata foi sim. No entanto, após indagar qual era o interesse na utilização da mão de obra escravizada, e se, atualmente, há um interesse econômico em manter a população negra e dos povos indígenas numa condição de subalternidade, os alunos ponderaram que muitas vezes as pessoas em condição de vulnerabilidade se permitem ser manipuladas para garantir a sobrevivência, mas não consideram que isso seja burrice, mas necessidade, um meio para sobreviver.

Outra atividade realizada foi uma reflexão utilizando imagens, conforme planejado na Sequência Didática: “Vidas Negras Importam; Vidas Indígenas Importam, Vidas Importam!”. Essa reflexão levou a uma percepção de que a questão econômica serve como pano de fundo que pauta a conduta daqueles que querem se sobrepor aos demais. Posteriormente, os alunos foram convidados a desenvolver atividades em forma de poesia, música, teatro, texto ou desenho, demonstrando empenho na atividade, que foi apresentada para outras turmas da escola na semana da Consciência Negra.

Organização desenvolvida pelos alunos:

Fala 1 (Apresentação):

"Sejam todos bem-vindos à nossa celebração do Dia da Consciência Negra. Hoje, estamos aqui para honrar a cultura e a história dos povos negros, reconhecendo sua contribuição para a construção de nossa sociedade. Vamos juntos mergulhar nessa jornada de conhecimento, respeito e valorização da diversidade."

Fala 2 (Dança):

"Através da dança, expressamos nossa conexão com a cultura negra. Cada movimento representa uma história, uma tradição e uma herança ancestral. Que esses passos ecoem em nossos corações, transmitindo a força e a beleza da nossa herança africana."

Fala 3 (Leitura Dramatizada):

"Hoje, trazemos à vida as palavras de grandes escritores afro-brasileiros. Suas histórias nos mostram a realidade vivida pelos negros, a luta por igualdade e a resistência frente à adversidade. Que essas vozes ressoem em nossos ouvidos e nos inspirem a construir um mundo mais justo e inclusivo."

Fala 4 (Performance Musical):

"A música é um elo que nos une, transcende barreiras e celebra a diversidade. Nossas canções de origem africana são um hino de resistência, alegria e superação. Vamos nos deixar envolver pelos ritmos envolventes e pela mensagem de união que elas trazem."

Fala 5 (Pequenas Cenas Teatrais):

"Nossas cenas teatrais são pequenos retratos da vida de pessoas negras, suas vivências e suas batalhas. Através dessas histórias, queremos despertar em todos a empatia, o respeito e a compreensão. Que essas cenas nos inspirem a lutar contra o preconceito e a construir um mundo mais igualitário."

Fala 6 (Palestra e Debate):

"Nós convidamos um(a) especialista para compartilhar conosco sua sabedoria sobre a importância do Dia da Consciência Negra e a luta contra o racismo. É hora de ouvirmos

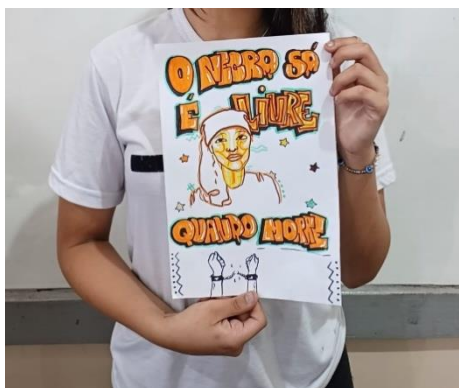
atentamente, aprender com suas palavras e, em seguida, participar de um debate enriquecedor. Juntos, podemos construir uma sociedade mais justa e inclusiva."

Fala 7 (Encerramento):

"Chegamos ao fim de nossa celebração, mas a luta pela igualdade e pelo respeito deve continuar. Que este dia tenha sido um lembrete do poder que cada um de nós tem para promover mudanças. Vamos seguir em frente, unidos, valorizando a diversidade e construindo um futuro melhor para todos."

Os alunos do 9º ano B participaram da comemoração do Dia da Consciência Negra na escola. As figuras abaixo apresentam um parte da participação dos alunos na mobilização peculiar à data comemorativa.

Figura 33 - Exposição de cartaz



Fonte: Imagens obtidas na escola²⁶.

Figura 34 - Apresentação de capoeira



Fonte: Imagens obtidas na escola.

²⁶ As imagens que identificam os alunos foram descaracterizadas por questões éticas.

Figura 35 - Religiosidade e cultura negra



Fonte: Imagens obtidas na escola.

Figura 36 - Apresentação de poesia em grupo



Fonte: Imagens obtidas na escola.

Figura 37 - Reflexão de Consciência Negra



Fonte: Imagens obtidas na escola.

Figura 38 - Dois irmãos negros e a capoeira

Fonte: Imagens obtidas na escola.

As meninas utilizaram um texto poético para expressar o sentimento em relação ao reconhecimento da diversidade racial, uma vez que esta é uma realidade enfrentada por muito estudantes.

<p>“ Me gritaram Negra” (Victoria Santa Cruz).</p> <p>“Tinha sete anos apenas, apenas sete anos, Que sete anos! Não chegava nem a cinco! De repente umas vozes na rua me gritaram Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! “Por acaso sou negra?” – me disse SIM! “Que coisa é ser negra?” Negra! E eu não sabia a triste verdade que aquilo escondia. Negra! E me senti negra, Negra!</p>	<p>Como eles diziam Negra! E retrocedi Negra! Como eles queriam Negra! E odiei meus cabelos e meus lábios grossos e mirei apenas minha carne tostada E retrocedi Negra! E retrocedi . . . Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Neeegra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! E passava o tempo, e sempre amargurada Continuava levando nas minhas costas minha pesada carga E como pesava...</p>
---	--

4ª Roda de Conversas
Antirracismo: igualdade e equidade

A realização da 4ª roda de conversas com os alunos do 9º ano B aconteceu entre os dias 17 e 18 de outubro, e abordou o antirracismo como elemento de busca da igualdade e da equidade, que se firma a partir do estabelecimento da identidade social e do combate ao racismo, que nem sempre é socialmente identificado ou reconhecido.

Como atividade os alunos foram convidados a ouvir a música “Olhos Coloridos”, escrita por Macau e interpretada pela cantora Sandra de Sá. Foi utilizada a TV do Educatron, e os alunos puderam ouvir e acompanhar a letra da música nas legendas do clipe apresentado. Posteriormente, os alunos foram convidados a se expressar sobre os conteúdos que são estudados em sala de aula nos slides disponibilizados pela SEED/PR e no livro didático, e se é possível estabelecer relações com a proposta da roda de conversas Antirracismo: igualdade e equidade com o tema Identidade Social e racismo.

Os alunos apontaram que isto depende do professor/a que está em sala de aula. E mesmo que a Lei 10.639/03 determine que o conteúdo deva ser trabalhado durante o ano letivo por todos os componentes curriculares, infelizmente isto não acontece na prática cotidiana. Então, um aluno manifestou-se dizendo: “*Já sofri racismo inúmeras vezes dentro da escola, inclusive por parte de uma professora*”. Foi uma fala carregada de emoção e sentimento, voz embargada, olhos lacrimejando, o que para um adolescente pode ser algo difícil de se fazer, demonstrar a sua fragilidade diante dos demais. No entanto, seu depoimento foi muito importante para fazer mais uma vez a diferenciação entre *bullying* e racismo.

O *bullying*, segundo a Lei n. 13.185, em vigor desde 2016, é classificado como intimidação sistemática, quando há violência física ou psicológica em atos de humilhação ou discriminação. A classificação também inclui ataques físicos, insultos, ameaças, comentários e apelidos pejorativos, entre outros. Já o racismo é um crime que viola os direitos e liberdades individuais, e está previsto no artigo 5º inciso XLII da Constituição Federal de 1988. Cabe então à escola o necessário cuidado para não deixar que o racismo seja compreendido como *bullying* ou brincadeira de “amigos”.

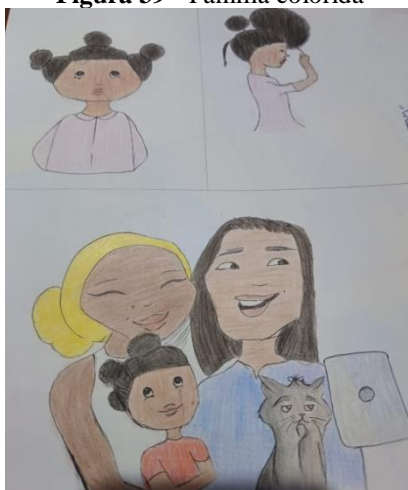
A letra da música foi associada pelos alunos ao processo de miscigenação da população brasileira. Somos um povo com uma mistura de raças que o torna único. Quanto ao antirracismo, fizeram referência ao movimento negro que sempre lutou para melhorar as condições de vida da população negra no Brasil, embora o termo antirracismo seja mais atual.

Também foi realizado um debate sobre a miscigenação, e os alunos apontaram experiências onde os genitores são de pertencimentos étnicos raciais distintos. Há famílias que não aceitam os netos e os tratam de modo distinto dos demais.

Os alunos ouviram a música de Elza Soares “ A carne mais barata do mercado “ para refletirem tanto sobre a violência sofrida pelos corpos negros quanto para discutirem o conceito de beleza. Quem convencionou que o belo é o que está associado ao caucasiano? Os alunos foram provocados para, estando na roda, olharem uns para os outros, percebendo a diversidade da turma, e vendo que não existe apenas uma beleza. A beleza é múltipla e diversa, assim como os seres humanos. Em seguida, a turma expressou o entendimento do assunto da aula em forma de desenho.

A expressão por meio de desenho permitiu aos alunos demonstrar sentimentos e posicionamentos em relação ao racismo e ao respeito às diferenças. As figuras abaixo são desenhos realizados pelos alunos, e expressam suas impressões sobre o racismo.

Figura 39 - Família colorida



Fonte: Reprodução do material dos alunos.

Figura 40 - Cabelo afro



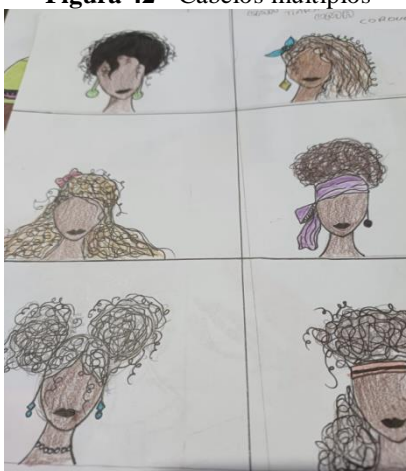
Fonte: Reprodução do material dos alunos.

Figura 41 - Amizade sem cor



Fonte: Reprodução do material dos alunos.

Figura 42 - Cabelos múltiplos



Fonte: Reprodução do material dos alunos.

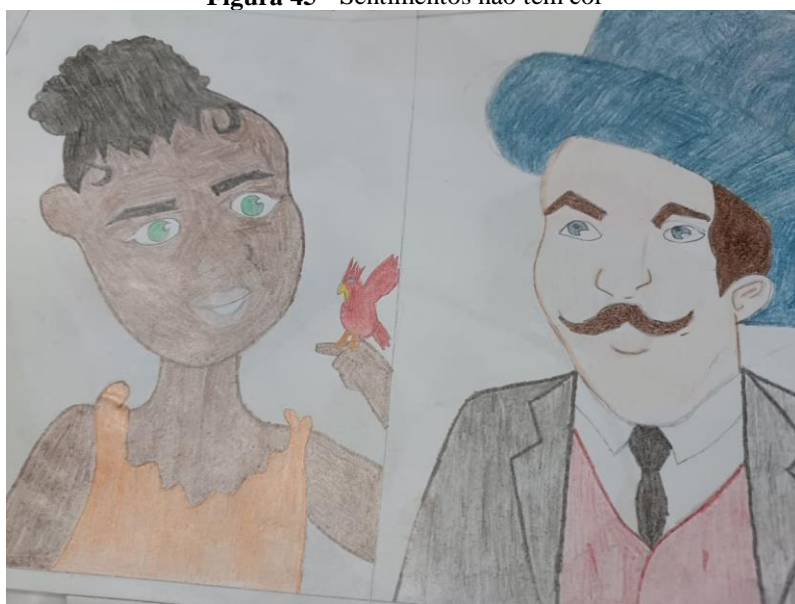
Figura 43 - Amor colorido



Fonte: Reprodução do material dos alunos.

Figura 44 - Diversidade

Fonte: Reprodução do material dos alunos.

Figura 45 - Sentimentos não tem cor

Fonte: Reprodução do material dos alunos.

5ª Roda de Conversas

Usos da literatura como prática educativa emancipadora

A realização da 5ª roda de conversa com os alunos aconteceu nos dias 24 e 25 de outubro, e voltou-se a formar conhecimentos a respeito dos usos da literatura como prática educativa emancipadora, tendo como temática o racismo, preconceito, sentimento e arte poética.

O trabalho estabeleceu a interação entre conhecimento científico e os elementos culturais pelos quais os indivíduos socializam e contextualizam os saberes. O texto base desse estudo foi “13 de maio”, escrito no livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, de Carolina Maria de Jesus.

A obra é muito significativa, uma vez que permite ao leitor o contato com a dura realidade de Carolina e milhares de brasileiros. O questionamento acerca da Abolição da escravidão no Brasil também é muito pertinente. Os alunos conseguiram compreender que a crítica estabelecida por Carolina na década de 1950 continua sendo atual.

Eles ressaltaram a importância da Arte como forma de humanização das pessoas, tornando possível externar de diferentes formas o que se sente como ser humano num mundo ora caótico, ora lindo e prazeroso.

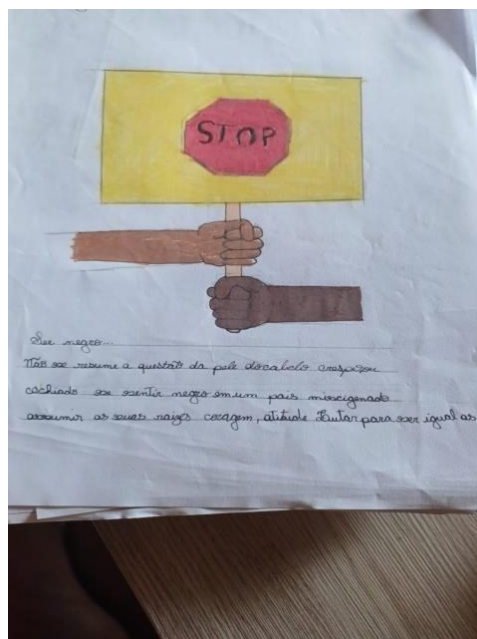
Os alunos analisaram a sua condição social e espaço em que estão inseridos. Moradores de uma cidade do interior do Estado do Paraná, a maioria da turma reside em um dos bairros mais vulneráveis de Campo Mourão, chamado Guarujá. Antes de ser um bairro, este local era um aterro sanitário, onde catadores juntavam materiais recicláveis. Houve uma sintonia com a autora do texto, uma vez que a condição de algumas famílias é de muita vulnerabilidade.

Eles fizeram os desenhos, uma maquete do quarto de despejo e falaram de suas emoções por viverem em um mundo tão marcado pela desigualdade, que foi historicamente constituída em nosso país.

Refletir sobre a condição da população negra no Brasil é compreender que existe uma demanda por políticas públicas que permitam à população negra a inserção social.

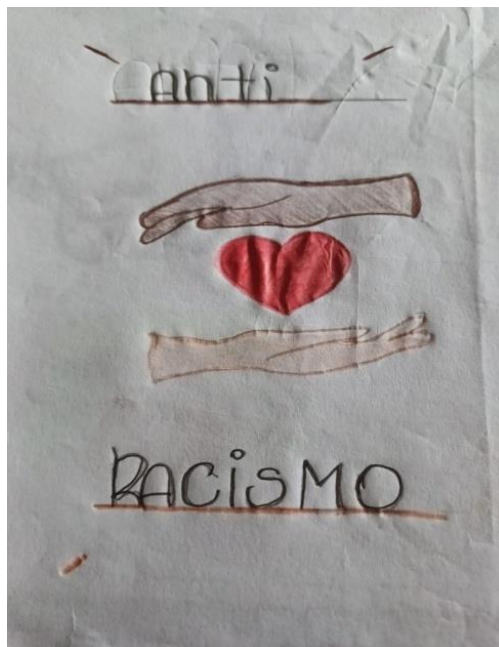
Uma das atividades mais marcantes realizadas pelos alunos foi a construção de uma maquete do quarto de despejo, onde os alunos buscaram retratar a realidade da autora. O livro entre os pertences demonstra a importância da leitura e da expressão por meio da escrita, capaz de veicular diferentes impressões da realidade. As figuras a seguir resultaram dos debates realizados nesta roda de conversa.

Figura 46 - Manifesto



Fonte: Reprodução do material dos alunos.

Figura 47 - Racismo e sentimento



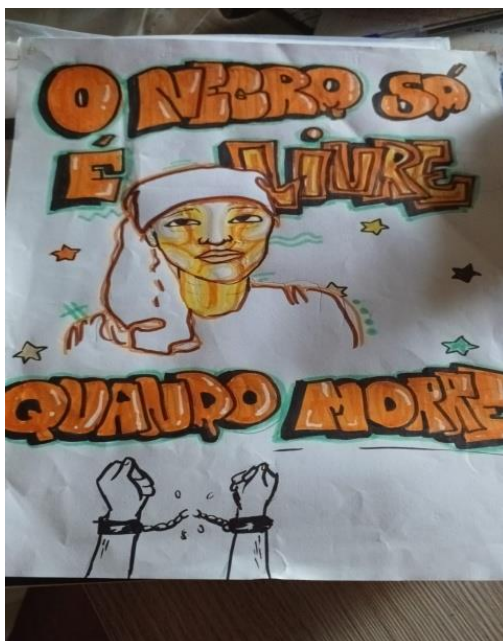
Fonte: Reprodução do material dos alunos.

Figura 48 - Reação ao racismo



Fonte: Reprodução do material dos alunos.

Figura 49 - Resignação



Fonte: Reprodução do material dos alunos.

Figura 50 - Maquete do Quarto de despejo



Fonte: Reprodução do material dos alunos.

* * *

A análise dos resultados das rodas de conversa com os alunos do 9º ano B serve também para legitimar o material a ser usado nas aulas sobre antirracismo, e a participação dos estudantes nas rodas de conversa, apresentadas e desenvolvidas junto com as professoras de História, Cidadania e Civismo e Arte, promoveram a participação nos debates, trazendo uma mudança visível na percepção de identidade racial entre os alunos.

Devido ao tempo para realizar as rodas de conversas e as atividades relacionadas a cada aula, os filmes sugeridos para a complementação da Sequência Didática foram assistidos com a turma do 9º B após o término das rodas de conversas e, por isso, os alunos não apresentaram os relatos dos filmes. Esta atividade serviu, portanto, para concretizar os debates e conhecimentos realizados durante a execução da Sequência Didática.

A reflexão pautada em textos da linguagem que os alunos utilizam em sua comunicação cotidiana, e as afirmações realizadas por autores e personagens que eles conhecem, contribuiu para reforçar essa tomada de consciência. Quando um adolescente percebe que pessoas famosas ou muito conhecidas vivem a mesma problemática que ele vivencia no seu dia a dia, vê que não está só, e que é possível mudar talvez não a maneira como o mundo o vê, mas sim sua autoestima, e que é possível realizar sonhos e ser respeitado socialmente como pessoa.

As escolas, principalmente as periféricas, precisam ser antirracistas para promover o desenvolvimento humano, lutando para libertar pessoas que estão em situação de

vulnerabilidade, e munindo os estudantes de conhecimentos que possam modificar a sua maneira de ser e estar no mundo. Um professor que atua neste sentido não age apenas como militante, mas como um ser humano capaz de valorizar a vida dos jovens afrodescendentes, indígenas, migrantes, desastidos e tantos outros que enfrentam barreiras que os empurram para engrossar as estatísticas da violência, da miséria, do desemprego e da fome.